

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA



**"Sem arma, mas com intenção": a atuação do movimento estudantil em
Pelotas no pré-golpe civil-militar ao AI-5 (1961-1968)**

Allan Gomes Silva Pereira

Pelotas, 2022

Allan Gomes Silva Pereira

**"Sem arma, mas com intenção": a atuação do movimento estudantil em
Pelotas no pré-golpe civil-militar ao AI-5 (1961-1968)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Profa. Dra. Alessandra Gasparotto

Coorientadora: Profa. Dra. Ana María Sosa González

Pelotas, julho de 2022

Allan Gomes Silva Pereira

"Sem arma, mas com intenção": a atuação do movimento estudantil em Pelotas no pré-golpe civil-militar ao AI-5 (1961-1968)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Data da defesa: ____/____/____

Banca examinadora:

Profa. Dra. Alessandra Gasparotto (orientadora)
Doutora em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, UNISINOS, Brasil.

Profa. Dra. Ana María Sosa González (coorientadora)
Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUCRS, Brasil.

Prof. Dra. Carolina Silveira Bauer
Doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dra. Lorena Almeida Gill
Doutora em História pela Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Renato Della Vechia
Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Agradecimentos

Este trabalho foi realizado de forma coletiva, concluído junto ao apoio, ajuda e orientação daqueles que agradeço:

Obrigado a minha querida orientadora Professora Alessandra Gasparotto, pela amizade, conhecimento, compreensão e dedicação ao longo deste trabalho.

A minha coorientadora Professora Ana Sosa Gonzáles, por dedicar-se a contribuir com seu conhecimento e por toda disponibilidade durante o desenvolvimento desta pesquisa.

A todos os meus colegas de PPGH-UFPel, que ingressaram nesta difícil jornada de estudos em pós-graduação em 2020. Parabeno a todas e todos que não desistiram de seus sonhos e concluíram esta difícil etapa.

Ao querido amigo Amilcar Alexandre Oliveira da Rosa, por dedicar-se com empenho e companheirismo ao contribuir para o desenvolvimento deste trabalho.

Aos meus queridos amigos que conheci no Rio Grande do Sul. Primeiramente para aqueles que considero irmãos: Daniel, Falconi e Karina vocês sempre seguirão em meus pensamentos, espero poder estar perto de vocês novamente.

Aos amigos do Cassino: Daniele, Felipe e Gabriel por proporcionar os melhores churrascos, confraternizações e ensinamentos. Obrigado pelo carinho e amizade nos momentos de dificuldade e ao afeto que só os melhores professores podem proporcionar e digo que de certo que estarei, onde vocês estiverem.

A Sidnei Pereira, meu pai, amigo, referência de ser humano, por dedicar-se a lutar por minha educação todos dias, incansavelmente.

A minha mãe, Maria Francimeire que corre diariamente em busca de sua felicidade, agradeço pelo amor de mãe.

A minha querida amada Juliana Videla, pelo amor, carinho, amizade, fraternidade, nestes últimos momentos de trabalho. Sua parceria Juliana, foi fundamental nessa caminhada em busca da tão almejada luz.

A todos os colaboradores que dedicaram-se suas memórias como fontes fundamentais para este trabalho. Agradeço também pela luta dedicada a educação e as condições justas para a juventude dos anos de 1960, que tornaram-se referências para os jovens do presente.

Quero falar de uma coisa
Adivinha onde ela anda
Deve estar dentro do peito
Ou caminha pelo ar
Pode estar aqui do lado
Bem mais perto que pensamos
A folha da juventude
É o nome certo desse amor

Já podaram seus momentos
Desviaram seu destino
Seu sorriso de menino
Quantas vezes se escondeu
Mas renova-se a esperança
Nova aurora a cada dia
E há que se cuidar do broto
Pra que a vida nos dê
Flor, flor e fruto

Coração de estudante
Há que se cuidar da vida
Há que se cuidar do mundo
Tomar conta da amizade
Alegria e muito sonho
Espalhados no caminho
Verdes, planta e sentimento
Folhas, coração
Juventude e fé

(Milton Nascimento – Coração de Estudante)

RESUMO

PEREIRA, Allan. **"Sem arma, mas com intenção": a atuação do movimento estudantil em Pelotas no pré-golpe civil-militar ao AI-5 (1961-1968)**. 2022. 169f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2020.

O movimento estudantil (ME) no Brasil tem importante papel na história política durante a ditadura civil-militar instalada após o golpe de 1964. A trajetória do ME, no decorrer dos anos é marcada pela organização e manifestação em relação a pautas como a educação, pensadas a partir da conjuntura política brasileira. Na década de 1960, se acentuaram os movimentos e a busca por inserção política dos estudantes nas escolas e universidades brasileiras, o ME atuou diante das necessidades locais e debatendo as pautas políticas nacionais. A presente pesquisa investiga a atuação do movimento estudantil na cidade de Pelotas, entre os anos de 1961 e 1968, a partir das narrativas orais, jornais e documentos produzidos pelos estudantes, investigando a participação de secundaristas e universitários na atuação política em relação as discussões sobre a educação e a política no Brasil, indentificando as características e peculiaridades locais de organização fora do eixo da capital. As narrativas dos colaboradores sobre as ações dos estudantes de Pelotas durante a ditadura civil-militar apresentam memórias sobre resistência e luta contra a repressão experienciada no período como ponto de disseminação da cultura do medo entre a juventude militante. A partir da metodologia da História Oral, com apoio da análise da imprensa estudantil, a investigação pretende evidenciar a participação ativa da geração estudantil de 1964, que seguiu atuante até a decretação do AI-5, em 1968.

Palavras-chave: Ditadura Civil-Militar brasileira. História Oral. Memória. Movimento Estudantil.

ABSTRACT

PEREIRA, Allan. **Without a weapon, but with an intention: the action of the student movement in Pelotas against civilian military coup to AI-5.** 2022. 169f. Dissertation qualification (Master degree in History) - Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2020.

The student movement (ME) in Brazil played an important role in political history during the civil-military dictatorship installed after the 1964 coup. Thought from the Brazilian political conjuncture. In the 1960s, movements and the search for a policy of inserting students in Brazilian schools and universities intensified, the ME acted in the face of local needs and debated national political agendas. This research investigates the performance of the student movement in the city of Pelotas, between the years 1961 and 1968, based on oral narratives, newspapers and documents produced by students, investigating the participation of high school and university students in political action in relation to discussions on education and politics in Brazil, identifying the local characteristics and peculiarities of organization outside the capital axis. The collaborators' narratives about the actions of students from Pelotas during the civil-military dictatorship present memories about resistance and struggle against repression experienced in the period of dissemination of the culture of fear among militant youth. Based on the methodology of Oral History, with support from the analysis of the student press, the investigation intends to highlight the active participation of the student generation of 1964, which remained active until the enactment of AI-5, in 1968.

Keywords: Brazilian Civil-Military Dictatorship. Oral History. Memory. Student Movement.

Lista de Abreviaturas e Siglas

AESI – Assessorias Especiais de Segurança e Informações

AI – Ato Institucional

AP – Ação Popular

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

BPP – Bibliotheca Pública Pelotense

NDH – Núcleo de Documentação Histórica

CA – Centro Acadêmico

CAAR – Centro Acadêmico André Rocha

CACF – Centro Acadêmico Cristiano Fischer

CAEEPA – Centro Acadêmico da Escola de Enfermagem de Porto Alegre

CAFDR – Centro Acadêmico Franklin Delano Rossevelt

CAFMR – Centro Acadêmico Francisco Mariano da Rocha

CAFV – Centro Acadêmico Ferreira Viana

CALC – Centro Acadêmico Leopoldo Cortez

CAOPA – Centro Acadêmico de Odontologia de Porto Alegre

CASL – Centro Acadêmico Sarmento Leite

CEE – Congresso Estadual dos Estudantes

CEIS – Comissão Especial de Investigação Sumária

CEUA – Centro dos Estudantes Universitários de Arquitetura

CEUCE – Centro dos Estudantes Universitários de Ciências Econômicas

CEUE – Centro dos Estudantes Universitários de Engenharia

CGI – Comissão Geral de Investigações

CGT – Comando Geral dos Trabalhadores

CMP – Colégio Municipal Pelotense

CNV – Comissão Nacional da Verdade

CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil

DAFV – Diretório Acadêmico Ferreira Vianna

DABC – Diretório Acadêmico Bruno Chaves

DCE – Diretório Central dos Estudantes

DNE – Diretório Nacional dos Estudantes

DEOPS - Departamento de Ordem Política e Social

DEOPS/RS – Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul

DSN – Doutrina de Segurança Nacional
ED – Esquerda Democrática
ETP – Escola Técnica Pelotense
EUA – Estados Unidos da América
FAP – Federação Acadêmica de Pelotas
FEUP – Federação dos Estudantes Universitários Particulares
FEURGS – Federação de Estudantes da Universidade do Rio Grande do Sul
FGV – Fundação Getúlio Vargas
FMP – Frente de Mobilização Popular
FPN – Frente Parlamentar Nacionalista
GAJFV – Grêmio Acadêmico Jurídico Ferreira Vianna
G.E. – Grêmio Estudantil
GG – Galinha Gorda
GP – Gato Pelado
HO – História Oral
JEC – Juventude Estudantil Católica
JUC – Juventude Universitária Católica
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
MEC – Ministério da Educação e Cultura
MPJQ – Movimento Popular Jânio Quadros
NDH – Núcleo de Documentação Histórica da UFPel
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PDC – Partido Democrata Cristão
PL – Partido Liberal
PSD – Partido Social Democrata
PSP – Partido Social Progressista
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PTN – Partido Trabalhista Nacional
PR – Partido Republicano
PRR – Partido Republicano Rio-Grandense
PUC/RS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
SIAN – Sistema de Informações do Arquivo Nacional
SNI – Serviço Nacional de Informações

SRURGS – Seminário Regional da Universidade do Rio Grande do Sul
UCPel – Universidade Católica de Pelotas
UDN – União Democrática Nacional
UEE – União Estadual dos Estudantes
UEE/RS – União Estadual dos Estudantes do Rio Grande do Sul
UFPB – Universidade Federal da Paraíba
UFPel – Universidade Federal de Pelotas
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSM – Universidade Federal de Santa Maria
URGS – Universidade do Rio Grande do Sul
UGES – União Gaúcha dos Estudantes Secundaristas
UNE – União Nacional dos Estudantes
UNETI – União Nacional das Escolas Técnicas e Industriais
UPES – União Pelotense dos Estudantes Secundários
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USAID – United States Agency for International Development
USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
2. ASPECTOS TEÓRICOS.....	20
2.1 Marco Teórico	20
2.1.1 História Social	20
2.1.2 Movimentos estudantis e movimentos sociais entre o pré-golpe e o pós-golpe civil-militar em 1964.....	22
2.1.3 Memória Social e História Oral	331
2.2 As ditaduras na América Latina.....	36
2.3 Antecedentes e o golpe civil-militar de 1964 no Brasil	39
2.4 A ditadura civil-militar no Rio Grande do Sul	46
3 JUVENTUDE E MOVIMENTOS ESTUDANTIS NA DÉCADA DE 1960.....	51
3.1 Contexto internacional.....	51
3.2 Movimentos estudantis no Brasil.....	53
3.3 Movimentos estudantis no Rio Grande do Sul (1961-1968).....	59
4 ANÁLISE DAS FONTES ORAIS.....	73
4.1 O período pré-golpe civil-militar.....	73
4.2 O golpe civil-militar de 1964	93
4.3 O Ato Institucional n. 5	127
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	 152
REFERÊNCIAS.....	158

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como ponto de partida o meu Trabalho de Conclusão de Curso, defendido na Universidade Federal de Pelotas no ano de 2019. Ao pesquisar o movimento estudantil em Pelotas durante a Campanha pela Legalidade (1961), as pessoas entrevistadas narraram memórias traumáticas sobre o ano de 1964, principalmente após o golpe civil-militar do dia 31 de março daquele ano.

A pesquisa de Mestrado objetivou dar sequência ao estudo anterior, ao investigar as participações de estudantes nos movimentos sociais de Pelotas, entre os anos de 1961 e 1968, utilizando a História Oral como principal metodologia.

A década de 1960 se destaca por uma grande efervescência do movimento estudantil no mundo. Grande parte dos estudantes se manifestava ativamente sobre questões políticas, sociais e culturais, reivindicando a liberdade de se expressar. No Brasil, foram vários os movimentos protagonizados por estudantes que atuaram sobre pautas relacionadas ao contexto político e educacional, apresentando uma grande força mobilizadora na sociedade.

O golpe civil-militar de 1964 é marcado pela contenção dos movimentos estudantis de oposição com a Lei Suplicy de Lacerda e os Decretos-Leis 288 e 477, que punia estudantes e professores de oposição, controlava as eleições e atividades de entidades como a UNE e as UEEs e proibiu manifestações. Os movimentos que resistiram a esses decretos seguiram atuantes de forma clandestina. Porém, os atos públicos de oposição, com protagonismo dos estudantes, foram sufocados, principalmente em 1968, com o AI-5, que acentuou a repressão, ao disseminar o medo com as cassações, práticas de tortura e prisões, que provocaram morte e trauma dentre aqueles que passaram por essas experiências.

Ao realizar um levantamento acerca da bibliografia produzida sobre o tema, foi identificada uma série de lacunas de trabalhos sobre o movimento estudantil em Pelotas na década 1960. Portanto, justifica-se que a presente pesquisa visa contribuir para o enriquecimento da história das participações de secundaristas e universitários nas lutas de resistência.

No levantamento bibliográfico, foram encontrados trabalhos com temática semelhante, mas focados na década de 1970. Dentre eles está a tese de Renato Della Vechia (2011), sobre a reorganização do movimento estudantil no Rio Grande do Sul, que aborda os períodos entre 1977 e 1985. Através de pesquisa bibliográfica,

análise de fontes da imprensa, entrevistas com ex-militantes, o autor analisou o ressurgimento da União Nacional dos Estudantes (UNE), das Uniões Estaduais dos Estudantes (UEEs) e a retomada dos Diretórios Centrais de Estudantes (DCEs) de setores ligados à ditadura civil-militar, possibilitada a partir do reencontro e articulação de estudantes no país. O trabalho busca reconstituir um panorama do movimento estudantil no Rio Grande do Sul no processo de redemocratização do país.

Em sua dissertação, Marília da Rocha Hofstatter (2013) analisa o movimento estudantil em Pelotas durante a redemocratização (1978-1985) com a metodologia da História Oral. A pesquisa aborda a complexidade dos militantes estudantis e as questões que emergiram na agenda política do movimento junto às ações de luta na cidade de Pelotas e as relações internas na Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e na Universidade Católica de Pelotas (UCPel).

Luisiane da Silveira Gomes (2017) pesquisou, em sua dissertação, a atuação feminina no movimento estudantil durante o processo de redemocratização nos anos de 1977 a 1985. A partir da metodologia de História Oral, analisou as memórias de ex-militantes do movimento estudantil em Pelotas sobre a inserção da participação feminina em espaços majoritariamente masculinos, evidenciando o preconceito de gênero presente, visto que nenhuma mulher ocupou posição de destaque no período trabalhado.

Os trabalhos citados acima focaram seus esforços em pesquisar os movimentos estudantis a partir da década de 1970. Há, neste sentido, poucos estudos e muitas lacunas no que se refere ao início dos anos 1960, principalmente após a efetivação do golpe em 1964, que acabou marcando a geração de 1964 na história como “derrotada”.

Para Antonio Mauricio Brito (2017), a militância de 1964 sofreu diretamente as angústias da derrota e da memória construída sobre a resistência que não houve.

A luta armada como alternativa de setores do movimento estudantil parece ter gerado um distanciamento da liderança anterior atuante nos anos de 1960-64, estigmatizada como derrotada, seja pelos vencedores, seja pelos próprios movimentos de esquerda. Portanto, é necessário investigar o período pré-golpe civil-militar e a atuação do movimento estudantil nos anos iniciais de ditadura, visto que a construção de narrativas focadas em 1968 e anos seguintes remete à hipótese de que os anos anteriores, principalmente entre 1960-64, parecem ter sido perdidos pelo movimento estudantil, contribuindo para um esquecimento dessas memórias. A

construção da *geração de 1968*¹ como combativa talvez tenha silenciado/apagado memórias de lutas estudantis antes do golpe.

Portanto, é fundamental problematizar o movimento estudantil a partir das memórias, experiências e lutas das gerações atuantes no início da década de 1960, observar sua dinâmica e assim aprofundar o conhecimento sobre os movimentos dos anos de 1960 e contribuir para a compreensão da história de lutas e resistências dos estudantes brasileiros.

O principal objetivo desta pesquisa é analisar a atuação dos movimentos estudantis em Pelotas, durante os anos de 1961-1968, a partir das memórias de estudantes secundaristas e universitários, para ampliar o conhecimento histórico sobre os primeiros anos da década de 1960 e as experiências de luta contra a ditadura civil-militar no Brasil.

Especificamente, objetiva-se analisar as narrativas de estudantes da época e evidenciar as ações de luta e resistência com protagonismo da juventude das principais escolas de Pelotas; refletir sobre a busca por inserção política dos estudantes; realizar levantamento dos movimentos estudantis que se organizaram entre anos de 1961 a 1968, identificando ações sociais e culturais protagonizadas por secundaristas e universitários; analisar as memórias das pessoas entrevistadas e verificar as práticas de repressão da ditadura contra estudantes de oposição.

Na presente pesquisa, a História Oral é a principal metodologia, tendo em conta que se trata da construção das fontes a partir da interlocução com os protagonistas da época, como citado por Alessandro Portelli (2016):

Ao contrário da maioria dos documentos históricos, as fontes orais não são *encontradas*, mas *cocriadas* pelo historiador. Elas não existiram sob a forma em que existem sem a presença, o estímulo e o papel ativo do historiador na entrevista feita em campo. Fontes orais são geradas em uma troca dialógica, a *entrevista*: literalmente, uma troca de olhares. Nessa troca, perguntas e respostas não vão necessariamente em uma única direção. A agenda do historiador deve corresponder à agenda do narrador; mas o que o historiador quer saber pode não necessariamente coincidir com o que o narrador quer contar (PORTELLI, 2016, p. 9).

¹ A geração, como fenômeno social, constitui-se com base em uma vivência comum. Daí a adequação do uso do conceito ao fenômeno das mobilizações em 1968. A "geração 68" ficou sendo conhecida como tal pelas marcas, atitudes e visões de mundo da juventude naquele momento. Para análise daquele período específico, da chamada rebelião de juventude, o conceito de geração se apresenta apropriado (COELHO; SANTANA, 2010).

A abordagem é feita a partir da trajetória dos estudantes nos anos que compreendem esta pesquisa. Para construir as narrativas, foram desenvolvidos roteiros, com questionamentos sobre as experiências dos colaboradores enquanto estudantes na década de 1960.

História Oral enquanto metodologia deste contribui para identificar como cada entrevistado organiza os fatos experienciados de suas memórias, ou seja, como constrói sua narrativa sobre um assunto em particular, neste caso, as experiências de estudantes atuantes nos movimentos entre os anos de 1961 e 1968.

Em relação às memórias, os colaboradores da presente pesquisa constituem narrativas de experiências diversas nos planos individuais e coletivos, sobre suas trajetórias de lutas enquanto estudantes na ditadura civil-militar, marcadas por sentimentos de medo e vivências traumáticas que podem condicionar as memórias ao silenciamento. Para José Carlos Sebe Bom Meihy (1996), o pesquisador deve ter cuidado durante o exercício de análise das narrativas, ao não reduzir as memórias a uma condição binária entre vencedores ou vencidos, mas perceber também o processo de silenciamento.

Nas últimas décadas do século XX, a História do Tempo Presente ganhou espaço na ciência, tornando-se uma disciplina. Marieta Moraes Ferreira (2018) argumenta que a História do Tempo Presente se fortalece a partir da atividade de pesquisadores em fazer história, como, por exemplo, sobre períodos traumáticos vivenciados pelos homens com o objetivo de dar voz àqueles que foram silenciados por projetos políticos que promoveram traumas em pessoas que sofreram com as imposições de poder desses projetos.

A autora destaca que o trabalho do historiador do tempo presente deve atenção a processos como banalização ou sacralização da memória, que não deve estar associado a uma militância em prol de uma memória social específica. “Em vez de militância pela memória, seria necessário pensar em um trabalho sobre a memória” (FERREIRA, 2018, p. 200).

Segundo Gallian (1996)², o documento da História Oral deve ser entendido como uma fonte sobre o passado e o presente, pois, da mesma forma que o presente é vivido no nível subjetivo, o passado é experimentado subjetivamente no presente.

² GALIAN, Dante Marcello Claramonte. **A memória do exílio: reflexões sobre interpretações de documentos orais**. In: MEIHY, José Carlos Sebe Bom (Org.) (Re) introduzindo a História Oral no Brasil. São Paulo. Xamã, 1996.

Diante disto, as narrativas construídas pelos entrevistados nesta pesquisa serão analisadas a partir do trabalho de memória que não é uma reprodução exata do que existiu, mas que se esforça para propor uma inteligibilidade, em compreender a forma como o passado chega até o presente.

A presente pesquisa realizou entrevistas de História Oral Temática com os seguintes colaboradores:

Vera Maria de Oliveira Lopez, de 75 anos, natural da cidade de Pelotas, foi estudante secundarista do Colégio Municipal Pelotense. Participou do Grêmio Estudantil do Pelotense e das passeatas anuais do Gato Pelado. Atuou na Campanha pela Legalidade, realizando inscrições de voluntários na Casa do Trabalhador. Atualmente, é funcionária pública aposentada e reside no bairro do Laranjal, na cidade de Pelotas.

José Luis Marasco Cavalheiro Leite, natural de Pelotas, 74 anos, advogado e aposentado da carreira docente. Estudante secundarista do Colégio Municipal Pelotense e membro do Grêmio Estudantil do C.M.P. até 1964. Estudante universitário da Faculdade de Direito de Pelotas e do curso de Filosofia da Universidade Católica de Pelotas entre os anos de 1965 e 1970. Em 1988 foi um dos responsáveis pela criação do diretório municipal do Partido Social Democrata Brasileiro (PSDB) em Pelotas, do qual seu filho Eduardo Leite foi eleito governador do Rio Grande do Sul no ano de 2018.

Nora Antunes de Oliveira, natural de Pelotas, 70 anos, professora aposentada. Estudante secundarista do Colégio São José até o ano de 1965. Estudante universitária da Faculdade de Direito de Pelotas em 1966; no ano seguinte, transferiu-se para a Universidade Católica de Pelotas para cursar Letras.

Frederico Dias da Cruz, natural de Pelotas, 72 anos, advogado. Estudante secundarista do Colégio Municipal Pelotense até o ano de 1965, estudante universitário a partir do ano de 1966 da Faculdade de Direito de Pelotas. Em 1970, transferiu-se para Porto Alegre para finalizar a graduação em Direito na Pontifícia Universidade Católica (PUC).

Alceu Salamoni, natural de Frederico Westphalen, 81 anos, professor aposentado. Foi professor universitário do curso de Serviços Sociais na Universidade Católica de Pelotas a partir do ano de 1967. Estudante universitário da Faculdade de Direito no ano de 1970.

Luis Carlos Gonçalves Lucas, natural de Pedro Osório, 75 anos, professor. Graduado em Direito pela Faculdade de Direito de Pelotas (UFPel) em 1969, iniciou sua carreira docente em Minas Gerais em 1971.

A rede utilizada neste trabalho para a realização das entrevistas com os estudantes no período é próxima, sendo assim pretende-se futuramente realizar novos trabalhos com redes mais diversificadas, trabalhadores, sindicalistas, e outras pessoas de Pelota que foram sindicalistas na época. A rede que conecta os entrevistados são as experiências enquanto secundaristas e universitários na cidade, visto que os estudantes interagiam com colegas de outras instituições, como no caso de Oliveira, estudante do Colégio São José que participava de encontros e reuniões com estudantes do Colégio Municipal Pelotense. José Luís, Lucas, Oliveira e Cruz participaram juntos do corpo editorial do jornal *O Acadêmico*, do Centro Acadêmico Ferreira Viana, da Faculdade de Direito de Pelotas, publicado em setembro de 1967.

O primeiro contato com os colaboradores da presente pesquisa foi a partir de indicação de Renato Della Vechia, que, consultado sobre o tema, indicou o nome de José Luis Marasco Cavalheiro Leite para ser entrevistado, principalmente por sua trajetória enquanto estudante secundarista. Della Vechia indicou também o nome de Luis Carlos Lucas e compartilhou o seu contato pessoal. A entrevista foi realizada em 2021 no Campus II da UFPel. José Luis Marasco Cavalheiro Leite concedeu entrevista em seu escritório de trabalho, no centro da cidade de Pelotas.

Nora Antunes de Oliveira também foi apresentada por Renato Della Vechia. Porém, sua entrevista, como a de Alceu Salamoni e a de Frederico Dias da Cruz, foi realizada à distância, por chamada de vídeo, seguindo as normas de distanciamento e isolamento social necessárias durante a pandemia de COVID-19. Durante a entrevista, Oliveira colaborou com a pesquisa, ao compartilhar os contatos de Salamoni e Cruz.

A entrevista de Vera Maria de Oliveira foi realizada para o trabalho de conclusão de curso do pesquisador, em 2019.

Os colaboradores da presente pesquisa, que conseguiram dar sequência aos estudos do ensino secundarista e passaram para o universitário, faziam parte de uma minoria no país. No caso da universidade, em 1967 havia 160 mil jovens matriculados. Esse montante representava menos de 2% da população entre 19 e 25 anos³, ou seja,

³ Em 1967, quase dois terços da população brasileira tinha menos de 25 anos. Desses, cerca de 15 milhões estavam entre os 15 e 25 anos (REALIDADE, 1967, n. 18).

não era “comum”, já que os números de jovens que conseguiam transferir-se de do ensino secundário para o superior era pequeno.

Concluindo sobre as fontes orais e as redes de conexões entre os colaboradores, a presente pesquisa trabalha com a História Oral Híbrida (MEIHY, 1996), por incluir diferentes fontes de pesquisa na análise, enriquecendo o conteúdo apresentado nas narrativas produzidas pelos colaboradores. As fontes produzidas pela ditadura civil-militar foram acessadas, a partir do fundo do Serviço Nacional de Informações, do portal do Arquivo Nacional⁴. Estes documentos revelam processos de monitoramento sobre estudantes e indivíduos com trajetórias ligadas a movimentos de oposição à ditadura.

Também são analisados documentos produzidos pelos estudantes e entidades estudantis, como atas de reuniões e assembleias; listas de presença; panfletos e documentos de gestão, que demonstram as diferentes formas de organização das entidades de Pelotas, como os Grêmios de estudantes e Diretórios Acadêmicos. Boa parte destes se encontra salvaguardada no Núcleo de Documentação Histórica da Universidade Federal de Pelotas⁵ (NDH-UFPel).

A partir de André Cellard (2010), o método de análise documental consiste em observar o contexto, o autor e os autores, a autenticidade e a confiabilidade do texto, a natureza, os conceitos-chave e a lógica interna do texto.

A imprensa local e estudantil também será utilizada como fonte para a pesquisa. Sobre a imprensa local, a presente pesquisa pretendia, inicialmente, analisar periódicos publicados entre os anos de 1961 a 1968 em Pelotas. Fontes como o jornal *Diário Popular*, disponíveis para acesso no acervo da Bibliotheca Pública Pelotense, ficaram impossibilitadas à pesquisa por conta das normas de isolamento social e paralisação de atividades durante a pandemia de COVID-19. Portanto, algumas dessas fontes serão utilizadas de outras pesquisas realizadas, como no caso da dissertação de Vânia Farias Ferreira (2017), que trabalha com os impactos da ditadura civil-militar na fundação da Universidade Federal de Pelotas em 1969.

⁴ Portal do Arquivo Nacional. Disponível em <https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/login.asp>. Acesso em: 1 mar. 2021

⁵ O NDH-UFPel foi idealizado e fundado em 1990 pela professora Beatriz Ana Loner. Inicialmente a intenção foi de que o NDH-UFPel se tornasse um local que resguardasse os documentos da instituição. Entretanto, o recebimento do acervo da Delegacia Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul (DRT-RS) e de parte do acervo da 4ª Região da Justiça do Trabalho do Rio Grande do Sul, fez com que o NDH-UFPel mudasse de orientação e voltasse seus estudos para a História do Trabalho, integrando posteriormente novos acervos, como o da Fábrica Laneira Brasileira S/A (GILL; LONER, 1997, 2014).

Em relação à imprensa estudantil, foram utilizados dois periódicos: *Estudante* (jornal do Grêmio Estudantil do Colégio Municipal Pelotense) e *O Acadêmico* (jornal do Diretório Acadêmico Ferreira Vianna da Faculdade de Direito de Pelotas).

O exemplar do *Estudante* foi publicado no dia 17 de agosto de 1963 com a manchete “Gato Pelado – o teu nome tornou-se uma glória!”, com tiragem de 8000 exemplares. Era composto por corpo editorial formado por alunos do Grêmio do CMP. Segundo Giane Lange do Amaral (2013), o periódico começou a circular em maio de 1934, editado mensalmente até o mês de novembro sem apoio financeiro de professores e direção do colégio, apenas com incentivo de patrocinadores que financiavam a distribuição gratuita do periódico e das assinaturas dos próprios estudantes, que deu suporte para as edições seguintes. Passou por algumas interrupções de ordem financeira e por troca das diretorias do Grêmio. Foi publicado por quatro anos consecutivos, de 1934 a 1937. Voltou a circular entre 1946 e meados dos anos 1960, quando recebeu, ao que tudo indica, incentivo do corpo docente e de ex-alunos (AMARAL, 2013).

O exemplar do jornal *O Acadêmico* foi publicado em novembro de 1968 com a manchete “Veja o que pensamos e o que dizemos”, que trata de uma pesquisa realizada com os estudantes da Faculdade de Direito sobre a qualidade de ensino e questões referentes à política nacional que se relacionam com questões universitárias. Sobre o periódico do Diretório Acadêmico Ferreira Viana, da Faculdade de Direito de Pelotas, não foram encontradas informações sobre o início das atividades do jornal ou pesquisas sobre suas publicações. Na edição de novembro de 1968, os estudantes falam em editorial sobre o retorno das atividades, após alguns anos inativo, durante a gestão de Humberto Alan no DAFV, com a pretensão de mantê-lo (*O Acadêmico*, 1968).

Os jornais apresentam notícias locais sobre passeatas estudantis, pesquisas com estudantes sobre a qualidade de ensino na Faculdade de Direito, matérias sobre a periferia de Pelotas, pontos de vista dos estudantes sobre a estrutura das escolas, notícias internacionais sobre os conflitos influenciados pela Guerra Fria, crônicas, poemas, críticas de cinema e teatro. Os periódicos selecionados como fontes para o presente trabalho foram compartilhados por José Luís Marasco Cavalheiro Leite. São eles o *Estudante*, do dia 17 de agosto de 1963, e *O Acadêmico*, publicado em novembro de 1968.

Para analisar a imprensa local e a estudantil, são necessários alguns cuidados teórico-metodológicos, como aponta Cláudio Pereira Elmir (2015). O autor aborda a maneira pela qual o historiador deve analisar e utilizar a imprensa como fonte para a pesquisa. O pesquisador, ao consultar o periódico, deve realizar uma análise criteriosa, não limitando o estudo isolado do jornal.

Derocina Alves Campos Sosa afirma que o pesquisador deve contrapor as fontes da imprensa com outras fontes, porque para a autora o jornal se encontra “em dois tempos: um objetivo que interpreta o texto escrito efetivamente e outro subjetivo que precisa entender aquilo que não aparece escrito, mas é possível identificar à luz do contexto histórico” (SOSA, 2006, p.109). Dialogar e interrogar as fontes da imprensa, junto à análise de outras fontes, complexifica o trabalho do historiador e enriquece a pesquisa.

Por isso, cabe mencionar que a imprensa não é um composto homogêneo; no caso específico da imprensa escrita, os periódicos podem também ser divididos em: imprensa brasileira, imprensa militante, imprensa integralista, imprensa negra, imprensa abolicionista, imprensa ilustrada, imprensa feminina, imprensa operária, entre outras. Tendo essas divisões uma conexão com “questões relativas a autoria ao público e aos objetivos” (PINTO, 2010, p.19 apud OLIVEIRA, 2016, p. 88).

Em relação à imprensa estudantil, Giane Lange do Amaral (2013) argumenta que uma profusão de impressos estudantis circulava em várias cidades brasileiras entre as décadas de 1930 a 1960. Para a autora, o uso dos jornais estudantis como fontes de pesquisas relacionadas à História da Educação ainda é pouco explorado e partir disto ressalta sua importância, visto que os periódicos estudantis revelam inúmeras facetas dos processos escolares, como artefato cultural produzido pelos alunos, para seus pares e comunidade escolar.

Eles nos fornecem configurações específicas da vida e da cultura escolar nas quais se podem constatar denúncias, expectativas e idealizações, principalmente dos alunos, referentes à educação e ao cotidiano das escolas (AMARAL, 2013, p. 124).

No Brasil, os jornais estudantis representavam uma importante ferramenta pedagógica, como atividade que despertava o espírito de liderança e iniciativa entre os estudantes, principalmente entre os anos de 1930 a 1960, em que é crescente a participação política dos alunos das escolas e universidades brasileiras e as atividades pedagógicas complementares que incentivavam as práticas discentes para

além da sala de aula foram incentivadas, principalmente em 1942, na Lei Orgânica do Ensino Secundário⁶.

Guerrino Casasanta (1939) atribuiu grande importância à prática pedagógica de elaboração de jornais para os alunos e para escolas. Para o autor, o jornal une a escola e a sociedade, pondo-a constantemente a par de sua vida e de suas realizações.

Finalmente, a estrutura da presente dissertação divide-se nos seguintes capítulos. O Capítulo 1 *Contextualização teórica e histórica*, aborda questões da memória e da História Oral através da análise da trajetória dos estudantes que colobararam com esta pesquisa. Posteriormente, o capítulo desenvolve uma breve discussão sobre a relação movimento estudantil/movimento social. Em seguida, trata da importância da História Oral para a análise das memórias dos estudantes de Pelotas. Por fim, serão contextualizadas as ditaduras na América Latina para compreender o processo de ditadura civil-militar no Brasil e quais os desdobramentos do golpe de 1964 no Rio Grande do Sul.

No Capítulo 2 *Juventude e Movimentos Estudantis na década de 1960*, aborda-se os movimentos protagonizados pela juventude, do contexto internacional, com potencial influência para a construção dos movimentos estudantis no Brasil. Em seguida, realiza-se a discussão acerca do movimento estudantil brasileiro na década de 1960, da criação das principais entidades representativas e dos marcantes atos políticos protagonizados por estudantes nas principais capitais do país. Termina-se o capítulo abordando o movimento estudantil no estado do Rio Grande do Sul, referenciando as principais atuações na capital, Porto Alegre, e cidades interioranas, utilizando como fontes os documentos produzidos pelo Serviço Nacional de Informações (SNI)

No Capítulo 3, serão analisadas as fontes orais e documentais. As narrativas construídas pelos depoentes sobre o período pré-golpe civil-militar em Pelotas, busca-se compreender as ações políticas e sociais de estudantes secundaristas e universitários na cidade. Em seguida, será discutido como o movimento estudantil em

⁶ Art. 46 do Capítulo XII, do decreto-lei n.4.244, de 9 de abril de 1942: Os estabelecimentos de ensino secundário deverão promover, entre os alunos, a organização e o desenvolvimento das instituições escolares de caráter cultural e recreativo, criando, na vida delas, com um regime de autonomia, as condições favoráveis à formação do espírito econômico, dos bons sentimentos de camaradagem e sociabilidade, do gênio desportivo, do gosto artístico e literário. Merecerão atenção as instituições que tenham por objetivo despertar entre os escolares o interesse pelos problemas nacionais (BRASIL, Decreto-lei n. 4.244, art. 46).

Pelotas reage depois da efetivação do golpe, analisando continuidades e rupturas em relação ao momento anterior. Por último, aborda-se a maneira como o AI-5 impactou a vida de jovens estudantes pelotenses marcado pela intensificação da repressão no Estado.

2. ASPECTOS TEÓRICOS

2.1 Marco Teórico

2.1.1 História Social

Segundo José D'Assunção Barros (2005) os primeiros usos da expressão “História Social” na historiografia moderna aparecem como modalidade autorreferenciada por ocasião do surgimento na França do Grupo dos Annales. Esta vertente pretendia, ao lado da História Econômica, opor-se à História Política tradicional.

Na gênese da História Social, houve quem visse a expressão como uma história das grandes massas ou uma história dos grupos sociais de várias espécies.

Sobretudo, pretendia-se romper com os estudos sobre os grandes homens, ou mesmo com a história política dos grandes estados e das instituições, e preocupar-se com a histórias dos modos de produção – das bases econômicas e sociais que determinariam toda a vida social – e, também, das “lutas de classes”, a partir das relações entre os diversos grupos sociais presentes em uma sociedade.

Conforme o autor, a História Social surge sob forte influência desses aspectos na primeira metade do século XX. De um lado, vinham os ataques pelos grupos dos Annales contra o que consideravam uma “velha história política”; de outro, as novas obras de influências marxistas, voltadas para o campo econômico e social.

A História Social, juntamente com a História Econômica, visava ao estabelecimento de uma nova historiografia, para se opor à História Política do século XIX, junto a História Demográfica, a História Cultural, História das Mentalidades, História do Imaginário e também uma Nova História Política, não mais preocupada com o poder institucional, mas sim com todas as formas de poder que circulavam nas sociedades, inclusive os micropoderes que afetam a vida cotidiana e as relações familiares.

Em relação ao objeto da História Social, José D'Assunção Barros (2005) destaca que o historiador se volta para o estudo dos grupos humanos específicos no interior de uma sociedade, ou para as relações conflituosas e interativas entre esses grupos. A pesquisa e análise do historiador social pode constituir um retrato

sintetizado desses grupos sociais e de suas relações, ou como incidência de questões transversais nesses grupos. Diante disto, o historiador pode problematizar, por exemplo,

Como uma certa classe ou grupo se comporta diante de determinada conjuntura política ou econômica? Como reage a uma determinada crise política, ou determinada crise econômica? Como reage um grupo, por exemplo, às flutuações de preços? Como repercutem certas mudanças políticas na vida social do grupo? (BARROS, 2005, p. 13-14).

Fundamentalmente, na História Social, não existem fatos políticos, econômicos e sociais isolados. Não é o tipo de fato – político, econômico, social ou cultural – que define uma subespecialidade da História, mas o enfoque que o historiador dá a cada um desses tipos de fatos.

A História Social busca compreender o espaço no qual o indivíduo está inserido (meio urbano, rural, fronteira, territórios indígenas ou quilombolas, por exemplo), ao mesmo tempo em que estuda os processos de transformação de uma sociedade (modernização, industrialização, implementação de democracia ou ditaduras, entre outros).

O campo foi se ampliando, na medida em que outras áreas do conhecimento influenciaram o fazer historiográfico, começando a ser de interesse os círculos de sociabilidade: circuitos profissionais; encontros, festas, agrupamentos culturais; meios educacionais ou circuitos religiosos. O foco é o sujeito e suas relações sociais, ou seja, estudar a sociedade além das elites, com o intuito de inserir trajetórias marginalizadas na História, tornando o sujeito como objeto e protagonista da mesma.

A partir disso, questiona-se: como os movimentos estudantis se conectam com a História Social? Cada trajetória estudantil possui suas peculiaridades, ao mesmo tempo em que se conectam a partir de anseios vividos no presente.

O desafio aqui está em fazer o caminho de volta para o indivíduo, não no seu campo liberal, mas buscando suas relações ou seus nexos com o social, tentando aprender como são constituídas tais relações (ALMEIDA, 2004, p. 145).

O movimento estudantil é constituído pelo planejamento de ações, a partir das relações entre estudantes que objetivam participar da construção social. A identidade do estudante é o elo que une as diversas experiências que se formam em coletivos.

Justamente por existir as diferentes trajetórias, o movimento não é homogêneo. Por isso os movimentos são tão diversos e cada processo de organização dos estudantes deve ser analisado a partir das características de cada movimento. Essas questões serão abordadas nas próximas páginas.

2.1.2 Movimentos estudantis e movimentos sociais entre o pré-golpe e o pós-golpe civil-militar em 1964

Renato Della Vechia (2011) dedica um capítulo de sua tese às primeiras teorias que conceituam movimentos sociais e realiza o debate sobre os processos de movimentos estudantis enquanto movimentos sociais. Para o autor, ainda existem lacunas sobre uma possível definição dos movimentos estudantis enquanto movimentos sociais. Suas reflexões ajudam a entender esses paradigmas e a pensar no que se define por estudante.

Ser estudante não é compor um bloco fechado que impossibilita pensar a diversidade de histórias que podem ser acessadas. Os estudantes pertencem a uma comunidade. Neste trabalho, trata-se de estudantes pertencentes ao meio urbano do município de Pelotas. Ao mesmo tempo, cada estudante possui uma identidade, que:

É uma construção histórica que se dá a partir da dialética que ocorre em um determinado espaço geográfico, entre indivíduos e/ou grupos que organizam sua vida cotidiana em torno de atividades semelhantes, tendo como base um conjunto de valores compartilhados. Esses grupos podem ser a família, grupos profissionais, grupos que têm atividades de lazer semelhantes etc. É esta identidade coletiva que dá o sentido de continuidade aos indivíduos, que adotam papéis, normas e valores válidos para todos os componentes do grupo, o que reafirma constantemente, através da memória, a realidade objetiva e subjetiva (BAPTISTA, 2003, p. 34).

Portanto, os estudantes possuem identidades múltiplas e fluídas influenciadas pelas diversas trajetórias permeadas pelo processo de construção social que faz parte da vida de cada jovem. A partir das projeções sociais semelhantes, os estudantes constituem grupos nas escolas e universidades, em que a identidade do coletivo define papéis e valores para os componentes. Quando em contato com novos grupos, os estudantes se identificam pelas semelhantes questões culturais, sociais, políticas, econômicas, religiosas, raciais e de gênero. O novo contato com redes de amigos nas

escolas ou nas universidades pode apresentar mudanças nas personalidades, nas projeções futuras, nos desejos, ambições e sonhos.

Este processo se torna mais evidente durante o ingresso no ensino superior. Dentro da realidade universitária, o jovem geralmente se depara com a situação de administrar sua vida longe do ciclo familiar, dividir espaços com novas amizades, entre outras questões. As novas formas de pensar o meio social no qual o jovem está inserido resultam em novas formas de pensamento e comportamento, gerando outras maneiras de se identificar com o mundo.

É por este processo que se formam os movimentos estudantis, como grupos representativos que reafirmam para os estudantes questões de realidade objetiva e subjetiva. Pensar o estudante é abrir potencialidades diversas para a pesquisa, considerando que

São sujeitos sociais que compõem a cidade, mas que carregam consigo valores específicos e por isso ocupam espaços diversos, aprendendo e interpretando de forma diferenciada o terreno comum compartilhado (SOUZA, 2009, p. 5).

O estudante representa uma categoria ativa e participante do meio social que ultrapassa a linha de raciocínio que o define como um bloco homogêneo, considerando a participação dos jovens restrita a questões educacionais ou profissionais. Analisar o estudante é pensar sua experiência na dinâmica do tempo histórico (passado, presente e futuro) .

Para isso, faz-se necessária a compreensão do que representa o processo de construção de um movimento social, considerando as diversas condições sociais dos jovens.

Dialogando com o presente, pensar a composição de estudantes nas universidades brasileiras é ressaltar que atualmente a realidade do ensino superior é mais diversa dentro de uma perspectiva econômica e social. Por conta de políticas públicas de educação que fomentaram o ingresso nas universidades do país por estudantes de classes mais baixas, formados nas escolas públicas, filhos de cidadãos que não tiveram a oportunidade de conhecer os espaços acadêmicos, atualmente os estudantes brasileiros formam diversas realidades e identidades múltiplas, se comparadas às da década de 1960.

O rompimento dos laços familiares e a busca por independência social por parte dos universitários provocou a socióloga Marialice Foracchi (1965) a realizar uma

pesquisa sobre as condições sociais de estudantes da USP. A autora identificou uma gama diversa de experiências dos universitários que possuíam, ou não, compromissos familiares e profissionais. Em relação aos compromissos, a autora define que para os universitários da USP existiam estilos de dependência. No plano familiar

O vínculo de dependência apresenta-se, inicialmente como modo de subordinação a vontade dos pais. É claro que as formas de subordinação são diversas, não só no que se relaciona com as situações nas quais são engendradas, mas, principalmente, pelos significados sociais de que se revestem (FORACCHI, 1965, p. 68).

Pensando no plano profissional, a diversidade se apresenta a partir das condições de cada estudante: estudantes que se dedicavam exclusivamente à universidade, cursando uma ou mais graduações; estudantes que trabalhavam para custear a permanência na universidade; estudantes que optavam trabalhar por independência familiar; ou estudantes que estudavam e trabalhavam para contribuir financeiramente para a família.

Os colaboradores da presente pesquisa, José Luis Marasco Cavalheiro Leite e Alceu Salamoni, carregavam estilos de dependência familiar e profissional divergentes entre eles. Leite ingressou em duas graduações no mesmo ano e não necessitou trabalhar para custear os estudos. Salamoni, por sua vez, foi estudante do curso de Serviço Social da UFRGS, em Porto Alegre, em 1963. Para custear os estudos, exerceu função de garçom na cidade, por conta das condições econômicas de sua família.

Os diversos estilos de dependência potencializavam a complexidade deste debate. A questão é: como diferentes trajetórias, ideologias, origens, privilégios, dependências e experiências formam coletivos de estudantes?

Sidney Tarrow (2006) define que existem os momentos de “picos”, em que ocorrem respostas imediatas em contextos de crises:

As ações coletivas são episódicas, centradas nos ativistas e normalmente as decisões são tomadas nos próprios momentos das lutas. Essa é a fase onde existe uma agudização de conflitos e a disputa se intensifica [...]. O estágio inicial de um movimento, suas alianças imediatas e futuras e o sucesso, ou não, na mobilização, é o que irá determinar os estágios futuros de um movimento (TARROW, 2006 apud VECHIA, 2011, p. 76).

A partir da argumentação de Tarrow (2006), constata-se que em Pelotas, no ano de 1961, o momento de “pico” foi ocasionado pela renúncia do presidente Jânio Quadros e o impedimento de João Goulart assumir a presidência da República, fato que ocasionou um grande movimento em apoio a Jango. Os movimentos estudantis na cidade aderiram às pautas da UNE e da UEE/RS e construíram alianças com grêmios estudantis das diferentes escolas e faculdades da cidade.

A Campanha pela Legalidade⁷ conquistou apoio das classes políticas, dos trabalhadores e da mídia local, como o jornal *Diário Popular*⁸, junto a estudantes que faziam parte das entidades como a UNE e a UEE/RS, que apoiaram o movimento de 1961 que culminou com a posse de João Goulart como presidente em regime parlamentarista. Porém, este processo não foi considerado como bem sucedido por todos manifestantes.

Os apoiadores de Leonel Brizola pautavam um plebiscito popular contra o parlamentarismo. Por outro lado, os que consideravam vitória a posse de João Goulart, independente do sistema político, passaram a tensionar o governo sobre políticas públicas de melhorias na educação, exigindo avanço na qualidade do ensino público e ampliação do acesso popular nas instituições de educação.

Os exemplos dos movimentos estudantis de Pelotas em 1961 comprovam que o momento de “pico” é capaz de reunir os movimentos sociais em prol de um mesmo objetivo.

Quando o golpe é efetivado, em 31 de março de 1964, ocorre um outro momento de “pico”, interligado ao insucesso dos movimentos de resistência. A partir deste momento, as decisões de luta contra o golpe são determinadas de imediato. Em contrapartida, a ditadura civil-militar decretou uma série de políticas que impossibilitavam a liberdade e autonomia dos estudantes a partir da Lei Suplicy de

⁷ Quando Jânio Quadros tomou posse, em 1961, ele encontrou um país com altas taxas de inflação e um processo de desaceleração econômica. Tal situação econômica exigiria um presidente com capacidade de liderança para fazer a reversão deste quadro de recessão econômica. Não obstante, o que se viu foi um presidente com políticas dúbias, que renunciou ao cargo em agosto de 1961, sendo que até hoje não se sabe os motivos dessa atitude. Neste contexto, o governador do Estado do Rio Grande do Sul (RS), Leonel de Moura Brizola, liderou a Campanha da Legalidade, com objetivo de defesa da posse do vice-presidente João Goulart, conforme determina a Constituição (CORONEL; AMORIM, 2011, p. 119).

⁸ O *Diário Popular* surge em 1890 como jornal independente e foi vendido nos primeiros meses de circulação ao Partido Republicano Rio-Grandense (PRR). No período de Estado Novo, em que foram proibidos os jornais partidários, foi transformado em grupo consorciado denominado Gráfica *Diário Popular*. Em 1960 a gráfica foi dirigida por um Conselho de Administração, em que Adolfo Fetter, expressiva liderança conservadora na cidade, esteve na presidência durante 1961 a 1967 (PEREIRA, 2019, p. 13).

Lacerda, dos Decretos-Leis 477 e 228 e os Atos Institucionais, censurando os movimentos e reconhecendo a força dos estudantes como uma potência que poderia atrapalhar os planos do governo golpista.

A Lei Suplicy de Lacerda foi criada em 1964 por Flávio Suplicy de Lacerda, escolhido pelo governo como Ministro da Educação e Cultura. A lei tinha o objetivo de extinguir a participação política dos estudantes, substituindo a UNE pelo Diretório Nacional dos Estudantes (DNE) e as UEEs pelos Diretórios Estaduais de Estudantes (DEEs)

O Ministério da Educação ou o Conselho Federal de Educação é que tinha poderes para chamar uma reunião do DNE. O estabelecimento de datas e normas para as eleições estudantis, número de participantes dos Diretórios Acadêmicos e a convocação dos pleitos era feito pelas autoridades universitárias, através de Edital. A lei tornava obrigatório o voto dos universitários nas eleições para os Diretórios Acadêmicos, sob pena de perderem o semestre; as eleições para DCEs passaram a ser indiretas. A lei também proibia manifestações estudantis (VECHIA, 2008, p. 118).

Os Decretos-Leis 477 e 228 impactaram diretamente na atuação política dos movimentos estudantis.

O Decreto-Lei 477 tratava de punições a estudantes e professores por participar ou manifestar opiniões políticas, podendo ir a simples suspensão à demissão de professores e funcionários ou à perda do direito de estudar em qualquer instituição (pública ou privada) no país pelo período de até 10 anos. Já o Decreto-Lei 228 regulamentava as eleições para DAs e DCEs. As eleições para DAs eram obrigatórias, sendo que o aluno que não participasse e não comprovasse poderia ser suspenso por até 30 dias. Já as eleições para os DCEs eram eleitos apenas o presidente e vice com os votos dos presidentes dos DAs, extinguindo eleições diretas para os mesmos. (VECHIA, 2011, p. 16)

Junto aos decretos-leis e à Lei Suplicy de Lacerda, o movimento que protagonizou o golpe de 1964 decretou Atos Institucionais com o objetivo de combater a “subversão” e a “corrupção”, bem como a “infiltração comunista” na administração pública, nos sindicatos, nos meios militares e em todos os setores da vida nacional.

No dia 9 de abril de 1964, foi decretado o primeiro Ato Institucional, redigido por Francisco Campos. O Ato Institucional, afirmava que “a revolução investida no exercício do Poder Constituinte, não procuraria legitimar-se através do Congresso, mas, ao contrário, o Congresso é que receberia através daquele ato sua legitimação”

(BRASIL, 1964). O AI-1 concedia ao poder militar a legitimação para caçar mandatos legislativos, suspender direitos políticos por dez anos e deliberar sobre a demissão, a disponibilidade ou a aposentadoria de pessoas que atuaram em movimentos de oposição ao golpe ou que tivessem ligações com grupos de ideologia de esquerda ou comunista.

No dia 27 de outubro de 1965, o então presidente Castelo Branco anunciou a edição do Ato Institucional N. 2, composto por 33 artigos, que majoritariamente estabeleciam a eleição indireta para a Presidência da República, a dissolução de todos os partidos políticos existentes, a abertura do processo de punições de pessoas de oposição à ditadura e a impossibilidade de reeleição do presidente da República. No mesmo dia, foi expedido o Ato Complementar (AC) n. 1, que relacionava as medidas punitivas e sanções a serem adotadas com respeito às pessoas privadas de seus direitos políticos, cujas atividades de manifestações de natureza política passaram a ser consideradas como crime.

No dia 5 de fevereiro de 1966, Castelo Branco editou o Ato Institucional n. 3, estabelecendo eleições indiretas para governador e vice-governador. No mesmo ano, era planejada uma nova Constituição Federal, que pretendia legitimar os elementos presentes nos atos institucionais anteriores. Sob protestos, o governo convocou o Congresso em sessão extraordinária, de 12 de dezembro de 1966 a 24 de janeiro de 1967, com o objetivo de discutir, votar e promulgar a nova Carta, que entrou em vigor no dia 15 de março de 1967 junto à posse do general Costa e Silva e do Decreto Lei n. 314, que colocou em vigor a Lei de Segurança Nacional⁹. Segundo Darlise Gonçalves de Gonçalves (2022), a referida lei impactou diretamente a região da Zona Sul do estado do Rio Grande do Sul, atingindo principalmente os municípios fronteiriços e portuários, por serem considerados áreas sensíveis a defesa interna e externa do país.¹⁰

Nesse sentido, vale destacarmos a centralidade estratégica do estado do Rio Grande do Sul que dentre os nove atingidos pela lei, foi o que

⁹ A lei introduziu grande parte da doutrina da Escola Superior de Guerra (ESG) no ordenamento jurídico brasileiro. Atos Institucionais. Fonte: FGV-CDPDOC. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/atos-institucionais>. Acesso em: 11 abr. 2022

¹⁰ Foram declarados de interesse da segurança nacional, no Rio Grande do Sul, os seguintes municípios: Alecrim, Bagé, Crissiuma, Dom Pedrito, Herval, Horizontina, Itaqui, Jaguarão, Porto Lucena, Porto Xavier, Quaraí, Rio Grande, Santa Vitória do Palmar, Santana do Livramento, São Borja, São Nicolau, Tenente Portela, Três Passos, Tucunduva, Tuparendi e Uruguaiana (GONÇALVES, 2022, p.102-103).

maior número de cidades apontadas teve, totalizando vinte e uma (GONÇALVES, 2022, p.103).

Após decreto da Lei de Segurança Nacional em 1968, atingindo os municípios fronteiriços e portuários do Rio Grande do Sul, as eleições para prefeito nestas cidades foram canceladas, onde este seria indicado pelo governador do estado mediante aprovação do Presidente da República e podendo ser exonerados do cargo assim que decaíssem da confiança do Presidente da República ou do Governador.¹¹

Em 1968, marcado pela intensificação da “linha dura”¹² contra movimentos de oposição à ditadura civil-militar, principalmente movimentos protagonizados pelo setor estudantil, o governo baixou no dia 5 de abril a Portaria n. 177, proibindo atividades da Frente Ampla¹³ sob a forma de manifestações, reuniões, comícios ou passeatas, o que impactou diretamente as manifestações promovidas por estudantes no Brasil, que sofreram ataques diretos das tropas de choque da Polícia Militar.

Em reunião do Conselho de Segurança Nacional, no dia 16 de julho, foi debatida a pauta sobre um possível processo revolucionário baseado na oposição e no comunismo. O SNI, chefiado por Emílio Garrastazu Médici, passou a exigir medidas repressivas mais radicais contra a oposição. No mês de agosto, intensificaram-se os atos de repressão contra os movimentos de oposição à ditadura. Uma das consequências foi o fechamento da Universidade Federal de Minas Gerais e a invasão da Universidade de Brasília, como forma de conter os atos protagonizados por estudantes. A oposição lutava contra os poderes dados ao Presidente da República a partir do AI-5, como decretar o recesso do Congresso Nacional e de outros órgãos legislativos, intervir no estados e municípios sem as limitações previstas na Constituição, cassar mandatos eletivos e suspender por dez anos os direitos políticos de qualquer cidadão.

¹¹ GONÇALVES, 2022, p.104

¹² A expressão “linha dura”, que começou a ser empregada pouco depois do golpe de 1964, referia-se aos militares radicais que defendiam o endurecimento do regime. Mas também serviu para caracterizar os que atravessavam a fronteira da indisciplina. Espalhada pelos quartéis e à direita do regime, a “linha dura” se opunha à vontade do então presidente Castello Branco de limitar os poderes excepcionais de que dispunha, a fim de normalizar a vida política nacional. Fonte: Arquivos da Ditadura. A “linha dura” do regime na visão do presidente Geisel. Disponível em: <https://arquivosdadtadura.com.br/documento/galeria/linha-dura-regime-visao-presidente-geisel>. Acesso em: 18 abr. 2022.

¹³ Movimento político lançado em 28 de outubro de 1966 com o objetivo de lutar pela “restauração do regime democrático” no Brasil, a Frente Ampla teve como principal articulador o ex-governador da Guanabara, Carlos Lacerda, e contou com a participação dos ex-presidentes Juscelino Kubitschek e João Goulart, e de seus correligionários.

Os estudantes lutavam contra o acordo entre MEC e USAID¹⁴ e por melhores condições dentro do espaço universitário. Exemplo foi a manifestação dos estudantes no Restaurante Calabouço (espaço estudantil que oferecia refeições de baixo custo), em que ocorreu protesto contra a elevação do preço das refeições no dia 28 de março de 1968. Em resposta ao protesto, a polícia militar invadiu o local e entrou em confronto com os manifestantes, o que resultou na morte do estudante Edson Luís de Lima Souto, após levar um tiro disparado pela polícia. A partir da morte de Edson Luís, as manifestações de estudantes contra a ditadura se intensificaram na cidade do Rio de Janeiro e influenciaram outras manifestações organizadas no país.

Os atos institucionais decretados nos primeiros anos da ditadura foram efetivos para impedir alianças futuras dos movimentos estudantis. Concomitantemente a isto, a censura à liberdade e autonomia dos estudantes, cada vez mais violenta, fragmentou secundaristas e universitários pelo medo.

Os momentos de “picos” que encaminham a organização das lutas dos movimentos sociais são criticados por teóricos que compreendem que as pautas destes movimentos são limitadas e o direcionamento deve se relacionar com questões efetivamente mais amplas no meio social, ultrapassando os limites do imediatismo percebido através de um momento de crise.

Portanto, é necessário analisar como se organizam os processos de construção dos movimentos estudantis, considerando a história e a memória dos estudantes, para determinar se são ou não movimentos sociais.

A partir dos teóricos que conceituam movimento social, verifica-se a impossibilidade de definir os movimentos estudantis como sociais por uma perspectiva universal. O pesquisador deve analisar os processos específicos de cada movimento e como ocorrem os processos de organização, a partir das demandas do contexto: político, social e cultural.

Neste caso, verifica-se que os processos de formação de movimentos estudantis, do qual os colaboradores desta pesquisa participaram, se enquadram dentro dos elementos teóricos que compõem movimentos sociais. O Grêmio

¹⁴ Acordo firmado entre o governo federal e a United States Agency for International Development (USAID), conhecido como Acordo MEC-USAID que, entre outros pontos, visava estimular a privatização do ensino superior brasileiro através da transformação das universidades mantidas pelo Estado em fundações. Fonte: FGV CPDOC. União Nacional dos Estudantes (UNE). Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/uniao-nacional-dos-estudantes-une>. Acesso em: 5 abr. 2021.

Estudantil do Colégio Municipal Pelotense, apelidado de Gato Pelado, foi atuante diante de questões sociais e apresentou formas de organização contínuas, para além dos momentos de “picos” da conjuntura política.

Neste exemplo, os estudantes secundaristas organizaram o jornal *Estudante*, criaram grupos de teatros, publicavam matérias e organizavam ações solidárias com as comunidades periféricas da cidade, construindo o movimento desde a base, além de realizar as Passeatas do Gato Pelado, promovidas anualmente na cidade, comemorando a volta às aulas após o recesso do mês de julho através de fantasias, músicas, alegorias, gritos de protestos e críticas à sociedade pelotense.

Após o golpe de 1964, os colaboradores da pesquisa ingressaram nas universidades da cidade. E mesmo em período de repressão contra as manifestações de oposição dos estudantes, mantiveram a dinâmica de publicação dos jornais, neste caso, o periódico *O Acadêmico*.

Através dos jornais, os estudantes secundaristas e universitários projetavam desenvolver um meio de comunicação com a população de Pelotas. Na faculdade, os estudantes realizaram reuniões secretas entre universitários e contavam com a participação de ativistas políticos e trabalhadores, articulando com demais categorias movimentos efetivos na cidade em oposição à ditadura civil-militar.

Portanto, estudantes participaram, dentro de suas possibilidades, da construção dos movimentos estudantis, que resultaram na formação de agremiações escolares e diretórios acadêmicos. Foi nos momentos de “pico” da conjuntura social e política que se formularam pautas para a sua organização e atuação das lutas. Mas, além disso, o fator principal que une as diversas trajetórias estudantis em um processo de movimento é a identidade.

O conceito de identidade deve ser pensado como processo em construção a partir das interações sociais, sendo passíveis de constantes reconstruções e transformações em novas interações. Para Tilio (2009), identidade como construção social se dá no âmbito da representação da forma como os indivíduos se enxergam e enxergam uns aos outros no mundo. Segundo Louro (1997), os sujeitos possuem identidades plurais, múltiplas; identidades que se transformam, que não são fixas ou permanentes, que podem, até mesmo, ser contraditórias. Para o autor, neste processo que o sujeito desenvolve o pertencimento a diferentes grupos – étnicos, sexuais, de classe, gênero, etc., que culmina na constituição do sujeito na sociedade.

A partir do momento em que grupos coletivos de estudantes reconhecem o direito à participação política e social, os indivíduos aqui reunidos compõem uma identidade coletiva que resulta na construção do movimento social, identidade coletiva que une os indivíduos em um *nós*. Conforme Nayra Veras de Araujo e Antonia Jesuíta Lima (2001):

A identidade coletiva não é um dado ou uma essência, mas um produto de troca de negociações, decisões, conflitos entre os atores. Processos de mobilização, formas organizativas, modelos de lideranças, ideologias e formas de comunicação são níveis de análise significativos para reconstruir internamente o sistema de ação que constitui o ator coletivo. Mas, também as relações com os concorrentes, aliados, adversários e, em particular, as respostas dos sistemas políticos e dos aparatos de controle social, que definem um campo de oportunidades e vínculos do qual um ator coletivo se forma, se mantém ou se modifica no tempo (ARAUJO; LIMA, 2010, p. 120).

É nesse sentido, que os estudantes do Colégio Municipal Pelotense reorganizaram o Grêmio a partir dos momentos de “pico”. Simultaneamente, apresentaram em suas atuações pautas contínuas, reivindicando efetivas ações de transformação social para as comunidades e periferias de Pelotas. Essa maneira particular de atuar, através dos jornais, grupos de teatros e passeatas na cidade estabeleceu uma conexão entre eles a partir da qual foi se constituindo uma identidade grupal, que neste trabalho é reconhecida, a partir das narrativas de cada colaborador, como movimentos sociais.

2.1.3 Memória Social e História Oral

Para Maurice Halbwachs (2003), a memória, além de sua dimensão individual, é essencialmente coletiva, respondendo a um processo de construção na relação do sujeito com instituições sociais, como a família, a igreja, a escola, dentre outras.

Para esta pesquisa, a instituição escolar é fundamental para compreender os processos de memória, sejam coletivos ou individuais. A experiência de cada estudante e as trajetórias na escola revelam processos de construções – desde o presente – nos quais determinadas memórias são lembradas ou esquecidas.

Os colaboradores desta pesquisa possuem memórias mais fortes em relação à experiência estudantil, mas também se verificaram memórias que, no decorrer do tempo, sofreram com o esquecimento. Para Candau (2011), as memórias são mais fortes quando enredadas com a identidade do sujeito, como a familiar e a nacional. O

exemplo disso é que alguns professores são mais lembrados nas narrativas do que outros, assim como eventos escolares que foram mais marcantes para cada indivíduo.

Hallbwachs (2003) também expressa que a forma de memória coletiva mais completa são as memórias nacionais, constituídas a partir de um sentido hegemônico, selecionando memórias que se encaixam no campo coletivo a partir da identidade nacional que se pretende estabelecer.

A “memória oficial”, determinada pela construção coletiva de grupos privilegiados para uma determinada identidade, pretende silenciar memórias de indivíduos que se tornaram excluídos no campo coletivo, como sujeitos marginalizados, minorias e grupos de oposição às normas tradicionais de uma sociedade.

Michael Pollack (1989) considera que essas memórias consideradas subterrâneas prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio, de maneira quase imperceptível, aflorando em momentos de crise em sobressaltos bruscos ou exarcebados.

É importante ressaltar que a percepção do tempo é um elemento que se conecta à memória, assim como a identidade, representada por elos que compõem uma corrente narrada de forma diferente por cada colaborador. Este tempo se apresenta de maneira dinâmica. Não é uma narrativa linear e restrita apenas a questões do passado. Entra em jogo a dinâmica da memória, no momento presente, no qual se dá a interlocução com o pesquisador, onde se convida ao colaborador a “lembrar”, “retornar”, “rememorar”. A relação tempo e memória na dinâmica histórica se desenvolve ao pensar as lembranças do passado, influenciadas pelo presente e pelas expectativas futuras de cada pessoa.

Essas memórias são processos de reconstrução. Neste processo, ocorrem constantes processos de movimentações dessas memórias, baseadas nas experiências sociais dos indivíduos, em diversas lutas, eventos, traumas, etc.

As memórias dos entrevistados são fontes valiosas reconstruídas a partir de processos sociais experienciados por esses sujeitos, em que

As forças da lembrança disputam com as forças que impelem o esquecimento, cada uma delas buscando realizar sua potência, agindo ou reagindo em função de valores e interesses (GONDAR; DODEBEI, 2005, p. 22).

Para Candau (2012), o pesquisador deve se ater então ao fato de que essa memória social ou compartilhada está em processo de mudanças constantes, envolvendo combinações e enfrentamentos que a todo tempo se alteram.

Para Marieta Moraes Ferreira (2000), a memória é uma reconstrução do passado pautada por emoções e vivências do presente. É flexível e os eventos são lembrados à luz da experiência subsequente e das necessidades do presente que afetam a memória a partir de “um horizonte de expectativas” do futuro. Ou seja, pode ser que os colaboradores da presente pesquisa, futuramente, desenvolvam narrativas com detalhes divergentes, ou construídos diferentemente da narrativa atual, a partir de práticas e representações da memória social.

Essas memórias apresentam distorções, as quais podem também ser identificadas nas fontes escritas. Em referência a Le Goff (2003), Lapuente (2016) afirma que

Nenhum documento é inocente, e todos devem ser analisados criticamente, lhe desestruturando e desmontando para não se deixar levar pelo “discurso da fonte”, sendo importante adotar determinadas cautelas para evitar que isso ocorra. O que deve ser considerado é como o pesquisador se relaciona com o problema histórico e o exercício de análise que interroga este processo de construção (LE GOFF, 2003 apud LAPUENTE, 2016, p. 13).

Em se tratando da História Oral, o processo de análise das narrativas construídas pelos entrevistados começa por meio de um diálogo que, para Alessandro Portelli (2016), dá-se “na troca dialógica e de olhares”. No atual contexto de pandemia, questiona-se: como realizar a “troca de olhares”? Principalmente considerando que os colaboradores que foram estudantes secundaristas ou universitários na década de 1960 têm idade entre 70 e 80 anos, enquadrando-se assim no grupo de risco.

Diante de tal contexto, os historiadores passaram a discutir alternativas para a realização das entrevistas, sem que as pessoas fossem colocadas em risco de contaminação. Como resolução do problema, os trabalhos com oralidade buscaram realizar entrevistas a distância, utilizando ferramentas como computadores, *notebooks*, *smartphones* que contenham aplicativos com funções de ligações com imagem e áudio.

A esse respeito, o trabalho de Ricardo Santhiago e Valéria Barbosa Magalhães (2020) promove a discussão sobre como realizar História Oral em tempos de

pandemia. Os autores identificam paradigmas da HO acerca da realização das entrevistas à distância.

As entrevistas *online* costumam ser observadas com cautela, se não imediatamente descartadas, como se não houvesse dúvidas de que a História Oral e a pesquisa no meio digital não são amigas, mas rivais (SANTHIAGO; MAGALHÃES, 2020, p. 2).

Na HO, o corpo é visto como o motor que move o diálogo entre entrevistador e colaborador. Para além do que é dito, a produção da fonte oral é realizada por meio da subjetividade, do que os corpos presentes sentem, da maneira como gesticulam determinada fala sobre um assunto, os sentimentos expressados através das reações corporais, como, por exemplo: falar de cabeça baixa ao narrar um momento de trauma, utilizar um instrumento musical para apresentar uma canção que marcou a trajetória do entrevistado ou expressar um sorriso após celebrar um evento importante que aconteceu no passado.

As discussões acerca das entrevistas *online* debatem que a narrativa pode perder esse conteúdo de extrema importância para a construção da fonte, que contribui para o enriquecimento da análise do historiador, mesmo utilizando ferramentas como câmeras de celulares ou computadores. A questão é que o método de realizar as entrevistas à distância é pouco discutido pelos teóricos da História Oral, motivando a tradição de que a fonte é produzida com relevância a partir do encontro dos corpos em um mesmo espaço.

Nesse sentido, Ricardo Santhiago e Valéria Barbosa Magalhães (2020) argumentam que a entrevista à distância não deve ser analisada a partir da perspectiva das vantagens ou desvantagens, como: a) desvantagens - problemas de conexão gerando interrupções na narrativa produzida pelo colaborador; a intimidação da tecnologia causada pela inexperiência dos colaboradores com a dinâmica de entrevista online via softwares ou aplicativos; b) vantagens - realizar entrevistas com colaboradores de outras cidades, estados ou países, contribuindo para a redução dos custos da produção; a segurança do historiador e do entrevistado, evitando o risco de contaminação diante da pandemia.

Nesse sentido, o historiador deve se ater à maneira como a fonte foi produzida na relação entrevistador e colaborador. Considerando a importância das fontes orais à distância, a historiografia produzida no campo teórico e metodológico da HO deve

se dedicar a avançar com o tempo e a tecnologia, assim como analisar os processos de produção da fonte oral na modalidade *online*, considerando que a História, assim como o tempo, são mutáveis.

Tendo em conta essa discussão, a presente pesquisa realizou entrevistas com quatro colaboradores¹⁵. Três delas foram realizadas à distância com o aplicativo *Whatsapp*, sugerido pelos colaboradores por questões de afinidade e uso diário da ferramenta. Como materiais de apoio, o presente pesquisador utilizou um gravador – que possibilitou captar a voz dos colaboradores com maior qualidade e um diário de campo – para registrar detalhes mais específicos observados no decorrer das entrevistas.

Durante as entrevistas não houve problemas de sinais ou quedas de conexão, o que contribuiu para que as conversas fluíssem de maneira satisfatória. Os colaboradores apresentaram conforto ao produzir as narrativas utilizando o aplicativo à distância. Junto a isso, através do método audiovisual de produção das fontes orais, o pesquisador identificou em seu diário de campo sentimentos expressados pelos colaboradores ao narrar determinados assuntos, expressões de surpresa, felicidade, tristeza, medo.

Foi possível observar mesmo à distância que em alguns depoimentos, ao responder um questionamento sobre determinado assunto (como a repressão, participação política, ideologia), ocorrem silenciamentos, ou seja, com a mediação da tela se consegue perceber muitas das reações dos entrevistados quando perguntados sobre momentos experienciados no passado.

Os silenciamentos não podem ser apontados de maneira definitiva, mas de forma interpretativa, a partir da análise do historiador. Ao observar os silêncios nas narrativas dos colaboradores, entende-se que são processos que ocorrem de uma maneira complementar para a compreensão de um fato histórico, visto que o silêncio tem um significado e quer dizer algo.

Por fim e mais importante, tanto pesquisador quanto colaborador construíram as fontes orais de maneira segura, sem colocar as vidas em risco de contaminação no contexto de pandemia de COVID-19.

¹⁵ Por exigência do entrevistado José Luis Marasco Cavalheiro Leite, a entrevista foi realizada de maneira presencial, seguindo os protocolos de segurança e prevenção da COVID-19 estabelecidos pela Organização Mundial da Saúde, utilizando máscaras faciais, higienizando as mãos e objetos e mantendo distância segura.

Ao narrar suas trajetórias durante os anos de 1961-1968, mesmo à distância, os colaboradores conseguiram expressar seus sentimentos sobre o tema. Para compreender como o processo de ditadura civil-militar no Brasil os impactou, faz-se necessário contextualizar os processos das ditaduras na América Latina, a ditadura civil-militar brasileira e seus reflexos no estado do Rio Grande do Sul.

2.2 As ditaduras na América Latina

A Guerra Fria (1947-1991) foi o marco histórico que definiu o início das implementações das ditaduras de segurança nacional nos países da América Latina. Os protagonistas dos conflitos eram os países denominados como potências mundiais na época. De um lado, existiam especulações de que a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) pretendia implementar o seu sistema político de Estado no mundo; do outro, os Estados Unidos da América (EUA), como superpotência capitalista, almejava reconstruir o mundo após a Segunda Guerra Mundial e ser considerado como líder dos demais países, tornando-os dependentes do seu sistema capitalista de governo, utilizando intervenções militares onde as liberdades capitalistas supostamente estivessem ameaçadas.

Os Estados Unidos naquele momento haviam tomado para si o papel de guardiões da democracia do chamado mundo livre, atuando como verdadeiros policiais ideológicos do Hemisfério Ocidental. A partir do ano de 1947, quando as relações entre as duas superpotências vão se esvaindo e sendo agravadas principalmente pela chamada Doutrina Trumam que prometia "apoiar os povos livres que resistem a tentativas de subjugação por minorias armadas ou pressões de fora", é que a bipolarização do mundo torna-se concreta. Neste mesmo ano os EUA decidem manter as tropas no Velho Continente promovendo o rearmamento das mesmas e suspendendo a desmobilização de seus exércitos de ocupação (BARROS, 2015, p. 5).

Com o objetivo de controlar o mundo ocidental a partir do capitalismo, era necessário para os EUA conter os avanços dos ideais comunistas da URSS, principalmente após a Revolução Cubana, que derrubou a ditadura de Fulgêncio Batista, em 1959, e impulsionou diversos movimentos revolucionários de cunho socialista na América Latina. Antes mesmo da Revolução Cubana, os EUA já

implementaram a Doutrina de Segurança Nacional¹⁶, percebendo a URSS como disseminadora do socialismo, visto como instrumento de agressão aos valores capitalistas defendidos pela potência americana. Em função disso, o Congresso dos EUA aprova a “Lei de Segurança Mútua”, fornecendo material bélico e assessoria militar para os países da América Latina fortalecerem suas defesas contra os avanços da URSS. As medidas buscavam a “profissionalização das Forças Armadas”, exigindo dos militares a capacitação de gestão dos Estados Nacionais. Em consequência deste processo, se desencadearia a subordinação civil.

O fortalecimento das forças militares como efeito da implementação da Doutrina de Segurança Nacional na América Latina desencadeou golpes antidemocráticos em países latinoamericanos ao longo das décadas de 1950, 1960 e 1970. Estes processos eram baseados na premissa da defesa dos Estados Nacionais contra as forças comunistas e progressistas e proteger o sistema capitalista.

Na Guatemala, com participação direta dos EUA, o presidente Jacobo Arbenz foi derrubado do cargo, em 1954. No mesmo ano, o presidente do Paraguai, Federico Chávez, sofre golpe dos militares liderados pelo chefe do seu Estado-Maior, o general Alfredo Stroessner.

Na Argentina, o processo de ditadura ocorreu a partir do golpe contra o então presidente Arturo Illia no dia 28 de junho de 1966. A partir do movimento autodenominado “Revolução Argentina”, encabeçado pelo general Juan Carlos Onganía, junto a aliados civis, implementou um governo autoritário e modernizador, do qual o fracasso da experiência levou a uma rápida restauração do poder civil em 1970 e ao consequente retorno de Juan Domingo Perón ao poder, em 1973. Após a

¹⁶ O ponto nodal da DSN era a percepção de que a URSS utilizava o comunismo internacional como instrumento de agressão e de subversão no interior dos países. Frente a isso, os EUA contrapunham uma guerra total e permanente. Autoproclamando-se defensora do “mundo livre”, a superpotência capitalista impôs uma divisão de tarefas no plano militar, correspondendo aos países latinoamericanos arcar com a proteção dos seus territórios nacionais. O Avanço da DSN na região foi simultâneo ao processo de pentagonização dos exércitos latino-americanos, a partir de 1951, com a aprovação pelo Congresso dos EUA da “Lei de Segurança Mútua”, sob cuja cobertura foram estabelecidas as premissas de fornecimento de material bélico e de missões de assessoria militar. No cerne da doutrina, propunha-se a necessidade de um novo profissionalismo das Forças Armadas, focalizando a preservação da segurança interna diante da “ameaça subversiva”, o que exigia uma capacitação da aplicação dessa diretriz era a subordinação do poder civil. “Segurança para o desenvolvimento” era a essência da mensagem e, nela, a segurança virou condição fundamental para qualquer possibilidade de desenvolvimento, o que implicou na implantação da “ordem” e na eliminação do conflito mediante o emprego da força. Por sua vez, o Estado foi instrumentalizado para irradiar valores castrenses (disciplina, verticalidade, hierarquia e ordem) pelo conjunto da sociedade. O resultado desta orientação significou a extrapolação ilimitada da ação militar; sendo assim, as Forças Armadas se autoperceberam como fator fundamental da “construção nacional”, com a consequente tendência de intervir nos mais diversos âmbitos da vida social, para impor sua lógica securitista (PADRÓS, 2012, p. 498-499).

morte de Juan Domingo, Isabelita Perón assumiu o cargo de presidenta, diante dos dados da inflação econômica que registravam alta dos preços entre 500 e 800%. (NOVARRO, PALERMO, 2007). No dia 24 de março de 1976, ocorreu o golpe de Estado que depôs Isabelita Perón e o autodenominado "Processo de Reorganização Nacional", composto pela junta militar das três Forças Armadas (Aeronáutica, Exército e Marinha), assumiu o poder e em seguida indicou o general Jorge Rafael Videla para presidir o país. A partir de então desencadeou um regime pautado na desindustrialização, no endividamento externo, em sua autolegitimação, na centralização do poder nas mãos dos militares, com a participação direta dos civis oriundos das elites nacionais, e no Terrorismo de Estado. Estima-se que mais de 30 mil pessoas tenham sido mortas durante essa ditadura (SADDER; JINKING, 2006).¹⁷

No Uruguai, o golpe de Estado ocorre no ano de 1973 influenciado pela Doutrina de Segurança Nacional. O presidente Juan Maria Bordaberry, propunha no país a subordinação civil aos militares. Junto a isso, suspendeu a Constituição, proibindo a participação de partidos de oposição nas eleições. A suspensão beneficiou os militares, que passaram a ter mais poderes políticos no país. Com poderes incrementados, os militares organizam e efetivam o golpe contra o presidente para a tomada do poder e o controle político do país, derrubando Bordaberry em 1976.

No mesmo ano de 1973, Salvador Allende, presidente eleito no Chile, um dos fundadores do Partido Socialista no país, no ano de 1933, foi derrubado com um golpe de Estado liderado pela junta militar que colocou no poder o general Augusto Pinochet. Após o golpe, Allende foi morto. Existe uma interrogação sobre o fato, dividida em duas teorias: a primeira afirma que ele cometeu suicídio após a invasão do Palácio de La Moneda; a outra é que foi assassinado pelas tropas invasoras.

Cada processo de golpes militares pautados na Doutrina de Segurança Nacional possui suas especificidades, que se constituem a partir de questões políticas, econômicas e sociais de cada país. O golpe civil-militar de 1964 no Brasil, iniciando o processo de ditadura no país, durou até 1985. O subcapítulo a seguir pretende reunir algumas das questões citadas acima, que compõem o processo de golpe civil-militar brasileiro¹⁸.

¹⁷ Histórico da Ditadura Civil-Militar Argentina. **Memória e Resistência**. Disponível em: https://paineira.usp.br/memresist/?page_id=239. Acesso em: 24/06/2022.

¹⁸ Bibliografia de referência sobre as ditaduras na América Latina: FICO, Carlos. Ditadura e democracia na América Latina: Balanço histórico e perspectivas, 2008. 275p; WASSERMAN, Claudia, Ditaduras Militares na América Latina, 2008, Rio de Janeiro: FGV Editora. 216p.

2.3 Antecedentes e o golpe civil-militar de 1964 no Brasil

O golpe de 31 de março de 1964 no Brasil é o resultado de processos de crises e tensões políticas experienciadas no país desde o início da década. Jânio Quadros tomou posse no dia 31 de janeiro de 1961, eleito com 5,6 milhões de votos pelo Partido Trabalhista Nacional (PTN), com forte apoio do Movimento Popular Jânio Quadros (MPJQ)¹⁹. João Goulart foi eleito vice-presidente pelo PTB com 4,5 milhões de votos²⁰. Após tomar posse, Jânio foi ao rádio e discursou contra seu antecessor Juscelino Kubitschek sobre problemas que enfrentaria em relação à economia do país. Segundo Jorge Ferreira (2015), a situação econômica do Brasil era a seguinte:

Se em 1955 o déficit era de 28 bilhões e 800 milhões de cruzeiros, chegava agora a 193 bilhões e 600 milhões de cruzeiros. A inflação era outra preocupação. Atribuindo o índice 100 para a média de 1948, em dezembro de 1960 ela alcançou 820 (FERREIRA, 2015, p. 219).

A solução para o governo Jânio foi estabelecer uma política interna conservadora, vista com bons olhos pelos EUA, e uma política externa conciliadora, dialogando com o setor capitalista liderado pelos americanos e mantendo diálogos com os soviéticos. A política externa de Jânio não agradava aos conservadores partidários a ele, principalmente no Congresso Nacional. Seus aliados estavam insatisfeitos com a sua postura política, agravando a crise. Segundo Ferreira:

Os conservadores que o elegeram demonstravam insatisfação com a política externa; as esquerdas, notadamente o PTB, atacavam a política econômica. Todos repudiavam as comissões de inquérito. Goulart, afastado de Jânio devido às acusações que sofrera, observava os acontecimentos (FERREIRA, 2015, p. 223).

¹⁹ No dia 20 de abril de 1959, um grupo liderado por Carlos Castilho Cabral, ex-secretário do Trabalho do governo Jânio e um dos políticos que lhe eram mais próximos, reuniu-se na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), no Rio de Janeiro, e fundou o Movimento Popular Jânio Quadros (MPJQ), lançando nessa ocasião a candidatura do ex-governador de São Paulo à presidência da República. No dia seguinte, a convenção nacional do PTN, pequeno partido de expressão apenas paulista, escolheu Jânio para disputar em sua legenda a sucessão de Kubitschek.

²⁰ Neste pleito, o cargo de Vice-Presidente também era votado, diferentemente do presente, em que o eleitor escolhe apenas o candidato a Presidência da República que compõe uma chapa com o candidato à Vice-Presidência.

Jânio desagradava os eleitores conservadores com a política externa mais independente. O PTB criticava os impactos da reforma cambial estabelecida pelo governo de Jânio, que elevava os custos de vida. Goulart se afastou de Jânio pelas acusações que sofrera por parte das comissões criadas pelo presidente, que apuravam gastos públicos. Goulart então encaminhou carta direta para Jânio e para a imprensa, a fim de esclarecer as acusações.

Além do distanciamento do partido do vice-presidente, Jânio enfrentava no Congresso uma grande oposição:

Em conjunto, o PSD, o PTB e o PSP chegavam a 200 parlamentares, enquanto o bloco da situação, com a UDN, o PR e o PDC, não alcançava 100 parlamentares. A UDN agia como cúmplice da oposição, aumentando o isolamento do presidente. (FERREIRA, 2015, p. 223)

A partir desse contexto desfavorável, Jânio Quadros não encontrava apoio político necessário para aprovação de seus projetos políticos. Em meados de agosto, o ministro da justiça Carlos Lacerda afirmou: “O Jânio acha impossível governar com o Congresso e pretende fazer uma reforma na Constituição que reforce o Poder Executivo”²¹.

Ao tomar conhecimento das denúncias de Carlos Lacerda, Jânio Quadros decide renunciar ao governo, em reunião com seus ministros militares, encaminhando o documento de renúncia ao Congresso com os dizeres: “Nesta data, e por este instrumento, deixando com o ministro da Justiça as razões de meu ato, renuncio ao mandato de presidente da República. Brasília, 25 de agosto de 1961”²².

Para historiadores que pesquisam sobre o tema, a renúncia de Jânio Quadros pode ser interpretada como uma ação que pretendia mobilizar seus apoiadores em prol de sua defesa, resultando em manifestações que reivindicassem o retorno de Jânio ao cargo da presidência. Existem versões sobre as pretensões de Jânio Quadros em relação a sua renúncia. Jefferson José Queler (2008) aponta que a tentativa de reunir apoio popular após a renúncia foi um insucesso dos planos de Jânio Quadros:

²¹ FGV CPDOC. **Verbetes Jânio da Silva Quadros**. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/janio-da-silva-quadros>. Acesso em: 4 abr. 2021.

²² FGV CPDOC. **Verbetes Jânio da Silva Quadros**. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/janio-da-silva-quadros>. Acesso em: 4 abr. 2021.

Entrementes, as mobilizações da sociedade civil para a recondução de JQ à presidência, conforme ele próprio esperava, não ocorreram. Ao que tudo indica, da mesma forma que a imagem de ditador parece ter ganho crédito junto ao Congresso, contribuindo para a efetivação do pedido de renúncia sob forte suspeita da articulação de um golpe de Estado, a imagem do bufão parece ter sido investida de grande credibilidade no seio da população depois da renúncia, mas desta vez em seu viés negativo (QUELER, 2008, p. 333).

Sobretudo, Jânio Quadros pretendia ser lançado ao poder novamente a partir de manifestações populares. Em outra análise sobre a participação dos militares na renúncia de Jânio, Angelina Cheibub Figueiredo (1993) menciona a tentativa de golpe ensaiada pelos ministros militares, ao descumprirem a Constituição e empossar o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, com o objetivo de impedir a posse de João Goulart.

No Rio Grande do Sul, durante solenidades do Dia do Soldado, em que Porto Alegre recebia o III Exército, chegou a informação ao governador Leonel de Moura Brizola sobre a renúncia de Jânio. Surpreso, o governador desconfiou ter sido um golpe militar. Brizola teria telefonado a vários militares para confirmar um possível golpe. Entre eles, conversou com o marechal Henrique Teixeira Lott, que indicou nomes de generais e coronéis no Rio Grande do Sul que poderiam ajudá-lo a resistir ao golpe (FERREIRA; GOMES, 2014).

A ideia de golpe militar no ano de 1961 é levantada após a decisão de Odílio Denys de impedir a posse de João Goulart e sua prisão, caso chegasse ao Brasil, após viagem que fez à China, parte da pauta do PTB de construção de relações com o país comunista que teve apoio do então presidente Jânio Quadros. Brizola necessitava romper com a censura imposta pelos militares e comunicar à população a real situação da crise instaurada no país. Conseguiu alcançar 150 rádios interligadas à Rádio Guaíba, instalada nos porões do Piratini, ainda que cercado por homens da Brigada Militar e por populares do Rio Grande do Sul. Em seguida, conquistou o apoio do III Exército, comandado pelo general Machado Lopes.

A crise se acentuava. Brizola conseguia a façanha de enfrentar o poder militar no Brasil. Nas palavras de Jorge Ferreira e Angela de Castro Gomes (2015): “[...] a primeira liderança civil a enfrentar abertamente um golpe militar. Essa marca ficou em seu currículo, tornando algo inesquecível para muitos militares” (FERREIRA; GOMES, 2015, p. 37).

A comitiva brasileira de Jango retornou no dia 1º de setembro de Montevidéu, no Uruguai. Eram esperados pelos brasileiros na cidade de Porto Alegre no mesmo dia. Conscientes da complexidade da crise, os parlamentares elaboraram um plano em que Jango assumisse a presidência sem desagradar as forças militares. A saída encontrada foi a proposta de regime parlamentarista. No parlamentarismo, João Goulart assumiria como Chefe de Estado, em caráter simbólico, e seria eleito um Chefe de Governo como primeiro-ministro. Segundo Ferreira e Gomes (2015), há muitos anos havia uma emenda parlamentarista em tramitação no Congresso, que nunca foi levada a sério.

No dia 1º de setembro, quando João Goulart chegou a Porto Alegre, organizou-se reunião com o governador Brizola e com o general Machado Lopes, apresentando e discutindo propostas. Após a reunião, Jango vem a público e proclama aceitar assumir a presidência em regime parlamentar, citando a frase: “Que Deus me ilumine, que o povo me ajude e que as armas não falem”²³.

A solução parlamentar não conteve a crise política, como relatado pelos parlamentares que comemoravam a aprovação do novo sistema político. No Brasil, a crise se disseminava pelos estados brasileiros.

Garantir a posse de João Goulart como presidente, mesmo em regime parlamentarista, dividia a sociedade. Para alguns, era uma vitória da resistência e o golpe não tinha se efetivado. Por outro lado, a vitória só seria concreta com Jango fechando o Congresso e assumindo a presidência, de acordo com a vontade de Brizola.

No dia 7 de setembro de 1961, após João Goulart tomar posse no regime parlamentarista, Brizola declarou lutar pela antecipação do plebiscito – que afinal ocorreu em 6 de janeiro de 1963. Com o objetivo de restaurar os poderes do Presidente da República retirados pela proposta parlamentarista, Jango contou com apoio de políticos que pretendiam concorrer às eleições de 1965, como o próprio Leonel Brizola, Juscelino Kubistcheck e Carlos Lacerda. Com a conjuntura favorável, o voto pelo “não” ao parlamentarismo venceu, dando vitória ao retorno do presidencialismo.

Em 6 de janeiro, a população brasileira foi às urnas e votou NÃO. O presidencialismo, quer dizer João Goulart, obteve uma vitória

²³ Jornal *Diário Popular*, 2 de setembro de 1961, p. 9.

esmagadora. Dos cerca de 11,5 milhões de eleitores, quase 9,5 milhões, ou cinco em cada seis eleitores, votaram pelo retorno do regime presidencialista. Goulart, pode-se dizer, foi eleito pela segunda vez. Só que, com o plebiscito, para ser presidente da República (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 89).

Com resultado do plebiscito, João Goulart inicia seu governo em regime presidencialista em um momento de intensa crise econômica no país, com uma grande inflação, endividamento externo e déficit no balanço de pagamentos. Elaborado por Celso Furtado, então Ministro do Planejamento, o governo apresentou a proposta de Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social (1963-1965), com o objetivo de compatibilizar o combate ao surto inflacionário. Como define Caio Navarro de Toledo (2004):

Apesar de não atribuir aos salários efeitos inflacionários, na prática, o Plano pedia — como todos os planos de “salvação nacional” — que os trabalhadores (novamente) “apertassem os cintos”, em nome de benefícios que viriam obter a médio e a longo prazo. Os tradicionais apelos à “colaboração” e ao “patriotismo” da classe trabalhadora eram reiterados pelos formuladores do Plano (TOLEDO, 2004, p. 16).

Durante o governo, Jango manteve estreitas relações com os trabalhadores. O papel do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT)²⁴ é visto como importante, no que se refere à participação política efetiva, considerando que os líderes da entidade se reuniam diretamente com o presidente da República, o que gerava descontentamento das classes mais conservadoras, lideradas pelas elites empresariais. Sob o presidencialismo, os líderes do CGT tensionavam o governo de Goulart para a luta por melhores salários para os trabalhadores, como resposta à insatisfação com a proposta do Plano Trienal do governo, que previa aumento de 40% para funcionários civis e militares. O CGT organizava greves que reivindicavam 70% de aumento.

Insatisfeito com as greves, Goulart organizou manifestações sem a participação do CGT no Rio de Janeiro. Em resposta, o Comando Geral dos Trabalhadores, junto

²⁴ Organização intersindical de trabalhadores, de âmbito nacional, não reconhecida pelo Ministério do Trabalho, criada durante o IV Congresso Sindical Nacional dos Trabalhadores realizado em São Paulo, em agosto de 1962, com o objetivo de orientar, coordenar e dirigir o movimento sindical brasileiro. Desarticulou-se devido à repressão desencadeada pelo movimento político-militar de 31 de março de 1964, que ocasionou a prisão de seus líderes, a intervenção nos órgãos sindicais oficiais filiados e a extinção de todas as demais organizações intersindicais. Fonte: FGV CPDOC. **Comando Geral dos Trabalhadores (CGT)**. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/comando-geral-dos-trabalhadores-cgt>. Acesso em: 4 abr. 2021.

à Frente de Mobilização Popular (FMP) impulsionada por Leonel Brizola, apresentou uma série de reivindicações ao governo de Jango, inclusive o prazo para o aumento de 70% dos salários do funcionalismo público. Pressionado, o Congresso, mesmo contra o Plano Trienal de Goulart, aprovou a porcentagem requerida pelo CGT para aumento dos salários.

Ao ceder às reivindicações do CGT, o governo não conteve as manifestações grevistas. Ao contrário, trabalhadores de demais categorias passaram a organizar movimentos exigindo aumentos de salários, com apoio do CGT:

Em setembro, a revolta de cerca de seiscentos sargentos em Brasília recebeu o apoio do CGT. O novo ministro da Guerra, general Jair Dantas Ribeiro, assumiu o controle do levante, já que Goulart se encontrava no Rio Grande do Sul [...]. Com o intuito de manter os trabalhadores sob controle, Dantas Ribeiro comunicou ao CGT que reprimiria qualquer greve geral em solidariedade aos sargentos (FGV/CPDOC, 2021).

Além das atuações dos trabalhadores representados pelo CGT, os estudantes protagonizaram movimentos em que reivindicavam reformas na educação. Liderados pela União Nacional dos Estudantes (UNE) e pelas Uniões Estaduais dos Estudantes (UEEs), os movimentos estudantis no Brasil atuaram em defesa das lutas específicas dos estudantes, como a reforma universitária, que integrava as chamadas Reformas de Base, exigindo do Governo Federal propostas com objetivos de socializar os espaços de educação no país e cobravam melhorias na qualidade de ensino básico e superior.

As entidades estudantis participaram da ampla frente antilatifúndio e anti-imperialismo, que incluía também a Frente de Mobilização Popular (FMP), a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), as Ligas Camponesas, entre outros.

O governo de Jango sofria com pressões pela reforma agrária. Neste contexto, as lutas das Ligas Camponesas nasceram da resistência contra a expulsão de trabalhadores do campo. Em determinadas localidades, ocorriam conflitos entre trabalhadores do campo e latifundiários. Lideranças eram perseguidas e assassinadas a mando dos empresários rurais. João Goulart defendia as leis de reforma agrária desde o período parlamentarista. Porém, desde a proposta de revisão da Constituição, o presidente encontrava barreiras organizadas por movimentos conservadores, como setores da Igreja Católica, partidos políticos como a UDN e a grande imprensa.

Essas tensões políticas enfrentadas pelo governo de João Goulart desestabilizavam o seu poder como presidente, no decorrer das insuficientes resoluções para os problemas econômicos, políticos e sociais, que só se intensificavam.

Carlos Fico (2014) argumenta que, por um lado, as classes conservadoras, a Igreja Católica, e parte da classe média formada por empresários e latifundiários apoiaram a derrubada de Jango. Por outro lado, o autor apresenta índices positivos de avaliação popular do governo. Nas pesquisas prévias para as eleições presidenciais de 1965, segundo o autor, Jango

Contava com mais da metade das intenções de voto na maioria das capitais pesquisadas, perdendo para Juscelino Kubitschek apenas em Belo Horizonte e Fortaleza. 55% dos paulistanos entrevistados consideravam as medidas anunciadas no Comício Central por Jango muito importantes para o povo [...]. Pouco antes do golpe, a proposta de reforma agrária obteve apoio superior a 70% [...]. Isso comprova que a campanha de desestabilização de que foi vítima – que gerou propaganda massiva – não foi eficaz, muito menos suficiente para a derrubada de Jango (FICO, 2014, p. 9).

Sobretudo, mesmo com a massiva propaganda contra o governo de Goulart, amplificada por líderes conservadores, as pesquisas apresentadas por Carlos Fico (2014) revelam um grande apoio da população para seu governo, indicando uma expressiva força para as eleições presidenciais seguintes.

O plano para remover João Goulart do jogo político era implementar no Brasil a Doutrina de Segurança Nacional, para que o país fosse estruturado a partir da segurança, elencando as forças armadas como responsáveis por essa reorganização e reestruturação, resolvendo os problemas de crises econômicas, políticas e sociais.

O movimento formado por militares e civis concretiza o golpe no dia 31 de março de 1964, derrubando João Goulart do cargo de Presidente da República do Brasil, empossando Castelo Branco como presidente no dia 11 de abril de 1964.

Considerando o representativo apoio civil para a concretização do golpe, o termo mais correto para denominar a ditadura brasileira é nomeando-a como “ditadura civil-militar”.

De acordo com Carlos Fico (2014), não é o apoio político que determina a natureza dos eventos da história, mas a efetiva participação dos agentes históricos em sua configuração. Portanto, é correto incluir a participação civil, reconhecendo a

mobilização das classes conservadores da sociedade, que contribuíram para a efetivação do golpe.

2.4 A ditadura civil-militar no Rio Grande do Sul

No estado do Rio Grande do Sul, setores civis que apoiaram o golpe logo após o 31 de março de 1964 trataram de se manifestar publicamente em favor dos militares, disseminando discursos contra líderes políticos, movimentos sociais e partidos políticos. Muitos que haviam apoiado a Campanha pela Legalidade, após o golpe passaram a rechaçar qualquer manifestação de apoio a Jango.

No dia 1º de abril de 1964, o governador Ildo Meneghetti declarou apoio aos militares, contra Goulart. Em seu segundo mandato, destacou-se na oposição a Goulart, tendo sido um dos signatários de um manifesto lançado em 1963 por governadores contrários ao governo central, entre os quais Ademar de Barros, de São Paulo, José de Magalhães Pinto, de Minas Gerais, e Carlos Lacerda, da Guanabara. Na mesma época, aliou-se a setores civis e militares que, com a justificativa de assegurar a legalidade, que consideravam ameaçada pelo próprio presidente, iniciaram a conspiração para a tomada do poder por vias extralegais²⁵.

Ildo Meneghetti, que havia transferido a sede do governo para a cidade de Santa Maria, retornou para Porto Alegre e promoveu comemorações de vitória pelo golpe de 1964, contando com a presença do arcebispo da Igreja Católica Dom Vicente Scherer, a grande imprensa do estado e entidades representativas dos produtores e empresários latifundiários. Líderes políticos da oposição ao golpe foram presos, entre eles Sereno Chaise, prefeito de Porto Alegre. Leonel Brizola teve de procurar refúgio. Líderes e integrantes do governo de João Goulart também foram presos. A partir deste momento, as perseguições e prisões de manifestantes contrários aos golpistas se acenturaram.

Apoiadores da ditadura civil-militar, através da mídia e de suas lideranças, intensificaram propagandas e discursos sobre o movimento golpista de 1964, que teria supostamente o objetivo de defender as instituições tradicionais da sociedade brasileira do perigo iminente do comunismo internacional.

²⁵ FGV CPDOC. **Ildo Meneghetti**. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/meneghetti-ildo>. Acesso em: 5 abr. 2021.

Foi criada a Comissão Geral de Investigação (CGI) com o discurso de combater a corrupção, porém, a comissão atuou na intimidação de funcionários públicos que apresentassem histórico de ligação com movimentos e partidos considerados subversivos, sofrendo exonerações de seus cargos e impedimento a participações em concursos públicos no Rio Grande do Sul.

Fica clara a estratégia de deslegitimação dos movimentos que protagonizaram as lutas sociais no governo de João Goulart, como os sindicatos, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MASTER), o movimento estudantil, líderes trabalhistas como Brizola e o próprio Jango. Pode-se notar também que as denúncias não partiam somente dos golpistas. Muitos cidadãos manifestavam-se nesse sentido, pedindo expurgos e prisões (KONRAD; LAMEIRA; LIMA, 2013, p. 115).

O governo utilizou a Doutrina de Segurança Nacional para convencer a população de que os militares eram capazes de vencer o inimigo interno. O discurso era construído com o objetivo de estabelecer a ordem no país, e de lutar contra a corrupção e contra a ameaça do comunismo internacional. Líderes comunistas, trabalhistas, liberais críticos, sindicalistas, todos eram, de alguma forma, conectados a planos de subversão.

Com o primeiro Ato Institucional assinado pelo Conselho de Segurança Nacional em 9 de abril de 1964, os militares buscavam colocar em ação a “operação limpeza”, que promoveu a cassação de dezenas de deputados no Estado, principalmente parlamentares do PTB de João Goulart. Um mês depois, 22 políticos gaúchos tiveram seus mandatos legislativos cassados (KONRAD; LAMEIRA; LIMA, 2013).

O Ato Institucional n. 2 foi decretado com o objetivo de ampliar o alcance da “operação limpeza” no setor público, aumentando o número de cassação de funcionários públicos. Com o Ato Complementar n. 4, apenas os partidos Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e Movimento Democrático Brasileiro (MDB) poderiam concorrer a cargos políticos e participar das eleições. O MDB formulou sua base de candidatos com significativa participação de dissidentes do PTB, que, ao se candidatar para concorrer às eleições em 1965, tinham seus direitos políticos cassados. O MDB se mostrava com grande potencial para vencer as eleições para governo do Rio Grande do Sul, visto que 28 dos 55 deputados estaduais eram membros do partido e a grande maioria com trajetória no PTB.

Castelo Branco, ao reconhecer o potencial vitorioso da oposição no estado, anunciou uma nova lista de cassações de deputados do Rio Grande do Sul.

Além da intensificação da “operação limpeza”, diversas intervenções no plano sociopolítico foram realizadas, buscando eliminar líderes de movimentos sociais e assegurar a ditadura contra potenciais revoltas.

No setor de transportes houve intervenção na Viação Férrea do Rio Grande do Sul e na Cooperativa da Viação Férrea de Santa Maria, além da Carris de Porto Alegre. Os metalúrgicos também foram visados, com a intervenção no Sindicato dos Metalúrgicos de Caxias do Sul. O movimento estudantil e dos professores também era alvo do governo. Interventores atuaram na União Gaúcha dos Estudantes Secundaristas (UGES), na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), na Federação dos Estudantes Universitários Particulares (FEUP), na Federação dos Estudantes da Universidade do Rio Grande do Sul (FEURGS), na Universidade de Passo Fundo, na União Estadual de Estudantes (UEE), no DCE da UFRGS (KONRAD; LAMEIRA; LIMA, 2013, p. 121-122).

Para conter as revoltas, o governo realizou uma série de prisões, que culminaram em mortes desde os primeiros anos da ditadura civil-militar. A primeira morte no Rio Grande do Sul foi a de Alfeu Alcantara Monteiro, coronel aviador, fuzilado em 4 de abril de 1964 na Base Aérea de Canoas, por resistir à prisão, ordenada por ele se posicionar contra o golpe²⁶.

A segunda morte foi registrada no município de São Leopoldo. A vítima foi o sargento Bernadino Saraiva, que resistiu a prisão e foi morto. A versão oficial é de suicídio. A terceira morte foi registrada em Santa Maria, do ferroviário, sindicalista e militante do PTB Onofre Ilha Dorneles, vítima de tortura, falecendo dois meses depois, ao não resistir aos ferimentos. Em Três Passos, o agricultor Evaristo Alves da Silva foi assassinado por se recusar a confessar apoio a Leonel Brizola. A causa da morte é registrada como suicídio, no dia 10 de abril de 1965.

Konrad, Lameira e Lima (2013), ao analisar edições do jornal *Correio Popular* publicadas entre 1964 e 1966, constataram que sete mortes foram registradas no

²⁶ A perícia médica constatou que foi assassinado pelas costas com uma rajada de metralhadora, tendo sido encontrados 16 projéteis em seu corpo. Com base nessa perícia e nos depoimentos de vários oficiais que presenciaram o assassinato, a família moveu um processo incriminando o principal responsável e autor dos disparos, o então coronel. Roberto Hipólito da Costa que, apesar das inúmeras evidências, foi absolvido.

Fonte: Dossiê Mortos e Desaparecidos no Brasil. **Alfeu de Alcântara Monteiro**. Disponível em: <http://www.desaparecidospoliticos.org.br/pessoa.php?id=47&m=3>. Acesso em: 5 abr. 2021

estado. Para os autores, esses casos representam alguns dos principais alvos da repressão política: militares nacionalistas e líderes trabalhistas ou sindicais.

Nos últimos anos, as pesquisas sobre a ditadura civil-militar no Rio Grande do Sul aumentaram consideravelmente. Esses trabalhos evidenciam como atos contra os direitos humanos foram frequentes durante os primeiros anos da ditadura civil-militar.

Caroline Silveira Bauer (2007) investiga as práticas de terrorismo de Estado empregadas pelo DOPS/RS entre os anos de 1964 e 1982. Marília Brandão Amaro da Silveira (2014) investigou as rotas de exílio utilizadas por militantes alvos da ditadura civil-militar, com o objetivo de organizar movimentos sociais no exílio e prestar solidariedade para perseguidos políticos. A pesquisa de Elena Teixeira Porto Vieira (2018) trabalha com a ditadura civil-militar na cidade de Jaguarão, região de fronteira com o Uruguai.

Amanda Gabriela Rocha Vieira (2020) aborda os impactos da ditadura civil-militar nos povos indígenas do Rio Grande do Sul, investigando as experiências dos kaingang entre os anos de 1963 a 1988. Bruno de Azambuja Silveira (2020) trabalha com o caso de militantes que foram presos políticos e suas experiências de repressão na Ilha do Presídio.

Estes são exemplos de inúmeros estudos que ao longo dos anos vêm sendo desenvolvidas sobre o tema da ditadura civil-militar no Rio Grande do Sul. A presente pesquisa pretende analisar as experiências de estudantes de Pelotas que atuaram no movimento estudantil na cidade durante os anos de 1961 a 1968. Portanto, no capítulo a seguir, os movimentos estudantis serão contextualizados a partir das influências internacionais de movimentos protagonizados pelas juventudes, a trajetória do movimento estudantil no Brasil e as formas de atuação e organizações no Rio Grande do Sul.

3 JUVENTUDE E MOVIMENTOS ESTUDANTIS NA DÉCADA DE 1960

3.1 Contexto internacional

Estudos analisam que a “explosão” de movimentos estudantis no mundo foi marcada por movimentos entre estudantes e trabalhadores na França, em maio de 1968. A juventude na França contestava as políticas autoritárias, a sociedade de consumo e a própria Guerra Fria, responsável por conflitos causados em algumas localidades mundiais. A partir das manifestações estudantis, irromperam sucessivos movimentos de protestos em diversas universidades de países da Europa e das Américas, que ganharam uma dimensão ainda maior com a ampliação de revoltas de trabalhadores.

Apesar do maio de 1968 na França ser um marco que marca um período de grande agitação estudantil, estudos históricos sobre os movimentos protagonizados pelas juventudes e por estudantes apresentam processos de manifestações e revoltas em períodos anteriores, que influenciaram estudantes de outros países.

Em 1918, por exemplo, estudantes da Universidade de Córdoba, na Argentina, organizaram um manifesto propondo uma série de reformas na educação do país, com o objetivo de socializar os espaços educativos, não apenas as elites, mas também a classe operária em ascensão na época. Os princípios da Reforma Universitária de Córdoba eram:

- a) autonomia universitária; b) eleição dos dirigentes pela comunidade acadêmica; c) concursos para a provisão de cargos docentes; e) docência livre; f) assistência livre; g) gratuidade do ensino; h) renovação dos métodos de ensino e aprendizagem; i) assistência social para permanência dos estudantes e democratização do acesso; j) extensão universitária; k) integração e unidade latino-americana (OLIVEIRA; AZEVEDO, 2008, p. 66).

Muitas das questões propostas pela Reforma de Córdoba eram baseadas em questões locais, pautadas na conjuntura política da Argentina, visto que a Universidade de Córdoba recusava-se a atualizar suas estruturas e métodos, mantendo-se restrita às elites locais, como era próprio de espaços universitários em todo o mundo.

O Manifesto de Córdoba é fato importante a ser lembrando como marco que contribuiu para influenciar estudantes universitários a reconhecer questões referentes a suas regiões e localidades. O objetivo central era permitir a ocupação popular desses espaços na América Latina, no início do século XX.

O manifesto apresentou potencial mobilizador e influenciou movimentos que se organizaram em outros países latino-americanos, como Chile, Peru, México, Uruguai, Bolívia, Paraguai, Colômbia, Cuba e Brasil, movimentos que apresentaram características semelhantes ao manifesto argentino, como propor um novo modelo acadêmico mais democrático.

Portanto, mesmo reconhecendo que os anos de 1960 são reconstruídos a partir da “explosão” de movimentos como os *hippies*, as lutas por direitos civis nos Estados Unidos, movimentos de contracultura, como os *punks*, deve-se reconhecer que a juventude apresenta históricos de mobilização em vários períodos anteriores.

A historiografia sobre a temática dos movimentos estudantis dá destaque para as décadas de 1950 e 1960, por conta do aumento dos números de participação social nos espaços educativos. Segundo Eric Hobsbawn (2005), durante a década de 1950 ocorreu um crescimento repentino nas matrículas dos centros educativos, principalmente no ensino superior, o que explica as mudanças geradas na década. Na América Latina, juntamente com o crescimento da educação está a busca pela popularização do ensino superior protagonizada pelos movimentos estudantis.

Estudos identificam que movimentos na América Latina desencadearam consideráveis conflitos entre estudantes e governantes. No México, por exemplo, nas universidades e nas ruas, os confrontos deixaram dezenas de mortos. No Uruguai, violentos confrontos levaram o governo a decretar estado de sítio. Na Argentina, Colômbia e Venezuela, estudantes ocupavam universidades, decretavam greves, e se envolvem em intensos confrontos com policiais e forças do Exército (FREIRE, 2018, p. 134).

Esses processos de organizações estudantis internacionais são fundamentais para entender os processos de mobilização estudantil no Brasil. A década de 1960, principalmente o ano de 1968, é marcada pelas revoltas e conflitos que se espelharam nos movimentos internacionais, ao mesmo tempo em que tinham demandas próprias. A seguir, apresentam-se as primeiras manifestações estudantis em relação ao ensino universitário no Brasil.

3.2 Movimentos estudantis no Brasil

As mobilizações de estudantes no Brasil são identificadas historicamente a partir do Manifesto de Córdoba, na Argentina. Em agosto de 1928 foi criado o Comitê Central Pró-Reforma Universitária, na Universidade do Rio de Janeiro. Com aproximadamente 800 estudantes participando da assembleia inicial do movimento, o objetivo era discutir o regime universitário brasileiro, considerado pelos estudantes como “retrógrado, obsoleto, anacrônico, e carregado de imperfeições desde sua criação” (AZEVEDO; BRAGGIO; CATANI, 2018, p. 42).

Como resultado da assembléia, foi desenvolvido o Manifesto Pró-Reforma Universitária, construído a partir das experiências de mobilizações estudantis de outros países. Pautado na estreita relação entre professores e alunos, “apontava que quando houver colaboração e respeito entre os mestres e os discípulos seria possível atingir uma universidade progressista” (AZEVEDO; BRAGGIO; CATANI, 2018, p. 42).

Apesar da construção de pautas para defender e lutar por reformas universitárias, o potencial estava limitado às Faculdades de Medicina e de Direito. Por conta das questões regionais que referenciavam as pautas dos movimentos, o movimento dos estudantes da Universidade Federal do Rio Janeiro não se constituía como uma central representativa. Por um lado, isso gerava a constituição de movimentos organizados em pautas divergentes, em alguns casos, de oposição. Por outra perspectiva, a impossibilidade de estabelecer uma central representativa dos estudantes universitários possibilitava que outras organizações criadas encaminhassem suas pautas ao ministro da Educação, solicitando:

Intervenção de reitores, gratuidade ou redução das taxas escolares, substituição dos exames finais para aproveitamento de notas de provas obrigatórias, padronização do ensino superior, entre outras reivindicações de caráter específico (AZEVEDO; BRAGGIO; CATANI, 2018, p. 44).

A partir das diversas reivindicações dos movimentos criados, identificam-se limitações a situações internas de cada instituição, representada nas entidades criadas pelos estudantes. Para isso, no Brasil, os estudantes passaram a discutir uma central representativa no país, para que organizasse de maneira mais centralizada as

pautas políticas levantadas por universitários e garantisse uma identidade nacional ao movimento estudantil.

Em 1937, foi fundada a União Nacional dos Estudantes (UNE), no Congresso Nacional dos Estudantes. O objetivo geral era tensionar o poder público a implementar as reformas universitárias no Brasil, como medidas mais concretas para solucionar os problemas educacionais no país.

Em 1947, promoveu a campanha "O petróleo é nosso!". No campo educacional, a entidade defendia a escola pública. No segundo governo Vargas, estudantes ligados a União Democrática Nacional (UDN) assumiram a entidade. Em 1961, uma chapa de jovens universitários católicos (JUC) venceu a eleição. A União Nacional dos Estudantes (UNE) participou ativamente da Campanha pela Legalidade, apoiando a posse de João Goulart em 1961, organizou debates sobre a Lei de Diretrizes Básicas da Educação (LDB) e realizou os Seminários Nacionais de Reforma Universitária²⁷.

Durante o governo de João Goulart, a UNE defendeu o voto do "não" ao parlamentarismo, no plebiscito realizado em 1963, e tensionou o governo presidencialista para concretizar as reformas universitárias, além de apoiar os movimentos de luta pela Reforma Agrária e pelo aumento dos salários dos trabalhadores, defendido pelo CGT. As vésperas do 31 de março de 1964, a entidade emitiu um manifesto nacional, denunciando o "golpe reacionário" em marcha. Segundo o manifesto, o golpe estaria sendo articulado:

Através da evocação de sentimentos religiosos — como a Marcha da Família com Deus pela Liberdade —, da exploração da crise disciplinar na Marinha, da associação dos governadores Carlos Lacerda, da Guanabara, Ademar de Barros, de São Paulo, Ildo Meneghetti, do Rio Grande do Sul, Nei Braga, do Paraná, e José Magalhães Pinto, de Minas Gerais, e da união da maioria parlamentar, composta pelo Partido Social Democrático (PSD) e pela UDN, em torno do *impeachment* do presidente João Goulart. O manifesto conclamava o povo a se manter organizado à espera da palavra de ordem de seus

²⁷ Seminários Nacionais de Reforma Universitária [...] permitiram aos estudantes ampliarem seu conhecimento sobre a realidade brasileira e, conseqüentemente, os ajudaram a perceber o quanto essa realidade influenciava no modelo de universidade vigente, tornando necessária a realização de uma reforma universitária no bojo de uma reformulação da sociedade como um todo. Além desses fatores, é preciso, também, considerar o contexto político, social, econômico e educacional do período entre 1956 e 1960, que, sem dúvida, contribuiu para a crescente e intensa politização do movimento estudantil (SANTANA, 2014, p. 10).

líderes e concluía que “golpe é senha do levante popular pelas reformas” e “senha de greve geral”²⁸.

Após o manifesto da UNE, publicado em forma de panfleto e distribuído por estudantes de todo o país, o golpe de 1964 se concretizou. No dia seguinte, a sede da entidade foi saqueada e incendiada. A lei Suplicy de Lacerda colocou na ilegalidade a UNE e outras entidades, como as UEEs, substituídas pelo Diretório Nacional dos Estudantes e por diretórios estaduais. Todas as instâncias de representação estudantil brasileira ficaram submetidas ao Ministério da Educação.

Na ilegalidade após o golpe de 1964, a UNE realizou no ano seguinte o seu XXVII Congresso em São Paulo, junto a greve de 7 mil estudantes da USP que paralisou a instituição, com o objetivo de mobilizar os estudantes contra a ditadura civil-militar e eleger uma nova diretoria, visto que após o golpe a diretoria anterior foi obrigada a exilar-se.

Porém, no imediato pós-golpe, os ataques desferidos contra os estudantes foram iminentes, a fim de conter mobilizações de oposição ao regime recém-instaurado.

No dia 1º de abril de 1964, o golpe mostrou, instantaneamente, a sua disposição com os estudantes. Destituído o governo legal, a UNE foi invadida, saqueada e queimada num paroxismo de ódio que escapa ao terreno puramente político para cair na esfera psiquiátrica. A ditadura, impondo ao país um curso de desenvolvimento em que todos os aspectos da vida nacional se subordinam aos interesses de outra nação (cf. Ministro Juraci Magalhães, *o que é bom para o Estados Unidos, é bom para o Brasil*), não poderia deixar de ter seu pensamento quanto a universidade e ao estudantado (POERNER, 1979, p. 219).

Sobretudo, além da sede da UNE invadida, saqueada e queimada, e também as invasões nas universidades federais de Minas Gerais e Brasília, segundo Sanfelice (2015), foi apresentada uma lista de professores a serem aprisionados, o que se efetivou com alguns. No imediato pós-golpe, a UNE tentou se reestruturar a partir de uma nova sede, reorganizando um novo congresso e lutando contra a Lei Suplicy de Lacerda, que resultou na destituição da diretoria da entidade.

²⁸ Fonte: **União Nacional dos Estudantes (UNE)**. FGV CPDOC. Disponível em: www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/uniao-nacional-dos-estudantes-une. Acesso em: 18 abr. 2022.

Em 1966, a UNE realizou seu XXVIII Congresso, em Belo Horizonte, ocasião em que os estudantes pautaram críticas sobre o acordo MEC-USAID. Em setembro do mesmo ano, milhares de estudantes foram às ruas em protesto contra a ditadura e sua política educacional, em um movimento que ficou conhecido como "setembrada estudantil". No ano seguinte, o Congresso realizado em Campinas (SP) foi marcado pelo confronto entre estudantes e policiais militares. Em 1968, os confrontos se intensificaram:

Ainda em 1968, a entidade promoveu passeatas em quase todas as cidades do país onde havia um número significativo de estudantes em escolas superiores, às quais se juntaram professores, escritores, artistas, religiosos e outros setores das camadas médias, como, por exemplo, na Passeata dos Cem Mil, que paralisou o Rio de Janeiro durante quase todo o dia 26 de junho de 1968 e marcou o momento de maior amplitude do movimento estudantil brasileiro desde 1964. Ao mesmo tempo em que se desenvolviam as tentativas dos estudantes de manter a UNE funcionando, enfrentando restrições governamentais, ela foi se tornando cada vez mais uma bandeira de luta ("A UNE somos nós") do que propriamente uma entidade. Em outubro de 1968, a UNE sofreu uma de suas maiores derrotas, com a prisão do presidente eleito, Luís Travassos, de várias lideranças estudantis, tais como Vladimir Palmeira, José Dirceu, Franklin Martins e Jean Marc van der Weid e de mais de setecentos delegados ao 30º Congresso da entidade, realizado clandestinamente em Ibiúna (SP). Na ocasião, a maioria dos estudantes foi enquadrada na Lei de Segurança Nacional (CPDOC, 2021).

Conforme mencionado anteriormente, no ano de 1968 o movimento estudantil tornou-se símbolo de lutas sociais, pautando questões políticas mais amplas e questões educacionais. Para Robert Darnton (1987), geração é experiência compartilhada a partir de eventos significativos que moldaram identidades coletivas ou individuais. Em relação à conceitualização do autor, o evento significativo responsável por moldar a história do movimento estudantil brasileira durante a década de 1960 foi o golpe civil-militar em 1964.

Para Brito (2017) as gerações possuem representações imaginárias divergentes a partir do golpe de 1964. Por um lado, a geração de 1964 teve atribuída a si a marca da derrota, após entrada na clandestinidade das principais entidades dos movimentos estudantis. Por outro lado, a geração de 1964 é marcada pelas manifestações de resistência contra a ditadura entre dos anos pós-golpe ao AI-5.

Artur Poerner (1995) argumenta que a geração de 1968 é marcada de maneira positiva pela reorganização dos movimentos estudantis de maneira combativa, a partir da criação de uma identidade do estudante como "um oposicionista nato".

A geração de 1968, a partir das memórias positivas dos estudantes, tem uma identidade construída como vitoriosa. Para Brito (2017), de certa forma, este processo de construção identitária contribuiu para o silenciamento das ações do movimento estudantil no período pré-golpe de 1964.

Portanto, o processo de construção de uma identidade vitoriosa para a geração de 1968 por vezes pode fazer com que os momentos anteriores de lutas, que influenciaram as ações dos movimentos estudantis durante a década de 1960, são secundarizadas. É necessário então historicizar a atuação dos estudantes no período pré-64:

Convém interrogar em que medida se conformou a geração de 1968 que selecionou eventos e contribuiu para apagar da memória experiências e lutas desenvolvidas pela militância de 1964 ou impulsionar-lhe a marca da derrota. Feito isso, analisar eventuais continuidades e rupturas pode contribuir para restituir a complexidade e riqueza dos anos 1960, problematizar as memórias e agenciar problemáticas que construam novos capítulos do movimento estudantil brasileiro (BRITO, 2017, p. 126).

Ao verificar as pesquisas relacionadas ao movimento estudantil da geração de 1964, encontram-se trabalhos que evidenciam que os estudantes, apesar das políticas repressivas, continuaram atuantes em resistência à ditadura civil-militar no Brasil.

Marcelo Nogueira de Siqueira (2017), com a pesquisa *O movimento estudantil na Guanabara de 1964 a 1968: contexto, objetivos, estratégias e consequências*, estuda a atuação do movimento estudantil na Guanabara. O autor destaca que, nos primeiros anos da ditadura (1964-1968), os estudantes representaram principal força de oposição, promovendo impactantes manifestações de protesto, mesmo diante da intensificação da violência do Estado.

Luís Augusto de Mendonça Ribeiro (2017), na dissertação *O educacional no discurso político: história e memória do movimento estudantil da UFPB (1964-1968)*, identificou que o movimento estudantil na Paraíba foi atuante entre os anos de 1964-1968, lutando não apenas por questões relacionadas ao contexto educacional, mas também em relação aos temas sensíveis resultantes das políticas de repressão do Estado. Segundo o autor, o papel dos estudantes em atuar na resistência a ditadura

é fruto de uma mentalidade político-ideológica que visava construir um país mais justo e que as experiências em entidades como a Ação Católica, a Juventude Estudantil Católica (JEC), a Juventude Universitária Católica (JUC) – que, por divergências político-ideológicas, sofreria uma cisão e os estudantes mais à esquerda formariam a Ação Popular – apontam para a construção da mentalidade militante dos estudantes paraibanos, que exerceram papel ativo durante os primeiros anos da ditadura civil-militar no Brasil.

Isadora Ritterbusch Librenaza (2014) no trabalho de conclusão de curso *História Oral da militância feminina no movimento estudantil: a trajetória de entrevistadas do projeto Marcas da Memória (1964-1969)*, analisa transcrições de entrevistas com mulheres que atuaram no movimento estudantil entre os anos de 1964-1968. As entrevistas foram realizadas com mulheres das cidades de Recife (PE), Olinda (PE), Rio de Janeiro (RJ), Niterói (RJ), Palmeira dos Índios (AL), Muriaé (MG), Fortaleza (CE), Ribeirão Preto (SP) e Santo Ângelo (RS). A partir da análise das entrevistas, a autora identifica que a participação feminina no movimento estudantil foi fundamental para as organizações de manifestações, assembleias, reuniões e atos públicos durante os primeiros anos da ditadura civil-militar. Brito (2008) analisa as atuações do movimento estudantil da Universidade Federal da Bahia (UFBA), em que mesmo durante os primeiros anos do golpe civil-militar os estudantes apresentam múltiplas formas de resistência contrárias à ditadura.

Luana Müller (2019) analisa, a partir dos jornais *O Globo* e *Folha de S. Paulo*, os movimentos da Universidade Mackenzie, compostos por estudantes de classe alta paulistana integrados ao grupo de extrema-direita Comando de Caça aos Comunistas (CCC) e os estudantes da Faculdade de Filosofia da USP, com trajetória de formação de líderes de esquerda. A autora identifica que o conflito entre oposições estudantis agudizou-se, resultando no embate direto entre os movimentos, conhecido como *A Batalha da Maria Antônia*, marcada por estudantes feridos e causando a morte de um estudante, no dia 4 de outubro de 1968.

Mateus Lima (2017) investigou a organização, posição e ações da direita estudantil universitária no Rio Grande do Sul entre os anos de 1961 e 1968. Ao utilizar as fontes documentais produzidas pelos próprios movimentos estudantis, notícias publicadas pelos jornais da época e entrevistas realizadas com ex-militantes estudantis, expressa que o trabalho busca

Compreender a formação de grupos de oposição à União Nacional de Estudantes e ao governo de João Goulart no período de polarização política que antecedeu o Golpe de 1964 e como foram beneficiados ao assumirem como delegados as entidades estudantis sob intervenção. Em um processo de expansão e consolidação, venceram duas eleições diretas para o Diretório Estadual de Estudantes e criaram movimentos como o Decisão, uma tentativa de aglutinar estudantes com a mesma linha política. No entanto, outros dispositivos legais, como o Decreto Aragão, somados a incapacidade da Ditadura em responder aos anseios estudantis, levaram a um tensionamento cada vez maior a partir de 1967 (LIMA, 2017, p. 6).

Os trabalhos citados apresentam diversas possibilidades de pesquisar a atuação dos movimentos estudantis no Brasil durante a década de 1960. Historiadores que trabalham com a temática apresentam pesquisas que ampliam o conhecimento histórico sobre as atuações de secundaristas e universitários no Rio Grande do Sul nos anos de 1960, tema que será abordado no subcapítulo seguinte.

3.3 Movimentos estudantis no Rio Grande do Sul (1961-1968)

No estado do Rio Grande do Sul, os movimentos estudantis tiveram papel destacado no início dos anos 1960. Durante a Campanha pela Legalidade, a UNE e a UEE/RS atuaram ativamente ao lado dos apoiadores do governador Leonel Brizola.

No decorrer da crise política e da intensa mobilização popular, a UNE, presidida por Aldo Arantes²⁹, transferiu sua sede para Porto Alegre, após decretar greve geral nas instituições de ensino brasileiras e utilizou da rádio “Legalidade” para mobilizar os estudantes a favor da posse de João Goulart como presidente da República.

²⁹ Durante o 24º Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), realizado em julho de 1961 em Niterói (RJ), foi eleito presidente da entidade. Sua gestão teve início em agosto de 1961, em meio a uma conjuntura de crise nacional gerada pela renúncia do presidente Jânio Quadros, no dia 25 do mesmo mês. Como presidente da UNE, viajou para o Rio Grande do Sul a fim de participar, ao lado do então governador Leonel Brizola, da “cadeia da legalidade”, que visava a garantir a posse do vice-presidente João Goulart, contestada pelos ministros militares. Na ocasião, a UNE organizou uma greve estudantil de repúdio à tentativa golpista dos militares. Em setembro de 1961, o Congresso Nacional, através da Emenda Constitucional n. 4, aprovou a instauração do regime parlamentarista no país, forma conciliatória que permitiu a posse de Goulart no dia 7 daquele mês. Ainda em setembro, com a radicalização das divergências entre as facções progressistas e conservadoras do clero em relação às chamadas reformas de base propostas por Goulart, Arantes foi expulso da JUC pelo cardeal dom Jaime Câmara, representante da ala conservadora que combatia as reformas. Fonte: FGV-CPDOC. **Aldo Arantes**. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/aldo-da-silva-arantes>. Acesso em: 5 abr. 2020.

Filiada a UNE, a UEE/RS tinha como membros efetivos de seu quadro institucional os Centros ou Diretórios Acadêmicos e as Federações³⁰ ou Diretórios Centrais de Estudantes (DCEs). Segundo Pinto (2010, p. 118), a entidade estadual era mantida basicamente por duas fontes, as contribuições estudantis provenientes de concursos ou bailes e as contribuições das universidades e institutos de ensino superior e das subvenções dos municípios, estado e União. As principais pautas da UEE durante a segunda metade da década de 1950 eram uma mescla de questões de sobrevivência de classe³¹ e do seu papel político e social frente às conjunturas estadual e nacional. As pautas elencadas pela UEE/RS neste período entre décadas de 1950-60 evidenciavam uma preocupação vanguardista do movimento estudantil gaúcho por um ensino superior mais contemporâneo, “ainda que fosse ensaísta, antecipando, embrionariamente, o debate nacional e histórico que viria a seguir” (PINTO, 2010, p.119)

Em documento elaborado no XIV Congresso Estadual dos Estudantes (CEE), em 1956, os questionamentos elaborados pela UEE/RS sobre a educação possuíam relação com a proposta de Reforma Universitária da década de 1960, principalmente na mesa de debates “o Estudante em seu meio específico”. Dentre os questionamentos, foram levantados:

A autonomia didática das universidades, a participação dos estudantes na elaboração dos currículos e legislação de ensino, os concursos para provimento de cátedras, as consequências da cátedra vitalícia, subvenção das entidades estudantis e autonomia dos órgãos de classes (ANTEPROJETO DO TEMÁRIO DO XIV CEE-UEE/RS, 1956-57).

No ano de 1960, em relatório apresentado no XIX CEE, realizado na cidade de Rio Grande, a diretoria da UEE/RS, presidida por Oswaldo Della Giustina, declarou

³⁰ Nas décadas de 1950-60 existiam as Federações dos Estudantes da Universidade do Rio Grande do Sul (FEURGS), que substituíra a Federação dos Estudantes Universitários de Porto Alegre (FEUPA), a Federação Universitária Gaúcha de Esportes (FUGE), a Federação Acadêmica de Pelotas (FAP), a Federação de Estudantes Universitários Particulares (FEUP), a Federação Universitária Passofundense (FUP), a Federação dos Estudantes das Universidades do Rio dos Sinos (FEURS), a Federação dos Estudantes Universitários de Santa Maria (FEUSM), dentre outras (PINTO, 2010, p. 118).

³¹ Essas questões dizem respeito, vale lembrar, às condições objetivas dos estudantes, em que pesem os convênios e assistências que a Entidade *Máter* colocava à disposição do estudante, como por exemplo, moradia, alimentação, transporte, assim como assistência médica, dentária, farmacológica, hospitalar, jurídica e social, financiamentos educacionais, entre outros (PINTO, 2010, p. 119).

apoio à greve nacional de cinco dias iniciada com a paralisação de universitários na Bahia,

Por revelar, seguindo critérios estudantis no congresso, uma crise institucional que não era uma especificidade da universidade baiana, mas uma deficiência que abrangia toda a estrutura universitária brasileira (PINTO, 2010, p. 120).

Em 1961, a UEE/RS passou a integrar estudantes ligados à esquerda católica que faziam parte da Ação Popular (AP), movimento político de esquerda, dissidente da Juventude Universitária Católica. Segundo Pinto (2010), havia uma expectativa por parte de um grupo estudantil de esquerda de construir um movimento político em torno do ideário acionado pela AP. No mesmo ano, durante a Campanha pela Legalidade, a UEE, diante da instabilidade política, suspendeu duas atividades em que pretendia discutir questões políticas relacionadas à educação:

O I Seminário Regional de Reforma Universitária (I SRRU), a ser realizado em Passo Fundo, e um programa de reformas a ser desenvolvido na Rádio Guaíba de Porto Alegre. Por outro lado, a entidade gaúcha conseguiria reeditar, mesmo que por pouco tempo, um importante veículo de informação estudantil estadual: o jornal *O Minuano*. Este serviu para disseminar junto à categoria, tanto o episódio político da renúncia de Jânio, quanto a repercussão da UNE junto ao Palácio Piratini quanto às propostas do I Seminário Regional da Reforma Universitária (I SRRU), realizado posteriormente em Santa Maria – em substituição ao seminário cancelado em Passo Fundo. Tal seminário revelou-se uma importante atividade da UEE com o interior do estado, desenvolvendo estudos mais amplos sobre a problemática universitária, desde a realidade nacional até as especificidades locais (PINTO, 2010, p. 122).

De teor analítico, os estudantes da UEE/RS pautavam os debates pensando principalmente na reflexão de que a autonomia e a reforma não poderiam ser questões dissociadas:

Não se pode aumentar o grau de autonomia de uma universidade que não se reforma, nem se pode manter as conquistas do movimento de reforma numa universidade que não é autônoma (PINTO, 2010, p. 122).

Além dos debates acerca de temas políticos educacionais, como a Reforma Universitária, a entidade estadual exercia, a partir de sua gestão administrativa, um

importante trabalho de conscientização política dos estudantes universitários no início dos anos de 1960.

A participação direta dos estudantes universitários do Rio Grande do Sul nas eleições da Entidade *Máter* promovia o papel da politização no meio como forma de despertar a conscientização estudantil e a sua inserção enquanto sujeito ativo na realidade local e nacional.

Outra ação importante da UEE/RS no estado foi o processo de *interiorização*, que promoveu nas cidades do interior do Rio Grande do Sul a “Caravana Universitária”, como forma de aproximação dos estudantes de diferentes municípios, a fim de estabelecer diálogos e promover debates acerca da conjuntura estudantil universitária.

Dentre os municípios do Rio Grande do Sul, a cidade de Santa Maria, no início da década de 1960, passou a ser reconhecida como importante pólo universitário no Rio Grande do Sul, a partir dos altos números de estudantes matriculados na fundação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Durante a Campanha da Legalidade, as notícias que chegavam de Porto Alegre referentes à crise e às expectativas de um possível conflito civil mobilizaram classes populares, políticos e estudantes em movimentos de apoio a João Goulart.

No dia 26 de setembro de 1961, os universitários da UFSM publicaram seu apoio aos legalistas. Três dias depois, organizaram o Comitê Central Universitário Pró-Legalidade, com sede nas faculdades de Direito e Economia, coordenando na cidade o apoio à Campanha pela Legalidade.

Valéria Medianera Fonseca (2006) pesquisou sobre os estudantes que se juntaram a trabalhadores, ferroviários, sindicatos, professores, políticos e servidores públicos para a organização do Comando de Resistência Democrática, que pretendia lutar até que as liberdades democráticas fossem garantidas após a crise política.

O Comando de Resistência Democrática organizou uma grande mobilização na praça Saldanha Marinho, em Santa Maria, no dia 30 de agosto de 1961. Neste mesmo dia, foram realizadas reuniões no Comando da Resistência Democrática, nos diretórios acadêmicos e em organizações classistas. Estudantes universitários organizaram passeatas na cidade, mobilizando grande parcela da população, gritando a palavra de ordem “Tudo pela legalidade! Tudo pela preservação do regime democrático!” (ROLIM, 2006, p. 31).

A Campanha pela Legalidade conseguiu mobilizar grande parte da população de Santa Maria, unindo estudantes, trabalhadores, militares, vereadores e a população, que deixaram suas diferenças de lado por alguns dias e se juntaram em defesa da ordem constitucional e democrática.

Após a posse de João Goulart, estudantes do Rio Grande do Sul passaram a desenvolver pautas que defendiam as reformas universitárias. Com a implementação do voto direto, a UEE/RS ampliou seu contingente para aproximadamente 14.000 universitários, distribuídos entre sessenta Centros Acadêmicos, em doze cidades do Rio Grande do Sul (PINTO, 2010, p. 125).

A significativa representatividade da entidade na região contribuiu para ampliação e fortalecimento das discussões relacionadas às pautas de reformas da educação, baseadas em questões regionais do Rio Grande do Sul e fomentando a construção nacional do movimento a partir das particularidades locais.

Junto à UEE/RS, a FEURGS, entidade composta por Centros Acadêmicos do Rio Grande do Sul³², desempenhou papel fundamental na organização de congressos e eventos que debatiam pautas referentes às questões relacionadas à educação e políticas sociais para os estudantes no estado. Segundo Magda Ferreira Pinto (2010), enquanto a diretoria da UEE/RS possuía base conceitual de um remanescente humanismo de cunho cristão, principalmente pela filiação de estudantes ligados à AP, a FEURGS era composta por uma diretoria formada majoritariamente por estudantes influenciados pelos ideais marxistas. Para a autora, apesar das diferentes correntes ideológicas de esquerda, as entidades conseguiram compor uma frente única que buscava lutar pelas Reformas Universitárias no início da década de 1960.

Juntas, as entidades organizaram o I Seminário Regional da Universidade do Rio Grande do Sul (SRURGS) realizado na cidade de Tramandaí entre os dias 24 a 27 de agosto de 1961. Influenciados pelo movimento que lutou pelas Reformas de Córdoba em 1918, na Argentina, os universitários da URGS debateram os problemas enfrentados pela instituição, dentre eles, os de caráter estrutural, a situação

³² Conforme Estatuto da FEURGS (1954), a entidade era composta por treze Centros Acadêmicos filiados: Centro dos Estudantes Universitários de Engenharia (CEUE), Centro Acadêmico Sarmiento Leite (CASL), Centro Acadêmico Franklin Delano Rossevelt (CAFDR), Centro Acadêmico André Rocha (CAAR), Centro dos Estudantes Universitários de Arquitetura (CEUA), Centro dos Estudantes Universitários de Ciências Econômicas (CEUCE), Centro Acadêmico da Escola de Enfermagem de Porto Alegre (CAEEPA), Centro Acadêmico Leopoldo Cortez (CALC), Centro Acadêmico Christiano Fischer (CACF), Centro Acadêmico de Odontologia de Porto Alegre (CAOPA), Grêmio Acadêmico Jurídico Ferreira Vianna (GAJFV), Diretório Acadêmico Bruno Chaves (DABC) e Centro Acadêmico Francisco Mariano da Rocha (CAFMR) (PINTO, 2010, p. 127).

socioeconômica dos estudantes brasileiros, a situação antidemocrática das universidades brasileiras, as cátedras vitalícias, a reforma dos métodos de ensino universitário, o papel do estudante universitário na democratização do ensino superior e o planejamento da *Aliança Operário-Estudantil*.

O estudo sobre a Aliança Operário-Estudantil reforçou a ideia de que essas duas parcelas sociais poderiam, juntas, promover a revolução ou reconstrução de uma ordem social necessária no Brasil. No entanto, por ser a classe mais interessada nessa revolução, caberia às massas trabalhadoras sair do estado de alienação em que se encontravam e buscar a alteração da ordem social dominante. O estudante universitário, fração da intelectualidade brasileira, assumiria então esse papel de conscientização, primeiro superando a própria alienação, depois “apoando as reivindicações do operariado e trabalhando ativamente na sua concretização”. Ainda dentro do espírito democrático, a vanguarda estudantil, buscando fortalecer essa aliança entre ambas as bases, também vai se solidarizar às Ligas Camponesas na luta pela Reforma Agrária, bem como na defesa pelo direito ao voto ao analfabeto. Dessa forma, esse estudo colocava como providências necessárias o apoio de estudantes às reivindicações dos trabalhadores, a promoção de cursos de alfabetização em massa, a criação de grupos de trabalhos que tivessem o objetivo de estudo da situação da miserabilidade da população gaúcha, a democratização da Universidade, assim como uma ampla campanha de esclarecimento à opinião pública sobre essas tomadas de posição por parte dos estudantes (PINTO, 2010, p. 133).

Sobretudo, o I SRURGS foi um importante seminário de debates entre os estudantes que fundamentalmente buscava construir um movimento de cunho democratizante no âmbito educacional e social, como “parte integrante de reformas mais amplas, desenvolvidas em paralelo com a evolução socioeconômica do país”. (PINTO, 2010, p. 133). No decorrer dos primeiros anos da década de 1960, a FEURGS e a UEE/RS organizaram outros eventos de debate sobre a conjuntura política brasileira. Em 1961, foi organizado pela FEURGS o 1º Encontro Universitário de Reforma do Currículo (I EURC), impulsionado pela nova LDB 4024/61.

Dentro das prerrogativas legais, conforme as determinações da LDB 4.024/61, em acordo com a determinação nacional, a UEE/RS determinou a antecipação do prazo para os reitores alterarem os estatutos, ameaçando iniciar uma greve no estado, caso não fossem atendidas as reivindicações estudantis, como a participação de 1/3 do corpo discente nos órgãos diretivos universitários, seguindo a pauta nacional da “Campanha do terço”.

Os reitores das três maiores universidades do estado tiveram posições distintas: na PUC/RS, o reitor evidenciou sua posição contrária à reivindicação do 1/3; na URGs, não houve manifestação da reitoria, que transferiu essa responsabilidade ao Conselho Universitário; e a Universidade de Santa Maria (USM) exprimiu-se favoravelmente, desde que houvesse junto aos órgãos acadêmicos e federativos dos estudantes um representante do corpo docente. Assim no 1º de junho de 1962, os estudantes gaúchos, representados pela entidade máxima, entraram oficialmente num “estado de greve” de advertência, dando um prazo máximo de cinco dias para que todas as universidades alterassem seus regimentos, permitindo participação de 1/3 dos acadêmicos nas congregações, conselhos técnico-administrativos e conselhos universitários. Diante da inobservância do Conselho Universitário da URGs, assim como dos respectivos reitores desta e da PUC/RS, a UEE, em consonância com a UNE e os demais Estados Federativos, no prazo estipulado, isto é, no dia 6 de junho, decretou greve por tempo indeterminado. Além da reivindicação do co-governo estudantil, a mobilização gaúcha também protestava contra o corte de 40% das verbas das universidades brasileiras, pela liberação dos 10% do corte sofrido pela FEURGS e dos CAs da URGs e outras reivindicações de caráter local (PINTO, 2010, p. 137-138).

Pressionado pela greve, o então Ministro Roberto Lira (MEC) solicitou adiamento do ano letivo nas universidades até que completasse o calendário acadêmico em 1962. Em parecer, o ministro recomendou para as universidades a revisão dos estatutos, a fim de considerar a participação de mais de um estudante no Conselho Universitário. No documento se estabelecia:

Em caso de um fator numérico ser igual ou inferior a três representantes, o Conselho poderia convocar assessores idôneos, ainda que sem direito a voto (I). Pertinente também “a representação plural”, não em quantidade inferior a três estudantes nas Congregações (II), além da representação mínima de dois estudantes nos Conselhos Departamentais (III). Por último, salientava que o exercício da representação estudantil não se convertia em “direito de dispensa de deveres” da educação universitária (IV). A decisão final do parecer competia ao Conselho de Ministros, cuja proposição foi aceita pelos conselhos universitários gaúchos (PINTO, 2010, p. 141-142).

Após a greve de 1962, o movimento estudantil no Rio Grande do Sul, a partir da UEE/RS e FEURGS, retomou a Caravana Universitária, com participação da UNE, com o objetivo de estabelecer o diálogo e a aproximação com os municípios do interior do estado, fora do eixo da capital, Porto Alegre, incentivando sugestões e críticas, desenvolvendo diversas atividades culturais. A gestão de 1963-64 da UEE/RS deu

continuidade ao projeto de Caravana Universitária no interior do estado, com proposta de realizar o II Seminário Gaúcho de Reforma Universitária. Com o falecimento do presidente Roberto Brinco, vítima de um acidente automobilístico, o vice-presidente Paulo Crochemore, estudante da Faculdade de Direito e da Faculdade de Filosofia, na cidade de Pelotas, deu seguimento aos projetos de luta pela Reforma Universitária.

Pretendia-se, para o ano seguinte, intensificar a mobilização estudantil em torno da aprovação do Substitutivo à LDB, o qual tinha sido encaminhado pela UNE, depois do III SNRU, para a Câmara Federal. Além do substitutivo, estava em foco também desenvolver jornadas e seminários de Reforma Universitária em faculdades de todo o estado. Porém, antes que ocorressem novas eleições diretas à entidade Mãter gaúcha, o golpe militar encerraria um ciclo de gestões marcadas, conforme visto ao longo desta sessão, pela politização e por um projeto ambicioso de reformas estruturais na sociedade brasileira, na qual inseria-se a Universidade Brasileira (PINTO, 2010, p. 144).

Com o sucesso do golpe civil-militar em 1964, os vencedores reconheciam as entidades representativas dos estudantes no Rio Grande do Sul como potencial força mobilizadora. Para conter o avanço das organizações estudantis de oposição, a ditadura respondeu com medidas que impactaram diretamente na organização estudantil, vista como uma ameaça à manutenção do poder militar. Por isso, as entidades logo foram colocadas na ilegalidade, desmobilizando grande parcela de estudantes universitários e secundaristas no estado.

Em abril de 1964, o governo militar promoveu intervenção direta nos assuntos da UEE/RS, ao instituir uma Comissão Interventora coordenada pelo tenente-coronel Nathanael Gomes Álvares, para destituir a cúpula da entidade Mãter e nomear, em seu lugar, um triunvirato formado pelos estudantes Paulo Gilberto Gouvêa da Costa, da Federação de Estudantes Universitários Particulares (FEUP), Paulo A. J. Pires, da URGs, e Airton Nogueira, da PUC/RS (PINTO, 2010, p. 163).

O triunvirato recebeu o objetivo de administrar a entidade estudantil até a efetivação das eleições para presidente da entidade, que ocorreram poucos meses depois, em 1964, de forma indireta, em Congresso Estadual na Cidade Universitária da PUC/RS. As eleições foram realizadas em chapa única, onde a oposição alegou não disputar o pleito por ilegalidade.

Com a lei Suplicy de Lacerda, foi imposta a formulação de uma nova entidade representativa estudantil. Esta responderia aos interesses do Estado, sob governo ditatorial, extinguindo a atuação da UEE. Com a lei em vigor, foi imposto um diretório, nomeado DEE.

Em decisão proferida pelo I Congresso Estadual Universitário de Porto Alegre, criou-se, nas formas da lei, uma estrutura representativa subordinada ao Estado, o DEE/RS, mas mantendo-se, de forma concomitante, a UEE/RS, em caráter assistencialista. Assim, esta última, antes “entidade máxima” e de “direito público” dos estudantes gaúchos, a partir da nova engenharia institucional, passaria a vigorar como de “direito privado”, com a incumbência de fornecer “assistência médica, farmacêutica e odontológica” aos universitários, enquanto o diretório seria a entidade a representar oficialmente os estudantes de ensino superior no estado (PINTO, 2010, p.164).

Sobretudo, as duas entidades se mantiveram em atividade por conta da disputa em torno da sede da UEE, enquanto patrimônio estudantil, sendo assim o DEE que responderia às normas legislativas impostas pelo governo militar, e a UEE, que simbolizava historicamente as lutas estudantis, que assumiria caráter privado. Assim, no Rio Grande do Sul, a entidade máxima representativa dos estudantes assumiria o binômio de UEE-DEE/RS.

Por conta do agravamento da repressão nos primeiros anos após o golpe, como em dois congressos realizados em São Paulo em oposição ao acordo MEC-USAID, acentuaram-se as manifestações no país, que deram início às chamadas “Setembradas”, com reflexos no Rio Grande do Sul.

No dia 16 de setembro de 1966 ocorreram passeatas em Porto Alegre autorizadas pela Secretaria de Segurança Pública, desde que os manifestos fossem realizados apenas em cartazes.

Liderados por dois grupos de ideologias antagônicas, o DEE/RS-DNE e o DCE/URGS, estes tinham em comum somente esse primeiro mote. Enquanto o primeiro, reduzido, apresentava cartazes e faixas com dizeres contrários à violência policial, em repúdio às atitudes da UNE e aos estudantes subversivos e pela ampliação de verbas do ensino superior, o segundo, em número superior, apresentava como orientação seu apoio a UNE, contra a repressão e o governo militar. Os desdobramentos da passeata – os panfletos, o hasteamento das bandeiras do Brasil e da UNE, o comício improvisado e a leitura da Declaração dos Direitos da ONU – foi considerado uma quebra de acordo, sendo, com isso, desarticulada pelos dispositivos policiais-militares que os acompanhavam nas proximidades. Apesar de ter sido conceituada como “arruaça” dos universitários, nova passeata foi liberada pela Segurança Pública dois dias depois, esta, sem maiores enfrentamentos (PINTO, 2010, p. 169-170).

Logo após as passeatas, no “Dia Nacional de Protesto”, estudantes das Faculdades de Direito, Filosofia e Geologia da URGs declararam greve, em protesto liderado pela UNE. Segundo Magda Oliveira Pinto, o DEE/RS e o DNE, além de considerar a greve “inútil e estéril”, publicou em nome de seus respectivos presidentes Rubem Süffert e Paulo Gouvêa uma carta aberta aos estudantes, alegando ser inaceitável

Que num país em fase inicial de desenvolvimento, num país em que os estudantes têm tanto lutado pela melhoria nas condições de ensino, pela Reforma Universitária, se use das greves nas universidades como instrumento político (FOLHA DA TARDE, 21/09/1966).

A carta aberta publicada pelo DEE/RS evidencia que o movimento estava alinhado com as pautas das Reformas Universitárias, porém, fazia oposição aos movimentos contrários ao governo ditatorial.

Com a revogação da Lei Suplicy de Lacerda e o Decreto n. 228, uma nova legislação aos órgãos de representação estudantil no Rio Grande do Sul, foi votado e aprovado o Novo Diretório Estadual dos Estudantes (Novo-DEE/RS), entidade assistencial e cultural. Marcio Flávio Soares, Secretário Geral da UEE/RS na gestão Süffert (1966-67), comentou o processo:

[...] eu participei dessa arte, dessa artimanha e desse artifício. Nós criamos uma associação cultural, na verdade, nós criamos um ONG. Só que na época, não se chamava ONG. Nós criamos o DEE com caráter assistencial-cultural. Com o mesmo nome, Diretório Estadual dos Estudantes. Registramos no Cartório de Registro Especial, que era ali na Andrade Neves. Fizemos isso tudo com assembleia, no meio dos estudantes. Claro, pau aqui, pau dali, porque todo mundo participava, inclusive o pessoal de esquerda. Criamos o DEE, de caráter assistencial, DEE. E continuamos mantendo ele com caráter político, independentemente da legislação (SOARES, 2007)³³.

Sobretudo, a manobra da gestão de Süffert foi uma forma de defesa do patrimônio adquirido em nome da UEE. Marcos Flávio Soares comenta em entrevista que os militares demonstravam insatisfação com a politização nos DEEs, e que mesmo não assumindo uma postura mais efetiva de oposição ao governo, os estudantes dos diretórios eram democratas e estavam insatisfeitos com os decretos

³³ SOARES, Marcos Flávio. Entrevista concedida a Magda Oliveira Pinto em Porto Alegre no dia 14/03/2007.

que retiravam a autonomia política estudantil. Segundo Pasqualotto (2007), uma das razões de defesa do patrimônio adquirido era manter a posse da sede, na rua Senhor dos Passos, em Porto Alegre, que havia sido doada pelo governador Leonel Brizola à UEE.

Quando a UEE foi fechada e em lugar dele foi criado o DEE, era natural que a sede passasse ao domínio do DEE. Sinceramente, eu não sei se chegou a haver alteração no Registro de Imóveis, mas quando foi fechado pelo Decreto-Lei 228 o próprio DEE, se criou um vácuo. E agora, com quem fica a sede? O decreto dizia que os bens de propriedade das entidades estudantis fechadas deveriam passar para o domínio da Universidade Federal do Estado. Portanto, a UFRGS teria legitimidade para tomar posse daquela sede. O ato da criação do DEE foi uma cautela em relação à possível perda da sede. E havia plena justificativa. E se tu pensares bem, é evidente que dada a ilegitimidade do movimento todo, do golpe de 64, hoje historicamente reconhecido, evidentemente, fica claro que o ato de defesa da sede era um ato legítimo. Portanto, eu acredito que, historicamente, é plenamente justificável, o artificial expediente técnico, digamos assim, que se criou em formar essa associação chamada DEE (PINTO, 2010, p. 174).

Formado então o DEE em defesa do patrimônio adquirido pela UEE, diante do fechamento, após o Decreto-Lei 228, o movimento estudantil no Rio Grande do Sul, a partir de sua entidade representativa, retomou as discussões frente à Reforma Universitária. O trabalho de Magda Oliveira Pinto (2010) evidencia que no pós-golpe o movimento manteve sua organização e atuação, resistindo à Lei Suplicy de Lacerda e aos decretos-leis, com a ressalva de que os estudantes não formavam um bloco homogêneo, atuando de uma única forma. A fragmentação ocorria por conta da percepção e análise do governo – se, por um lado, os estudantes defendiam a Reforma Universitária e lutavam contra a ditadura, por outro, existia o movimento que acreditava que a reforma seria efetiva, apoiada no projeto de desenvolvimento nacional que fazia parte do plano de governo. Para a autora, neste momento pós-Decreto-Lei 228 entrar em vigor, há polarização do movimento estudantil no Rio Grande do Sul, que se dividiu. De um lado, a UEE, o DEE, o Novo-DEE, compreendidas por um grupo da situação, e de outro, a UEE-Livre, os DCEs-Livres, de oposição e com apoio à “extinta” UNE.

O movimento estudantil no Rio Grande do Sul, entre os anos de 1964 e 1968, apresenta características a partir das demandas da região. No pré-golpe, a UEE/RS seguia as orientações da entidade nacional – UNE. Para Magda Oliveira Pinto (2010),

no pós-golpe, com a extinção da entidade nacional, a UEE passa por uma reconfiguração institucional, apresentando dinâmicas próprias. Sobretudo, a repressão imposta já no imediato pós-golpe, em 1964, como forma de contenção dos avanços das mobilizações estudantis no estado, foi efetiva para fragmentar as lutas pela Reforma Universitária. Porém, não conseguiram impedir que a pauta fosse constantemente debatida nos congressos que aconteceram ao decorrer da década.

O próprio movimento situacionista organizou debates no interior do Rio Grande do Sul para discussão da Reforma Universitária no ano de 1968. A I Jornada em Porto Alegre discutiu, com a participação de 40 DA's, a situação educacional no Brasil e do movimento estudantil. A II Jornada em Santa Maria foi mais crítica em relação ao movimento estudantil, por conta das manifestações que alcançavam níveis de violência pelo embate causado contra as forças militares. A III Jornada em Rio Grande teve como uma das pautas principais a criação da Universidade de Rio Grande (PINTO, 2010, p. 179-180).

Em resistência às críticas estabelecidas nas Jornadas, estudantes organizaram manifestações e ações de resistência contra as imposições do governo no decorrer dos primeiros anos de ditadura. Cabe a ressalva de que, antes mesmo do Ato Institucional N.5, em 1968, os estudantes sofreram ações de repressão do estado no Rio Grande do Sul. São variados os casos encontrados em processos abertos referentes a estudantes presos políticos com acusações de subversão, greves, manifestações, pichações, reuniões ilegais e ligação com entidades consideradas subversivas.

Alguns desses casos são bastante interessantes, para compreendermos a lógica de suspeição e a repressão direcionada aos estudantes.

Ernst Poetsch, professor da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, em Pelotas, da Universidade Rural do Rio Grande do Sul, foi exonerado e impedido de concorrer a cargos públicos. Segundo o documento produzido pelo SNI, Poetsch era conhecido por fazer política de direita nas salas de aula. Porém, ao comparecer ao 9º RI, em Pelotas, para testemunhar em defesa de um aluno preso em 1964, passou a ser visto pelos militares como suspeito de subversão na faculdade. O processo de Ernst Poetsch apresenta a participação do professor em uma greve organizada pelo movimento estudantil da UFRRS, em abril de 1968. A greve reivindicava bolsas para alimentação dos alunos carentes. Poetsch teve participação nas negociações da

greve entre o estado e os alunos, aprovando, em acordo com as partes, o fornecimento de alimentação gratuita para os estudantes³⁴.

O exemplo desta greve na cidade de Pelotas demonstra que definir a atuação do movimento estudantil tendo como marco inicial o AI-5 é um equívoco, que silencia muitas das manifestações organizadas antes de 1968. Aqui, ressalta-se que a análise deve ser feita a partir dos elementos que constroem este processo. O AI-5 foi decretado com o objetivo de restringir as liberdades políticas e democráticas, de maneira ainda mais rígida do que os Atos Institucionais anteriores. Utilizando-se das fontes salvaguardadas no Arquivo Nacional, é possível acessar informações para que determinados processos não se encaminhem para o esquecimento.

Outro processo de greve estudantil protagonizada pelos estudantes no Rio Grande do Sul aconteceu a partir da paralisação do CA Cristiano Fischer, da Faculdade de Farmácia e Bioquímica da UFRGS, no dia 26 de maio de 1967³⁵. A paralisação era contra um projeto que tramitava no Congresso Nacional, segundo o qual seria extinto o curso de Farmacêutico-Bioquímico. A Direção da Faculdade declarou apoio ao movimento em nota oficial. No dia 29 de maio de 1967, foi realizada a assembleia geral na sede do CA Cristiano Fischer. Estiveram presentes alunos da Faculdade de Filosofia da UFRGS que, segundo o relatório do SNI, não teriam sido convidados.

Os estudantes de Filosofia declararam apoio ao movimento grevista e alertaram na assembleia que a extinção do curso na UFRGS, assim como da Escola de Geologia, era consequência do acordo MEC-USAID. A partir disso, iniciou-se um momento de tensão entre os estudantes, visto que os alunos da Faculdade de Farmácia e Bioquímica não queriam se posicionar contra as políticas realizadas pelo governo, pois isso poderia prejudicar a negociação com o Estado para manter o curso em atividade.

Para os estudantes da Filosofia, o acordo MEC-USAID visava introduzir no Brasil técnicos americanos para controle do petróleo e da indústria farmacêutica. A

³⁴ Ficha individual de Ernst Poetsch. **Serviço Nacional de Informações**. 25 de fev. 1969. Disponível em: https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=2049695&v_abas=1. Acesso em: 3 mar. 2021.

³⁵ Ocorrências no meio estudantil de Porto Alegre RS no período de 06 a 15 jun 67. **Serviço Nacional de Informações**. Jun. 1967. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/ggg/85011142/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ggg_85011142_d0001de0001.pdf Acesso em: 3 mar. 2021.

esmagadora maioria presente na assembleia expulsou os estudantes da Filosofia do evento. Não houve resolução para as manifestações, e os estudantes do CA Cristiano Fischer decidiram suspender a greve no dia 5 de junho de 1967, resolvendo se manter alertas sobre os planejamentos futuros do Estado para o curso na universidade.

Não somente os universitários do Rio Grande do Sul protagonizaram manifestações nos anos que antecederam o AI-5. No dia 30 de maio de 1967, estudantes do Colégio Estadual Julio de Castilhos, Newton José Weyne Gutierrez, Francisco Dutra Neto e Pedro Celeni Garcia foram suspensos do colégio por organizar manifestações coletivas, motivando os colegas a construir um movimento estudantil contra a ditadura civil-militar.

O caso dos alunos afastados chegou à mídia local, através do jornalista Sérgio Jockyman, Carlos Coelho e Carlos Nobre. Em colunas publicadas no jornal *Zero Hora*, criticaram a postura da direção do colégio de expulsar os estudantes, elogiando a atitude dos alunos. O artigo publicado no jornal *Correio do Povo* “Governo versus Estudantes”, escrito pelo jornalista Coelho de Souza, criticava as ações tomadas pelas autoridades governamentais em relação aos alunos expulsos.

Em oposição aos estudantes, o professor Antônio Magadan publicou em nota para a imprensa que desde a posse do diretor Cláudio Hutz o Grêmio Estudantil Júlio de Castilhos passou a organizar o movimento estudantil em oposição ao governo. O professor acusava os estudantes de invadir o colégio após o afastamento, promovendo reuniões e protestos e de lançar duas bombas dentro da escola. O professor encerrou a nota alegando que após a expulsão dos alunos acusados, o Colégio não teve mais “agitações”.

No decorrer das manifestações no Rio Grande do Sul por movimentos em escola/s e universidades entre os anos de 1967 e 1968, foi decretado pelo governo ditatorial o Ato Institucional n. 5, com o objetivo de conter as manifestações, potencializando a repressão contra ativistas de oposição considerados subversivos.

Como já dito, o presente estudo objetiva analisar como processos de luta estudantil se manifestaram na cidade de Pelotas, a partir das narrativas produzidas por nossos entrevistados. Através das trajetórias individuais de cada estudante, secundaristas e universitários, será analisada a participação dos entrevistados nos movimentos estudantis no período pré-golpe civil-militar, a reação após o golpe se

concretizar vitorioso, em 1964, e o impacto do AI-5 na experiência de estudantes que participaram dos processos de reorganização dos movimentos na cidade.

4 ANÁLISE DAS FONTES ORAIS

4.1 O período pré-golpe civil-militar

O presente capítulo é focado na atuação estudantil dos seis colaboradores entrevistados para a pesquisa. Enquanto estudantes, participaram ativamente de movimentos em escolas e universidades de Pelotas, interior do Rio Grande do Sul. Os colaboradores contaram que iniciaram a militância com idades variadas, entre 13 a 16 anos, ou seja, eram pessoas muito jovens época.

Ao compreender suas particularidades em relação à participação política, cabe considerar que esses jovens pretendiam ter suas experiências de relações sociais de confraternizações, encontros, relacionamentos, viagens, sonhos e projeções futuras.

As narrativas produzidas pelos colaboradores possibilitam conhecer, de maneira mais detalhada, as atividades que os estudantes planejavam e desenvolviam entre os anos de 1960 e 1968. A partir delas, também é possível conhecer um pouco mais sobre as organizações presentes no cotidiano estudantil entre esses anos de 1961 e 1964.

Fica evidente que, enquanto secundaristas, os estudantes entrevistados pouco se relacionavam com os movimentos universitários. Para eles, o principal movimento estudantil na época, do qual Frederico Dias da Cruz e José Luiz Marasco Cavalheiro Leite fizeram parte, era o Grêmio Estudantil dos Gatos Pelados, formado por estudantes do Colégio Municipal Pelotense (CMP).

Para compreender o grau desta importância dada pelos colaboradores ao Colégio Pelotense em relação a educação e ao conhecimento político, é necessário analisar inicialmente como o CMP tornou-se reconhecidamente na cidade a principal instituição de ensino secundário na época. Como resultado deste processo, com o maior índice de estudantes matriculados no colégio, o movimento estudantil dos Gatos Pelados é reconhecido pelos colaboradores como o principal na cidade.

Atuante na cidade no período pré-golpe civil-militar havia a União Pelotense dos Estudantes Secundaristas (UPES). Filiada à União Gaúcha dos Estudantes Secundaristas (UGES), era a entidade representativa dos movimentos estudantis secundaristas na cidade.

E isso se afirma a partir do depoimento de Nora Antunes de Oliveira, que não foi estudante do Pelotense, como Leite e Cruz, mas tem importantes lembranças sobre a atuação dos estudantes do CMP.

Apesar da pouca lembrança, José Luiz narra que a UPES realizava congressos na cidade e que “os assuntos eram sempre assuntos políticos, não só nacionais, mas também no nível internacional” (LEITE, 2020)³⁶. Comparando a sua experiência de estudante militante com o presente, José Luiz considera que atualmente o interesse pela política entre os jovens é diferente.

Naquele tempo havia uma intensa participação dos estudantes, era bem diferente do que é hoje, pelo que me consta, que eu vejo. Normalmente os estudantes gostavam de política, eram chamados a discutir temas políticos (LEITE, 2020)³⁷

Como apresentado nos capítulos anteriores, o contexto da década de 1960 foi de intensa participação em questões políticas por parte de setores da juventude. Quando José Luiz cita que, além de questões nacionais, os jovens se interessavam por assuntos internacionais, ele se refere à Guerra Fria. O colaborador afirma que a Guerra Fria foi um marco que incentivou os jovens a se identificar e se posicionar sobre questões que influenciavam a política mundial. José Luiz apresenta um conhecimento claro sobre o que foi a Guerra Fria, evidenciando a maneira com a qual parte dos estudantes envolvidos com o movimento estudantil era consciente da conjuntura política do momento.

Ao se posicionar sobre o presente, José Luiz expressa suas observações sobre as juventudes, que considera pouco conscientes sobre as questões políticas atuais, comparando a participação dos jovens em movimentos estudantis no Colégio Pelotense no início da década de 1960:

Naquele tempo o ensino público era muito bom e o do Pelotense era excepcional, era excelente, excelente, o que significa que isso despertava também as pessoas da classe média, classe média alta, para que colocassem os filhos no Pelotense. Não por questões ideológicas, questões de preferência do ensino público, mas porque era melhor, o ensino do Pelotense era muito bom, muito bom e, como eu disse, tenho até escritos sobre isso. Havia ali dentro um espírito que nós chamávamos de Espírito Gato Pelado, que era esse espírito

³⁶ Entrevista concedida a Allan Pereira por José Luiz Marasco Cavalheiro Leite em 16/09/2020, na cidade de Pelotas.

³⁷ Entrevista concedida a Allan Pereira por José Luiz Marasco Cavalheiro Leite em 16/09/2020, na cidade de Pelotas.

libertário, espírito de amor à ciência, de amor ao conhecimento, de uma cultura muito particular dentro da cidade. Não estou tão conhecedor das coisas assim de hoje, não me envolvo muito na educação de primeiro e segundo graus, mas acredito que uma boa parte daquelas coisas se perderam ao longo do tempo (LEITE, 2020)³⁸.

Esse esforço de se mostrar como pertencente a uma geração mais importante ou consciente do que a outra pode ser considerado como um exercício de resistir ao esquecimento, ao se identificar como a geração de referência para as posteriores.

Neste caso, o espaço escolar, de acordo com Leite, era de suma importância para o conhecimento político, direcionando os estudantes a construir os movimentos estudantis. Por isto o Colégio Pelotense é tão celebrado pelos colaboradores em relação à questão de incentivar os alunos a desenvolver o conhecimento crítico, político, científico e libertário.

O mesmo colaborador identifica que muitos estudantes não se interessavam em participar dos movimentos, ou seja, não eram todos os estudantes que tinham interesses políticos, o que é observado também nos movimentos estudantis atuais. Esta interpretação permite compreender como os estudantes se identificavam a partir de suas trajetórias diversas, porque pretendiam construir movimentos a partir de projeções futuras em comum, visando transformações sociais. É a partir deste pensamento político baseado na conjuntura internacional – de Guerra Fria e Revolução Cubana, e por questões nacionais, como a crise política vivenciada pelo governo de João Goulart – que os estudantes construíram os movimentos estudantis.

Voltando para o Colégio Municipal Pelotense, este foi a primeira instituição de ensino laico secundário da cidade. José Luiz lembra que até então as instituições de ensino em Pelotas eram exclusivamente baseadas no catolicismo, como o Colégio Gonzaga e o Colégio São José. Criado em 24 de outubro de 1902 como Gymnasio Pelotense, a instituição foi criada pela maçonaria de Pelotas com o objetivo de propiciar um ensino “independente de sectarismos, que combatesse o ensino clerical” (FELIPPE, 1925, p. 16-17).

A escola propunha-se a ministrar o ensino laico, baseado no cientificismo e racionalismo, onde era pretendido o ensino experimental voltado para a vida prática do aluno, seguindo os mais

³⁸ Entrevista concedida a Allan Pereira por José Luiz Marasco Cavalheiro Leite em 16/09/2020, na cidade de Pelotas.

“avançados métodos de pedagogia moderna” – contrários à “pedagogia católica” – onde eram partilhados valores que tinham por base o desenvolvimento da moral, do civismo e do patriotismo (AMARAL, 2003, p. 176).

A maneira satisfatória com a qual José Luiz lembra-se do “livre saber” do Pelotense levanta a interpretação de que a escola foi fundamental para que ele continuasse os estudos em nível superior, escolhendo cursar Filosofia, na Universidade Católica de Pelotas, e Direito, na Faculdade de Direito de Pelotas.

Sobretudo, o nível de ensino laico e científico do Pelotense contribuiu para a participação e carreira política dos estudantes e na definição de seguir os estudos na academia. Cruz também seguiu carreira acadêmica, cursando Direito na Faculdade de Pelotas por quatro anos. Depois se transferiu para a PUC, em Porto Alegre, onde se graduou.

Além de questões de cunho político, os estudantes também abordavam questões religiosas. Devido à grande influência católica nas instituições de ensino da cidade, José Luiz afirma que o CMP foi criado como uma resposta da maçonaria, que aspirava deter de poderes influentes na política municipal da cidade. Para o colaborador, não existiam influências da maçonaria dentro dos espaços escolares, mas questões de ideologias, crenças e religião eram constantemente discutidas pelos alunos.

A questão é que estava instalada no colégio este clima de discutir tudo, inclusive discutir questões que também estavam no âmbito da religião, da crença. Não afirmando que éramos estudantes anticonfessionais, mas trazíamos à tona essas discussões (LEITE, 2020)³⁹.

O clima citado pelo colaborador de “discutir tudo” reunia os estudantes em grupos. Os coletivos se formavam com ideias que se identificavam a partir das discussões realizadas. Da mesma maneira, desenvolviam círculos de amizade entre alunos do Pelotense. As opiniões individuais de cada estudante expressadas em reuniões, conversas, debates, seminários despertaram a necessidade de os

³⁹ Entrevista concedida a Allan Pereira por José Luiz Marasco Cavalheiro Leite em 16/09/2020, na cidade de Pelotas.

indivíduos se constituírem em grupos, para que as opiniões, críticas e ideias ganhassem força de influência e mobilização.

A partir deste intenso clima de discussão no colégio, os estudantes sentiram a necessidade de organizar o Grêmio Estudantil. Posteriormente, anunciaram as eleições para chapa de gestão do Grêmio dos Gatos Pelados em 1960.

Desde sua fundação, no ano de 1903, o Grêmio passou por variadas gestões e diferentes títulos. Gato Pelado não foi o único nome da entidade representativa dos estudantes do colégio.

Giane Lange do Amaral identificou que na segunda semana de fundação do Colégio Pelotense os estudantes se organizaram e criaram a sociedade literária Grêmio dos Estudantes, que reunia os alunos para desenvolvimento de retórica e conhecimento literário (AMARAL, 2003).

No decorrer das décadas, o Grêmio do Pelotense passou por reorganizações, a partir da união dos alunos e das necessidades pautadas em comum. Em 1911 fundaram o Grêmio 24 de outubro, após anos sem ter registros de atuações da sociedade literária criada em 1903. Em 1927 foi novamente reorganizado e, em associação com o Esporte Clube Pelotense, a entidade se dedicava à prática de atividades esportivas. Entre os anos de 1931 a 1937 o Grêmio, com incentivo do diretor do colégio, Joaquim Paula Alves da Fonseca, passou a realizar eventos sociais e culturais. Foi neste período que os alunos desenvolveram atividades como grupos de teatro, o jornal *Estudante*, bailes, concursos de madrinhas, as tradicionais passeatas e competições esportivas, que se acirraram entre alunos do Pelotense e do Colégio Gonzaga (AMARAL, 2003).

O Grêmio arrecadava fundos dos estudantes, de professores e ex-alunos para organizar os eventos na escola. O número de sócios não era representativamente alto em relação aos alunos matriculados. Nas décadas de 1930 a 1960, em que os números de matriculados variavam entre 500 a 800 alunos, o Grêmio contava com aproximadamente 100 sócios (AMARAL, 2003). A pesquisadora encontra registros de problemas em relação à gestão financeira do Grêmio ao longo de sua história. Havia cadernetas que apresentavam problemas de registros, que apontavam desvios financeiros realizados pelas gestões, levantando a hipótese dos baixos números de associados na entidade.

José Luiz participou das eleições para chapa de gestão do Grêmio dos Gatos Pelados em 1960, concorrendo ao cargo de presidente, mas não saiu vencedor. O

resultado negativo nas eleições não afastou o colaborador das atividades. Ao contrário, José Luiz foi idealizador do Grupo Teatral, um dos editores do jornal *Estudante* e participante das Passetas dos Gatos Pelados. “Todas essas atividades culturais tinham vinculação bastante grande com questões sociais, culturais e evidentemente estudantis” (LEITE, 2020)⁴⁰.

A identidade de Gatos Pelados, neste período dos anos 1960, em que Leite e Cruz foram alunos do Pelotense, é verificável a partir da percepção dos colaboradores sobre o número de alunos de classe média e baixa matriculados no colégio. Alunos de baixa renda ingressaram no colégio por ser a opção de ensino secundário gratuito na cidade, “Não havia outro lugar para se estudar o segundo grau senão no Pelotense.” (LEITE, 2020)⁴¹

Os horários das aulas se dividiam nos períodos diurno e noturno. Segundo Cruz, os alunos do noturno eram na maioria os mais velhos, por necessidade de trabalhar durante o dia. O colaborador lembra também que a maioria dos estudantes que atuava no Grêmio também estudava no Pelotense no período noturno.

Em relação aos alunos de classe média, as famílias tinham condições de matricular os jovens nos colégios particulares da cidade. Porém, a escolha do colégio Pelotense era por considerar que a instituição tinha um ensino científico de qualidade.

Por conta da identidade do ensino crítico, científico e libertário, o Pelotense passou a ser referência de estudos na cidade para a classe média. Se a classe baixa se inseria no Pelotense por falta de opção, a classe média estava matriculada por opção de qualidade. Mas o papel de desenvolver um ensino público de qualidade para os estudantes de Pelotas deve ser reconhecido, visto que os colaboradores se sentem orgulhosos e realizados pela experiência estudantil dentro do Colégio Pelotense.

Este reconhecimento da qualidade de ensino transformou o sentimento do estudante da época. Cruz, que foi estudante do Pelotense, reconhece este aspecto em sua narrativa. Para ele, o que mais marcou em relação a essa questão era a maneira com a qual os professores produziam os conteúdos construídos em sala de

⁴⁰ Entrevista concedida a Allan Pereira por José Luiz Marasco Cavalheiro Leite, em 16/09/2020 na cidade de Pelotas.

⁴¹ Entrevista concedida a Allan Pereira por José Luiz Marasco Cavalheiro Leite, em 16/09/2020 na cidade de Pelotas.

aula. “Pelotense naquela época, porque hoje não sei como está, era um dos melhores colégios públicos.” (CRUZ, 2021)⁴²

Este trecho demonstra o quanto a qualidade de educação, através do incentivo ao desenvolvimento de diversas atividades pedagógicas, estimulava esses jovens a estar presentes dentro da instituição. O colocado por Leite é destacado como positivo e prestigioso ao ressaltar o fato de estudar em uma instituição que se identificava com as necessidades de aprendizado e conhecimento dos alunos, conforme suas memórias.

Obviamente, este sentimento positivo não pode ser considerado unânime, porém, através da História Oral é possível perceber as percepções individuais ao mesmo tempo aquelas que são compartilhadas como podem ser várias as lembranças sobre a qualidade de ensino no Colégio Pelotense naquela época.

Para ressaltar a qualidade de ensino do CMP de forma positiva, os colaboradores lembram de importantes professores durante as narrativas. Em entrevista, Cruz cita as relações que construiu com os professores do Pelotense:

Eu tive aula com professores excelentes, que se tornaram meus amigos. O professor Pascoal, que era da História, maravilhoso. Ele não nos ensinava História, mas a raciocinar a História. Nós todos gostávamos muito deste professor. Eu tenho certeza de que ele foi muito importante para mim e para meus colegas. Tive outros também, como nosso professor Luiz Carlos Côrrea da Silva, da Matemática. Ele era um intelectual de Pelotas e também ator de teatro (CRUZ, 2021)⁴³.

Neste estudo, o professor tem papel fundamental no incentivo à participação dos alunos na escola. Resultado desta relação, alguns são lembrados, outros esquecidos. Pode ser que determinado professor seja lembrado por um episódio marcante, mesmo não sendo ele o preferido do aluno.

Os entrevistados lembram de um dos professores que foi marcante para suas experiências estudantis. O professor Aldyr Garcia Schlee era professor no Colégio Municipal Pelotense e docente na Faculdade de Direito de Pelotas. Schlee também era jornalista local, escrevia neste período de pré-golpe civil-militar a coluna semanal “Diário de 7 dias”, publicada aos domingos no jornal *Diário Popular*, em que resumia os principais acontecimentos políticos nacionais e internacionais e seus impactos na

⁴² Entrevista concedida a Allan Pereira por Frederico Diaz da Cruz em 25/02/2021, na cidade de Pelotas.

⁴³ Entrevista concedida a Allan Pereira por Frederico Diaz da Cruz em 25/02/2021, na cidade de Pelotas.

cidade de Pelotas, escrevendo de maneira crítica e contundente. O alvo de suas críticas geralmente eram os grupos conservadores de Pelotas.

Schlee, enquanto professor e jornalista, incentivou seus alunos a organizar os jornais de suas instituições, o *Estudante*, do Grêmio Estudantil dos Gatos Pelados, e *O Acadêmico*, da Faculdade de Direito de Pelotas.

A publicação *Estudante*, utilizada como fonte para este trabalho, foi compartilhada por José Luiz após a entrevista. O periódico do dia 17 de agosto de 1963 teve tiragem de 8.000 exemplares, distribuídos na cidade de Pelotas. No Conselho de Redação estavam os estudantes José Luis Marasco Cavalheiro Leite (colaborador desta pesquisa), Luis C. C. da Silva, Mário F. Gastal e Rouget A. Wrege. Na publicidade: Pedro Calmon Marques Teixeira. Colaboradores: João Manoel Santos Cunha, Nelson Romanelli Olmes, Paulo Renato Lino Rodrigues e Roberto Souza. Colaboração: Professor Aldyr Garcia Schlee.

O periódico foi publicado com oito páginas, distribuídas em capa, com a manchete principal, notícias e colunas escritas pelos estudantes referentes à cidade de Pelotas, entrevistas, notícias internacionais, propagandas eleitorais e anúncios de comerciantes.

Ao perceber o alto número de tiragem deste exemplar, verifica-se que os estudantes buscaram apoio para realizar tamanha publicação. Para capitalizar recursos para realizar a publicação do jornal, os estudantes contaram com apoios de professores e ex-alunos, além de patrocinadores que contribuíam com o projeto dos estudantes em troca de anúncios. A reorganização do *Estudante* tinha objetivo de ser uma alternativa de mídia local, que se comunicasse de maneira diferente e independente dos tradicionais jornais da cidade, como o *Diário Popular*. Na capa do jornal, os estudantes esclareceram os objetivos que pretendiam com a publicação:

Este, leitor, é um jornal ambicioso. Um jornal que nós, há muito tempo, trazíamos latente em nossa imaginação, um dia desabrochou [...]. O primeiro passo foi transformá-lo em órgão das legítimas aspirações do povo. Pensando assim, fomos buscar a triste realidade brasileira e as causas que a determinam com o fito de não apenas tratar uma situação, mas também fazer uma análise destituída das paixões políticas ou ideológicas, dos fatos que o cotidiano nos apresenta⁴⁴.

⁴⁴ *Estudante*, 17 de agosto de 1963, p. 1.

Esta ambição dos estudantes de publicar um jornal que se apresentasse como alternativa aos jornais tradicionais da cidade alcançou o sucesso, em se tratando de tiragem. Pensando nas questões sociais, os estudantes realizaram matérias informativas sobre os problemas socioeconômicos encontrados nas periferias da cidade de Pelotas.

No jornal publicado no dia 17 de agosto de 1963, os estudantes realizaram entrevista com moradores da Vila Brasília, publicando a matéria “Miséria, Miséria e Miséria na Alvorada da Vila Brasília”. Na matéria, os estudantes informam sobre a situação de extrema pobreza existente na Vila Brasília e que no bairro, apesar de ter o mesmo nome da capital do país, a realidade vivida pelos moradores era bem diferente da cidade planejada. Fica evidente que a real preocupação dos estudantes era com os jovens moradores do bairro que, por questões de sobrevivência, deixavam de lado os estudos. A matéria identificava que o morador Silva dividia sua casa na Vila Brasília com a mulher e oito filhos.

[...] sua filha de onze anos é epilética. Que não toma remédios. Que não vai ao médico. Porque não há dinheiro [...]. Dois de seus filhos estão, todos os dias (e noites) na rua 15, esmolando para comida, ou talvez para a Cachaça de José, o anestésico da fome. Pensando nisso, muitos negam dinheiro aos dois⁴⁵.

Ao oferecer para o público um jornal com material alternativo às opções tradicionais, os estudantes do Pelotense pensaram em publicar matérias que dificilmente um jornal como o *Diário Popular* publicaria. Este relato sobre as condições de vida de moradores da Vila Brasília, tomando como exemplo o caso de Silva, que não tinha acesso aos estudos. O jornal *Estudante* representava o contexto social de base: o movimento social do Grêmio Estudantil dos Gatos Pelados.

Ao publicar o relato sobre a vida da família de Silva, os estudantes objetivam informar à população que essas pessoas necessitam de políticas de assistência a serem planejadas pelo Estado, principalmente tratando-se de questões de saúde pública, demonstrando que a filha de Silva não tinha acesso a medicamentos e exames clínicos necessários para o tratamento de epilepsia. Para os estudantes, a questão do alcoolismo em famílias de extrema pobreza está relacionada a uma necessidade: enfrentar a fome.

⁴⁵ *Estudante. Miséria, Miséria e Miséria na Alvorada da Vila Brasília*. 17 de agosto de 1963, p. 4.

Outra matéria publicada no jornal, que exhibe a preocupação dos estudantes com a exclusão de jovens da sociedade, é sobre o ofício de engraxate. Por ser exercido em sua maioria por jovens, os estudantes identificam que o engraxate possui uma identidade social:

Ele é sujo!
 Ele é preto!
 Ele é maltrapilho!
 Ele tem maus costumes!
 Ele é atrevido!
 Mas você não vê o outro lado dele?
 Ele é humano!
 Ele é como você, constituído de carne e ossos!
 Ele tem um coração que pode ser melhor do que o seu!
 Ele possui aspirações!
 Ele, enfim, é o que seria você se não tivesse por qualquer infelicidade, na mesma condição!⁴⁶

Ao retratar problemas sociais como os vividos pelos engraxates da cidade de Pelotas, fica evidente que os estudantes pretendiam provocar e chamar atenção do leitor sobre figuras inseridas na cidade, que por questões de exclusão, são silenciadas e invisibilizadas. Os estudantes reconheciam que o exercício do engraxate não era uma escolha, mas uma necessidade.

O engraxate não poderia abrir mão do trabalho para estudar em uma escola. Estas matérias evidenciam que jovens estudantes gozavam do privilégio de ter acesso à educação de qualidade no Pelotense. Na cidade, o acesso à educação se dividia em escolhas, necessidades, falta de oportunidade. Quando os problemas sociais não ficavam evidentes nas publicações jornalísticas, era nas passeatas que os Gatos Pelados criticavam o silenciamento do Estado sobre resoluções para estas questões.

Sobre as Passeatas do Gato Pelado, entre os anos de 1930 até 1963, após encerramento da “Semana do Gato Pelado” (segunda semana de julho e, posteriormente, segunda semana de agosto), as ruas por onde desfilavam os estudantes se enchiam de populares, contagiados pelo divertido espetáculo. Em relação à organização das passeatas:

Era feita com bastante antecedência, sendo que havia diversas comissões que se encarregavam da coordenação à coleta de todo o material necessário para a confecção dos quadros humorísticos, faixas, fantasias, etc. O itinerário das passeatas era sair da Rua Tiradentes (lateral da escola), contornava a Praça Coronel Pedro Osório e seguia pela rua 15 de Novembro até a rua Senador Mendonça. Aí, paravam na famosa “esquina do coqueiro” do Colégio

⁴⁶ Estudante. **Engraxate é o Retrato de nossa sociedade**. 17 de agosto de 1963, p. 4.

Gonzaga e, inevitavelmente, confrontavam-se com os Galinhas Gordas. Após, seguiam pela rua Andrade Neves, dobravam na rua Marechal Floriano e retornavam para o Colégio. (AMARAL, 2013, p. 203.)

A organização, elencando comissões, demonstrava que as Passeatas do Gato Pelado eram o principal evento protagonizado pelos estudantes na cidade. Havia a preocupação em preparar o conteúdo do evento em cada uma das comissões. Os conflitos causados com alunos do Colégio Gonzaga, principal rival do Pelotense, geravam certas insatisfações entre professores e a gestão do colégio. A maneira com a qual criticavam as questões sociais e os embates entre estudantes com o colégio rival geravam descontentamento entre os mais conservadores, que debatiam punições para os mais ativistas que protagonizavam os conflitos. José Luiz lembra que os professores, em seu período como estudante, reuniam-se para discutir sobre o evento:

As Passeatas do Gato Pelado criavam tantas polêmicas dentro da cidade e também dentro do colégio. O Conselho Escolar, entre professores e direção, sempre tinha que se reunir e havia debates entre professores. O grupo de professores que nos defendia e o grupo que nos acusava. Mas sempre tivemos direções compreensivas, mais do que isso, adequadas ao tempo e cultura do Colégio Pelotense (LEITE, 2020)⁴⁷.

Mesmo tradicional, o evento não era uma unanimidade entre professores. Não só por conta dos conflitos, mas também pela maneira com a qual os estudantes se expressavam, criticando com humor os problemas sociais de Pelotas.

Cruz lembra uma importante questão sobre as Passeatas do Gato Pelado:

Eu lembro que só homens desfilavam nas Passeatas. Embora o colégio fosse misto, as mulheres não participavam dos desfiles, apenas na organização. Mas, não lembro o porquê dessa questão (CRUZ, 2021)⁴⁸.

Apesar de compor ativamente as comissões que organizavam as passeatas, as mulheres neste período da década de 1960 eram impedidas de desfilarem. O trabalho de Giane Lange do Amaral (2003) contribui para compreender o que motivava tais impedimentos.

⁴⁷ Entrevista concedida a Allan Pereira por José Luiz Marasco Cavalheiro Leite em 16/09/2020, na cidade de Pelotas.

⁴⁸ Entrevista concedida a Allan Pereira por Frederico Diaz da Cruz em 25/02/2021, na cidade de Pelotas.

As famílias católicas preferiam matricular as alunas no São José e os alunos no Colégio Gonzaga. Matricular alunas no Pelotense, permitindo a convivência com estudantes homens, quebrava certas tradições da época. Mesmo matriculando as alunas para estudar junto a alunos, algumas tradições cristãs permaneciam.

As mulheres estudantes do Pelotense tinham participações restritas nos eventos sociais promovidos pelo Grêmio. Além do impedimento de participar das passeatas nas ruas, a atuação feminina era reduzida a concursos de Madrinhas do Colégio. Ainda assim, nos primeiros anos do colégio, como destaca Giane Lange do Amaral (2003), as candidatas escolhidas pela diretoria, a partir de critérios de beleza, simpatia e inteligência, eram alunas do Colégio São José. Apesar de o Grêmio promover o evento, a diretoria do Pelotense na década de 1930 proibia alunas internas de “tomar partes em festas mundanas” (AMARAL, 2003, p. 213).

Na década de 1940, as mulheres buscavam espaço na participação das políticas estudantis no Colégio Municipal Pelotense. Em 1945, criaram o Departamento Feminino, que:

Passou a ser composto por 5 membros – 1 diretora, 1 subdiretora, 1 bibliotecária e 2 auxiliares e as moças passaram a participar mais de atividades desenvolvidas pelo Grêmio. Mas convém ressaltar que em 1932, mais da metade dos votos (que perfaziam um total de 103) para vice-presidente do Grêmio foram dirigidas a três moças: Yeda Lopes Machado – 27, Rosah Russomano – 16, e Carmem Parker – 10, sendo que a primeira foi escolhida vice-presidente. Carmem Parker foi secretária na gestão de 1933. Isso numa época em que o número total de alunas no colégio não chegava a 10 (AMARAL, 2003, p. 213).

A partir da fala de Cruz sobre a não participação de mulheres no desfile das Passeatas do Gato Pelado, ainda que o colaborador não lembre os motivos, e do trabalho de Giane Lange do Amaral (2003), é possível entender que este impedimento ocorria por ordem dos pais, que consideravam a participação de meninas em movimentos políticos como subversivos e inadequados segundo as tradições familiares.

Por considerar o evento como “mundano”, o “espírito libertário” do Pelotense era direcionado exclusivamente aos homens, visto que as mulheres não poderiam ter liberdades de participar de eventos e manifestações, por conta da estrutura familiar da época pautada no patriarcado, que privilegiava a participação política do gênero masculino.

Em resultado, as mulheres poderiam exercer cargos no Grêmio, porém, o cargo de presidente era preferencialmente ocupado por homens. Nas passeatas, a participação das mulheres ficava restrita à composição das comissões organizadoras.

Não somente no Pelotense, mas outro exemplo importante se encontra nos colégios católicos da cidade. O Gonzaga também realizava suas passeatas com desfiles dos homens, rivalizando com o Pelotense. Porém, sobre o São José, não se encontram registros de passeatas organizadas pelas alunas.

Apesar dessas questões de restrições às participações femininas nas passeatas para desfilar nas ruas da cidade junto com os homens, o movimento estudantil dos Gatos Pelados organizava o evento visando a liberdade de expressão. “As passeatas iam para as ruas da cidade toda, com cartazes, charges e quadros. Ao retornar para o colégio, era oferecido um churrasco para os alunos”.⁴⁹

Porém, para os mais conservadores, o movimento se resumia a conflito e violência entre escolas. Na manchete do *Estudante*, o jornal exprime os sentimentos dos alunos ao se expressar nas passeatas, e o que pretendiam com o movimento na cidade que reunia secundaristas, universitários e populares:

Tudo que não condiz com moral é nela atacado com a maneira própria dos jovens: o humorismo. Num mundo vão egoísta, onde o individualismo é característica marcante, ela surge com este exemplo edificante de desprendimento e de audácia, comentando e apontando os erros e descabros de uma sociedade corrupta, condenando a inércia dos governos e o oportunismo dos políticos. Os oprimidos e injustiçados atacando todos aqueles que no ramo de suas atividades ajam de maneira não condizente com a lei, a razão e a honestidade. Alas sejam abertas!⁵⁰

O humor era uma das variadas formas de expressão política dos jovens, que a partir da arte ironizavam e criticavam questões sociais, culturais e políticas em formas de músicas, charges, teatro, cinema, pintura, publicações, etc. Nas passeatas, é comum encontrar placas, faixas, cartazes e fantasias.

A alegria, a irreverência e a ousadia juvenis demonstradas na realização de passeatas é uma tradição que vem desde os primórdios das universidades europeias. As marchas ou passeatas estudantis constituem-se em movimentos ritualizados e coletivos com objetivos cerimoniais, cívicos, patrióticos ou de protesto, desenvolvendo-se nas ruas das cidades e assumindo características próprias, de acordo com o contexto nacional e

⁴⁹ Entrevista concedida a Allan Pereira por Frederico Diaz da Cruz em 25/02/2021, na cidade de Pelotas.

⁵⁰ *Estudante*. **Gato Pelado – O teu nome tornou-se uma glória!** 17 de agosto de 1963, p. 1

urbano no qual estão inseridos. [...] Através de diversos símbolos constituídos fundamentalmente por cartazes e imagens caricatas, essas criações culturais representam formas cerimoniais específicas de suas próprias épocas, necessidades e possibilidades (AMARAL, 2011, p. 133).

Sobretudo, o humor característico da juventude dos anos de 1960 se relaciona com a maneira crítica e atuante que se expressava em manifestações. O humor era uma maneira de "driblar" a repressão e a violência do Estado, expressando a crítica de maneira indireta, porém debochada, das questões políticas e sociais. O jornal *O Pasquim* foi uma referência de humor durante a ditadura, em que as charges "acabavam por melhor despistar a censura e a crítica. Através da linguagem metafórica, evitava o confronto direto, contudo, não menos eficaz" (QUEIROZ, 2008, p. 245).

As passeatas de caráter humorístico, como um "carnaval de inverno", se misturavam com a combatividade dos jovens. Por isso, houve passeatas censuradas, seja pela direção da escola ou pela atuação do Estado. Em 1947, o diretor do Pelotense negou diálogo com os estudantes e sumiu com sete dos 23 quadros que apresentavam conteúdo que para ele deveriam ser censurados. No ano seguinte, alguns quadros foram censurados pelo delegado de polícia e pela direção da escola (AMARAL, 2011, p. 148).

Os estudantes denunciaram a censura através do jornal *Estudante* e o fato de que, além dos quadros censurados, foram obrigados a alterar o itinerário da passeata, para evitar conflitos com estudantes do Gonzaga. O "Caso Pelotense" chegou ao Ministério da Educação, após cancelamento da matrícula de três dos estudantes participantes. Após grande mobilização de apoio de estudantes secundaristas e universitários da cidade, da classe política e de grande parte da população, a decisão de suspensão tomada pelo diretor foi revogada.

As passeatas, assim como o jornal e os grupos teatrais, eram espaços de construção afetiva entre os estudantes. A partir dos relatos sobre a passeata de 1963, identifica-se que o sentido de ir às ruas, para os estudantes, era de colocar em prática o que publicavam no jornal e os espetáculos que realizavam nos grupos de teatro. Ao invocar o "espírito do Gato Pelado", os estudantes lutavam pelo direito à liberdade transmitido através de ações planejadas nas passeatas.

Como referido, havia os grupos de teatro no Colégio Pelotense. Um deles pertencia ao Grêmio e outro era organizado por professores como atividade

pedagógica com os estudantes. Cruz recorda a participação no Grupo de Teatro dos estudantes:

Eu lembro que a nossa turma fez um teatro fora do Grupo do Teatro dos Gatos Pelados, nos apresentamos por conta própria. Todo 2º Científico B participou. Foi uma iniciativa nossa, não de professores. E cada um fez uma atividade, um fez iluminação, outro organizou o palco. Foi uma coisa muito boa para nós e para o colégio também acredito ter sido bom (CRUZ, 2021)⁵¹.

Os grupos teatrais do Pelotense foram importantes para o desenvolvimento da cultura e da arte entre os alunos. A produção dos espetáculos era protagonizada pelos estudantes. José Luiz também participou dos grupos teatrais do colégio e considera que a experiência “foi importante para despertar meu interesse pela cultura e me incentivou a produzir textos e eventos culturais”⁵². A experiência fazia parte da composição do “espírito libertário” dos alunos. Porém, com a ditadura civil-militar, essa liberdade passou a ser controlada.

Antes da concretização do golpe, em março de 1964, os estudantes de Pelotas participaram ativamente na resistência em apoio a posse de João Goulart durante a Campanha pela Legalidade. Em 1961, o movimento pelotense de secundaristas e universitários se mostrou organizado, ao juntar forças com trabalhadores e comerciantes locais manifestando apoio ao movimento encabeçado pelo então governador Leonel Brizola.

Vera Maria de Oliveira Lopez, estudante secundarista do CMP, cita que a atuação na Campanha pela Legalidade em Pelotas ocorreu principalmente na Casa do Trabalhador, onde ocorreram alistamentos voluntários.

Tinha lista, com nome de todo mundo e endereço. Cheio de material para entregar para a repressão. Movimento estudantil era muito participativo e a gente fazia algumas manifestações de rua, geralmente na praça do Direito [...]. Era muita gente trabalhando ali na Casa do Trabalhador, entre trabalhadores, operários, estudantes, gente do comércio. Tinham várias mesinhas e bancas para se fazer reuniões. Ficavam ali escutando o rádio o tempo todo (LOPEZ, 2019)⁵³.

⁵¹ Entrevista concedida a Allan Pereira por Frederico Dias da Cruz em 25/02/2021, na cidade de Pelotas

⁵² Entrevista concedida a Allan Pereira por José Luiz Marasco Cavalheiro Leite em 16/09/2020, na cidade de Pelotas.

⁵³ Entrevista concedida a Allan Pereira por Vera Maria de Oliveira Lopez em 11/11/2019 na cidade de Pelotas.

Não foram encontrados dados empíricos referentes à Casa do Trabalhador nos anos 1960 e não foi possível acesso aos arquivos físicos no espaço, devido ao período de isolamento social na pandemia de Covid-19, porém, a narrativa de Vera Lopez contribui para evidenciar que o espaço era de fundamental importância para os estudantes organizarem movimentos junto a outros grupos sociais de Pelotas, como trabalhadores e comerciantes. Quando cita a participação do movimento estudantil, Vera se refere não apenas à atuação de secundaristas, mas também dos universitários que, a partir da Federação Acadêmica de Pelotas (FAP), atuaram junto à Campanha pela Legalidade e juntaram forças para composição da luta para defender a posse de João Goulart na Presidência da República.

A Federação Acadêmica de Pelotas (FAP) foi criada em 1940 por estudantes da Faculdade de Direito do Centro Acadêmico Ferreira Viana com o objetivo de prestar assistência estudantil aos estudantes das faculdades públicas pelotenses, principalmente os que vinham de outras cidades e estados.

Essa entidade surgiu com o intuito de aglutinar o estudantado universitário da cidade em questão, bem como dar todo o suporte necessário para a manutenção desses estudantes (GOMES, 2017 p.71).

A FAP prestava assistência de alimentação, moradia, assistência social e ambulatória. Além de criar eventos culturais, assistia também a estudantes de outras universidades, como exemplo, o caso dos estudantes da URGs que chegavam de Porto Alegre na cidade e se alimentavam nas casas dos colegas pelotenses.

Posteriormente, no final da gestão de 1962, a FAP exigiu diante da URGs que fossem disponibilizadas verbas para que os estudantes da capital do estado recebessem o direito à alimentação pagos pelo governo federal. De acordo com PEREIRA (2019):

A FAP dispunha de verbas para a Cultura, com as quais organizava eventos na cidade de Pelotas. Entre 1961 e 1962 foram aplicados Cr\$ 76.352,00 para a realização da I Semana de Artes de Pelotas, que contou com a apresentação do renomado pianista brasileiro Prof. Fernando Lopes. Durante os dias da Campanha pela Legalidade, a FAP organizou curso de formação de líderes sindicais na Faculdade de Direito. Juristas, estudantes e sindicalistas tiveram a oportunidade de ouvir a palestra do especialista em Direito, o professor Juan Carlos Goyena, diretor da revista “Gaceta del Trabajo” editada em Buenos Aires (PEREIRA, 2019, p. 68).

Nos dias que anteciparam a renúncia de Jânio Quadros, a FAP se preparava para as eleições da chapa de gestão da entidade. O então presidente no período, Lélío Miguel Antunes de Souza⁵⁴, publicou uma nota no dia 25 de agosto de 1961 no *Diário Popular*, convocando aos estudantes universitários para inscrições de chapas no dia 29 e eleição para o dia 31 de agosto. As datas foram alteradas por deliberação fiscal da FAP.

Ainda no dia 25 de agosto de 1961, foi publicado convite para reunião na Casa do Trabalhador com participação dos estudantes universitários da FAP. A reunião seria para apresentação dos sindicatos locais que dedicaram memorial ao presidente Jânio Quadros. Este foi construído a partir de sessão de debates na sede da Associação dos Municípios de Pelotas (AMP), reunindo todas as entidades dos trabalhadores da cidade, que discutiram a elevação do custo de vida que “gradativamente vai assoberbando o bolso do pobre”⁵⁵.

A FAP, imediatamente após renúncia de Jânio Quadros, convocou reunião entre os universitários e construiu documento que seria enviado via telegrama para o presidente da República, presidente da Câmara dos Deputados, presidente do Senado Federal, presidente do Supremo Tribunal Federal e ao governador do Estado. O teor do documento foi publicado no *Diário Popular*, no dia 26 de agosto de 1961:

A Federação Acadêmica de Pelotas, órgão que congrega os universitários desta cidade, ciente de sua responsabilidade cívica, nesta hora de sérias apreensões da vida nacional, manifesta perante Vossa Excelência o seu tal repúdio a qualquer outra solução que não aquelas fixadas na Constituição Federal, inspiradas no asseguramento dos direitos e garantias do povo, e na validade incontestável da soberania nacional, expressando sua confiança inabalável naqueles a quem incube a manutenção da ordem e a guarda das instituições democráticas. Saudações universitárias, Lélío Miguel Antunes de Souza, presidente⁵⁶.

Em período de eleições para troca de gestão, a FAP, através do *Diário Popular* e do conselho fiscal, afirma que as eleições corriam o risco de não ser realizadas em face dos acontecimentos políticos desencadeados no país. E que, no dia 27 de agosto

⁵⁴ Em 1974, Lélío Antunes de Souza foi candidato a deputado estadual pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Foi eleito ao cargo com 39.181 votos (percentual de 1,51%), sendo o segundo mais votado no estado do Rio Grande do Sul naquele ano em que vigorava o bipartidarismo entre MDB e Arena no Brasil. Fonte: <https://al-rs.jusbrasil.com.br/noticias/141509823/lista-dos-deputados-mais-votados-desde-1947-reflete-as-mudancas-que-a-politica-brasileira-passou>. Acesso em: nov. de 2019.

⁵⁵ *Diário Popular*, 25 de agosto de 1961, p. 4.

⁵⁶ *Diário Popular*, 26/08/1961, p. 4.

de 1961, seria realizada reunião para ajustar novas datas para as eleições. Porém, é neste mesmo dia que se desencadeiam as greves na educação:

Aulas continuam suspensas. A determinação do ex-ministro Brigido Tinoco, por sua vez, continua de pé, não havendo até o momento sido qualquer contraordem, no que diz respeito ao início das aulas. Desta forma, tende a vida estudantil a manter-se totalmente paralisada no país, desde uma vez que unamos a decisão ministerial com a determinação das diversas entidades que congregam os estudantes do país⁵⁷.

Apesar do Coronel Edson Vignoli⁵⁸ ir ao *Diário Popular* e declarar que reinava a paz e a tranquilidade em Pelotas, a crise política começava a atingir o município. Em relação à educação, além da determinação do ex-ministro do governo Jânio de paralisar as atividades escolares, os estudantes de Pelotas decidem deflagrar greve estudantil na cidade.

A decisão de organizar greve estudantil por conta da crise política oriunda das manifestações em defesa da legalidade antecipava o chamado da União Nacional dos Estudantes (UNE) em declarar greve estudantil nacional. Os alunos da Faculdade de Direito de Pelotas, através de representação do diretório do Centro Acadêmico Ferreira Viana, decidiram redigir manifesto definindo sua posição frente à crise política. Repudiaram as atitudes do governador da Guanabara, Carlos Lacerda, que criticava as políticas externas de Jânio e, principalmente, sua atitude de condecorar Che Guevara no Brasil. Em manifesto, os estudantes da Faculdade de Direito convocaram a população, através do *Diário Popular*, para a realização de comícios na cidade, com o intuito de declarar apoio à legalidade e condenar as forças políticas que atacavam as liberdades constitucionais.

Os grêmios estudantis das escolas de Pelotas investigados neste trabalho (Grêmio do Colégio Pelotense e da ETP) também aderiram à greve nacional. O

⁵⁷ *Diário Popular*, 27/08/1961, p. 5.

⁵⁸ General Edson Vignoli, nascido em 17 de outubro de 1907, em Rio Grande, prestando serviço militar desde o ano de 1942, sendo que em 1962 foi comandante do 9 ° Regimento de Infantaria em Pelotas, ingressou na UFPel em 01 de junho de 1972, como auxiliar de Ensino, lotado no Instituto de Ciências Humanas, no Departamento de Estudos Brasileiros. Foi Dispensado, em 1973, do exercício dessa função em virtude de acumular as funções de Superintendente Administrativo e chefe da AESI da Universidade. (FERREIRA, 2017, p.109). As AESI deveriam atuar nas universidades públicas, com a finalidade de levantar informações no interior da comunidade universitária. Em outras palavras, o surgimento dessas assessorias teria como finalidade vigiar e identificar toda atividade considerada subversiva. Ao longo dos anos 1970 e 1971 as universidades federais foram criando suas AESI (FERREIRA, 2017, p.87)

Grêmio Estudantil da Escola Técnica, ao se reunir em assembleia para discussão sobre a crise política enfrentada com a renúncia de Jânio e o impedimento de João Goulart de tomar posse como presidente, decidiu que os alunos deveriam aderir à greve estudantil. De acordo com o livro de atas do Grêmio Estudantil da ETP, no dia 22 de agosto de 1961 os membros se reuniram, primeiramente, para prestar homenagem ao aluno João Faria, pelo falecimento do pai, e posteriormente, iniciaram os debates:

As discussões abordaram as Olimpíadas Estudantis que aconteciam na cidade, movimentando as escolas secundaristas na qual os estudantes participavam em várias modalidades esportivas. No dia da assembleia, foi discutido sobre a partida de futebol realizada entre a ETP e o Colégio Dom Bosco que, pelo teor da discussão, tinha grande expectativa pela partida (PEREIRA, 2019, p. 70).

No dia 28 de agosto, em dias de campanha pela legalidade, o Grêmio da ETP se reúne novamente em assembleia. A pauta principal era a renúncia de Jânio Quadros e o telegrama da União Nacional das Escolas Técnicas e Industriais (UNETI), que decretava greve nacional dos estudantes até que “fossem asseguradas as legalidades democráticas”⁵⁹. O presidente do Grêmio, João Paulo Duarte de Oliveira, defende apoio à greve diante de seus colegas e é atendido. Assim, as Olimpíadas Escolares realizadas em Pelotas seriam sobrepostas pela conjuntura política.

A União Pelotense dos Estudantes Secundaristas (UPES), instituição responsável pela organização do evento, adiou o início das Olimpíadas em razão do apoio às entidades estudantis que pautaram greve durante a campanha pela legalidade. Inclusive, a UPES o fez com o apoio dos diretores das escolas de Pelotas, ou seja, as instituições estudantis estavam junto de suas centrais nacionais e estaduais e, dessa forma, paralisaram as atividades escolares durante a campanha pela legalidade.

Considerando que greve também é movimentação, os estudantes mobilizados permaneceram paralisados com relação às atividades estudantis, mas seguiram atuando pela legalidade. A FAP publicou nota para a população pelotense no primeiro dia de greve estudantil da cidade, declarando adotar as seguintes medidas:

⁵⁹ Citação do livro ata do Grêmio Estudantil da Escola Técnica de Pelotas.

- I. Referendar a greve geral decretada pela União Nacional dos Estudantes e pela União Estadual dos Estudantes, até que sejam asseguradas as instituições democráticas no país.
- II. Manter em sessão conjunta permanente o Conselho fiscal e Diretoria, apelando a todos os universitários a se manterem em constante contato com a entidade.
- III. Ratificar a posição dos universitários pelotenses em favor da legalidade, do resguardo das instituições democráticas e da consequente manutenção do regime constitucional vigente, repudiando, veemente, qualquer propósito golpista, fundado em soluções extralegais. Pelotas, 27 de agosto de 1961. João Gilberto Correa da Silva – Presidente do Conselho Fiscal e Lélío Miguel Antunes de Souza – Presidente da FAP.⁶⁰

Junto à FAP, os acadêmicos da Faculdade de Direito constróem o Comitê Estudantil Pró-Defesa pela Legalidade, manifestando saudações ao III Exército e ao Comando da V Zona Aérea pelas atitudes tomadas em apoio à campanha pela legalidade. O Grêmio dos Estudantes do Colégio Municipal Pelotense manifestou solidariedade ao chefe do executivo municipal e outras autoridades que apoiaram a causa da defesa da legalidade e produziram manifestos enviados ao governador Brizola e aos chefes militares.

As escolas ligadas à União Pelotense dos Estudantes Secundaristas, as Faculdades de Pelotas ligadas à FAP e a Escola Técnica de Pelotas estavam em greve por tempo indeterminado.

Quando Jango é recebido em Porto Alegre e define sua posição em relação à crise política, concordando com a proposta encaminhada por Tancredo Neves de regime parlamentarista, a movimentação estudantil pela legalidade “esfria”. As mais de cinco mil pessoas que se voluntariaram aos alistamentos realizados pela legalidade, dentre eles, muitos estudantes, davam-se como vitoriosos na luta que garantiu a posse de João Goulart. Posição essa que se dividia entre aqueles que se sentiam derrotados por Jango aceitar o parlamentarismo proposto pelo Congresso, que não garantia a ele governar com os poderes de chefe do Executivo, e passaram a apoiar Brizola na luta pelo plebiscito.

No dia 5 de setembro, as aulas na ETP voltaram à normalidade. Segundo a Diretoria da Educação Municipal e a Delegacia Regional de Ensino, em matéria do *Diário Popular* do dia 5 de setembro de 1961, ainda não havia sido fixado o retorno das atividades escolares municipais e estaduais. Nas escolas, as atividades voltariam

⁶⁰ *Diário Popular*, 28/08/1961, p. 3

ao normal apenas no dia 8 de setembro, mas, por conta do feriado de 7 de setembro, apenas no dia 11 de setembro de 1961, uma segunda-feira, as atividades escolares retornaram, após greve estudantil que durou entre 15 e 17 dias na cidade. No mesmo dia 11 de setembro, as faculdades de Pelotas retornaram às suas atividades. Na Faculdade de Direito, a FAP organizou assembleia para discutir os rumos da política nacional.

Portanto, questiona-se: como jovens com experiências de mobilização estudantil efetivas na cidade de Pelotas seguiram participando dos movimentos em um período marcado pela repressão e censura contra secundaristas e universitários no Brasil? Em seguida, a análise foca no momento após o golpe de 1964 e como os colaboradores narram suas experiências como estudantes no período de ditadura civil-militar.

4.2 O golpe civil-militar de 1964

Em 1964, meu pai apavorado, eu saí, sempre fui de fazer política estudantil na rua. Quando retornei, meu pai estava fazendo fogueira no quintal, morrendo de medo. Porque ele soube que tinham pegado o filho do amigo dele. [...] (LOPEZ, 2019, p.75)⁶¹.

A fogueira simboliza uma atitude de amparo do pai de Vera Maria de Oliveira Lopez ao queimar vestígios que poderiam induzir a prisão da filha pela polícia do governo ditatorial. A memória de Vera demonstra como o golpe de 1964 provocou medo em quem era declaradamente oposição à ditadura civil-militar no Brasil.

A partir das narrativas construídas com os colaboradores desta pesquisa, a proximidade e o interesse político, as participações em discussões em salas de aula, reuniões coletivas, assembleias, palestras, eventos escolares e acadêmicos, contribuíram para o conhecimento sobre os movimentos protagonizados por estudantes que resistiram ao medo imposto pela repressão junto aos familiares, amigos e professores, após o golpe civil-militar em 1964.

Com quinze anos de idade, em 1962, Luis Carlos Lucas aborda o interesse pelos assuntos referentes à política nacional. Lucas passou a se reunir em grupos de

⁶¹ Entrevista concedida a Allan Pereira por Vera Maria de Oliveira Lopez, no dia 11 de novembro de 2019, para o Trabalho de Conclusão de Curso de História, da Universidade Federal de Pelotas.

estudantes que simpatizavam com as ideologias de esquerda e que poderiam construir um potencial movimento na cidade de Pelotas. Em seguida, identificou-se com colegas que analisavam o contexto com leitura semelhante à dele:

A gente começou a se reunir muito entre nós. Começou a surgir algo muito favorável à esquerda. Então acho que me deixei levar também, era contagiante. Então a gente achava que ia acontecer uma revolução de esquerda no Brasil (LUCAS, 2021)⁶².

As memórias de Lucas sobre os primeiros anos da década de 1960 demonstram o sentimento de lutar por questões sociais e pautas relacionadas às demandas da juventude. O ano de 1962 é marcado pela primeira fase da Ação Popular (AP), em que o foco das pautas eram as Reformas de Base propostas por João Goulart. Cristiane Medianeira Ávila Dias (2011) afirma, a partir de documentos da organização, que o compromisso da juventude que integrava a AP era a revolução de esquerda e que as principais ações da organização no Rio Grande do Sul concentravam-se principalmente no movimento estudantil.

Portanto, o então novo movimento organizado por estudantes, trabalhadores e políticos de esquerda, com novas ideias e propostas que visassem ao processo revolucionário foram fundamentais para que Lucas se sentisse contagiado. O colaborador integrou a AP durante as duas outras fases: a segunda fase (1964-1968) que, por conta do AI-5, passou por reestruturações, e a terceira fase (1969-1972), marcada pela continuidade da militância de forma clandestina.

Lucas lembra que pouco tempo após tornar-se militante orgânico aconteceu o golpe, no dia 31 de março de 1964. Se o desejo de revolução energizava os estudantes, sofrer um duro golpe poderia despertar sentimentos de frustração, tristeza, indignação e essas cargas emocionais negativas configuram uma experiência traumática. Essas subjetividades marcam as memórias. Isso se verifica nos detalhes da narrativa de Lucas sobre os primeiros atos, no dia 1º de abril de 1964:

Fomos para a Casa do Trabalhador, entre estudantes, operários e trabalhadores em geral, para discutir o que se poderia fazer, para tentar resistir. Eu me lembro, que a partir daí se designou uma

⁶² Entrevista concedida a Allan Pereira e Alessandra Gasparotto por Luis Carlos Lucas no dia 13/08/2021, na cidade de Pelotas.

comissão, para passar nos quartéis e eu fui em um deles, com o objetivo de colher informações (LUCAS, 2021)⁶³.

A Casa do Trabalhador era um espaço de mobilização e discussões políticas entre categorias de trabalhadores, com participação ativa dos estudantes secundaristas e universitários.

Lucas cita que integrou a comissão que atuaria na coleta de informações. A estratégia era dialogar nos quartéis do Exército e na Brigada Militar de Pelotas com os representantes militares, a fim de tentar apoio à resistência.

No 9º Regimento de Infantaria, o comandante na época era próximo ao Jango, não era um golpista. Mas, ao lado dele, estava um major, de braços cruzados, nos olhando com olhar fulminante. Então ficou claro que o comandante não tinha nenhum controle. Seguimos para o Quartel-General e percebemos que o ambiente também era desfavorável. Depois, na Brigada, a situação foi diferente. A gente conhecia o comandante, que morava próximo a minha residência e não era um militar golpista. Ele nos mapeou mais ou menos a situação, que era bem desfavorável. Eu me lembro que ele nos mostrou uma sala, em que havia aparelhos de rádio e disse que na maior parte dos quartéis do Brasil as pessoas estão com aparelhos para saber quem vai ganhar e aderir em seguida (LUCAS, 2021)⁶⁴.

Este relato de Lucas sobre o primeiro contato com as forças militares demonstra que o primeiro dia após o golpe foi marcado por dúvidas e incertezas entre militantes e forças militares.

Em Pelotas, a posição dos militares não era homogênea e isso abria campo para a militância buscar diálogo e coletar informações sobre o que estava por vir após o golpe. Alceu Salamoni lembra que após o golpe “as coisas estavam um pouco indefinidas, mas começou a poda de tudo” (SALAMONI, 2020)⁶⁵.

Outra importante questão a partir do relato acima é do primeiro contato com a postura autoritária militar. Lucas descreve com detalhes a maneira de se colocar do major, que gestualmente buscava intimidar os estudantes “de braços cruzados e olhar fulminante”.

⁶³ Entrevista concedida a Allan Pereira e Alessandra Gasparotto por Luis Carlos Lucas no dia 13/08/2021, na cidade de Pelotas.

⁶⁴ Entrevista concedida a Allan Pereira e Alessandra Gasparotto por Luis Carlos Lucas no dia 13/08/2021, na cidade de Pelotas.

⁶⁵ Entrevista concedida a Allan Pereira por Alceu Salamoni no dia 10/11/2020, na cidade de Pelotas.

Guardar na memória o olhar do militar desferido a ele, como se estivesse olhando para um potencial inimigo de guerra, mostra o quanto foi impactante para Lucas perceber que a situação era bem desfavorável para aqueles que acreditavam em uma possível revolução de esquerda no Brasil.

Luis Carlos Lucas, ao lado de Getúlio Pereira Dias⁶⁶, reuniram-se para discutir a situação e pensar nas ações seguintes. Dias, que participava ativamente do Partido Comunista, pensou em partir para o exílio. Álvaro Cunha sugeriu para Lucas viajar para Porto Alegre e tentar compor movimentos de resistência.

Segundo documentos produzidos pelo SNI, arquivados no portal do Arquivo Nacional (SIAN), Getúlio Pereira Dias foi preso duas vezes no 9º RI e respondeu a vários Inquéritos Policiais Militares (IPMs).

O documento descreve uma das prisões de Getúlio Pereira Dias, ao utilizar o transporte Expresso Porto Alegre – Montevideu, passando pela fronteira em Chuí, no dia 30 de outubro de 1968. Mesmo preso, Getúlio seguiu a defender publicamente Leonel Brizola e João Goulart, e afirmou que tentava ir para o Uruguai encontrá-los.⁶⁷

Álvaro Cunha foi alvo de IPM instaurado no dia 23 de fevereiro de 1966⁶⁸ com objetivo de apurar a responsabilidade de confecção e distribuição de panfletos considerados “subversivos” em Pelotas. O panfleto em questão foi encontrado com Renato Paradedda, após ser preso e confessar que recebeu o documento em encontro com Álvaro que, por medo de ser preso, confiou o documento a Renato. Trata-se de um documento referente à Frente Libertadora Nacional (FLN).⁶⁹

⁶⁶ Getúlio Pereira Dias, natural de Pelotas, foi funcionário público federal do Serviço de Assistência Médica e Domiciliar e de Urgência (SAMDU) e correspondente do jornal *Diário de Notícias*, de Porto Alegre, em 1969. Foi candidato a Vice-Prefeito de Pelotas na chapa com o general Danton de Amaral Filho, pelo MDB, derrotada nas eleições de 1968.

⁶⁷ Fonte: Arquivo Nacional. BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_69021325. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 4 mar. 2022.

⁶⁸ Fonte: Arquivo Nacional. BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_85012183. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em 4 mar. 2022.

⁶⁹ Movimento constituído em 25 de outubro de 1961, em Goiânia, por políticos nacionalistas, entre os quais se incluíam Mauro Borges, governador de Goiás, e Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul. Desarticulou-se após as eleições legislativas realizadas em outubro de 1962 e para o governo de 11 estados. A partir de agosto de 1962, os dirigentes da FLN intensificaram suas atividades, visando à campanha eleitoral. Ainda nesse mês, durante Congresso da Libertação Nacional, em São Paulo, os comunistas ressaltaram a importância da frente como expressão de aliança entre trabalhadores urbanos e rurais, estudantes e “outras correntes nacionalistas e progressistas, incluindo burguesia”, contrários ao imperialismo e latifúndio. Fonte: FGV CPDOC. **Frente de Libertação Nacional**. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/frente-de-libertacao-nacional-fln> Acesso em: 2 jun. 2022.

O panfleto com título “Documentos dos setores ‘O’ (Operário) e ‘PP’ (Político-Partidário)”, referente a reunião entre eles, é dividido em: a) levantamento dos setores; b) críticas e perspectivas; c) tarefas; d) críticas e sugestões.

No primeiro item, “Levantamento dos Setores”, o documento apresenta uma análise do movimento sobre os setores político-partidário e setor operário. Vale ressaltar que, para a segurança dos envolvidos, o panfleto, ao se referir às pessoas, indica no texto apenas uma letra da qual pode ser a inicial do nome, sobrenome ou apelido.

O documento informa que o movimento da FLN havia conseguido apoio de tipografia para confeccionar panfletos, jornais e impressos em geral, desde que reunisse matéria-prima necessária. Em seguida, apresenta uma atuação dentro de um partido de Pelotas, não identificado, no qual o movimento havia realizado uma radicalização, ocasionado uma divisão entre “ideológicos e fisiológicos”. Por fim, o documento traz um levantamento sobre a atuação do movimento na cidade de Pedro Osório, aliando-se a grupos operários das pedreiras de Matarazzo. Em Canguçu, o movimento possuía contatos, assim como em Pinheiro Machado, Herval, Santa Vitória do Palmar, Rio Grande, São José do Norte, Camaquã e Arroio Grande.

Em relação ao setor estudantil, o panfleto descreve que houve uma breve atuação do movimento, mas que enfrentaram problemas relacionados à classe social dos estudantes, descritos como “burgueses”, mas que ainda assim conseguiram ampliar o diálogo com universitários.

Neste primeiro momento, o documento apreendido junto a Renato Paradedda demonstra que Álvaro Cunha havia participado como estudante do movimento que se inseria no campo partidário, operário e estudantil, planejando ampliar a rede de conexão com cidades da Zona Sul do estado, com núcleo de atuação em Pelotas.

São as tarefas encaminhadas no panfleto a serem exercidas pelo movimento identificado como FLN:

- 1 – Entrar em contato com companheiros da SS, para integrá-los no setor, ou para que eles nos deem elementos para ampliarmos os trabalhos no setor.
- 2 - Através dos cursos de políticas e guerrilhas, ampliaremos elementos operários para o grupo, até agora não ampliados, por falta de meios para seu engajamento.
- 3 – Formarmos grupos da FLN no Capão do Leão, dando-lhes tarefas para conseguir dinamite, na pedreira.

- 4 – Ampliaremos a Mocidade, a FLN e o grupo em São Lourenço, Pedro Osório, Rio Grande e possivelmente, em outras cidades da Zona Sul.
- 5 – Contatos na Brigada.
- 6 – Conseguiremos dinamite através do grupo de A (SPP) que também fabrica bombas, o que está conseguindo.
- 7 – Contatos com J e P, que poderão nos auxiliar no crescimento do setor.
- 8 – Trabalho em meios camponeses, em Arroio Grande, São Lourenço, Canguçu, etc.
- 9 – Planejar a propaganda em toda a Zona Sul do estado, e incubir-se da distribuição de panfletos, jornais, etc.
- 10 – Iniciar o trabalho paramilitar.
- 11 – Comandos de bairros da Mocidade⁷⁰.

A Frente de Libertação Nacional começou a se desarticular por conta das diferentes orientações políticas e das constantes divergências, sobrevivendo apenas na Guanabara⁷¹. O panfleto não contém data de publicação. Porém, ao ser apreendido em posse de Renato Paradedda, em 1966, mostra que o movimento articulava sua reestruturação na Zona Sul do Rio Grande do Sul, buscando contatos, treinamentos, estrutura e apoio financeiro para efetivar a articulação entre operários, estudantes, trabalhadores do setor rural, políticos e partidos. O documento informa que desde o ano de 1965 o movimento buscava articulação na cidade de Pelotas, confiando aliar-se a pessoas próximas e simpatizantes de Leonel Brizola. Sobre os contatos do movimento em Pelotas:

Mantivemos, desde janeiro, contatos com vários tipos de operários e membros de classe média em crescente proletarização, o que nos propiciou experiências muito válidas e importantes.

No Bairro Simões Lopes, temos contatos com quatro elementos, havendo possibilidades de ampliarmos apenas um deles, por enquanto.

No Arroio Sujo, há um grupo de pescadores com os quais podemos entrar em contato, parecendo-nos, no entanto, que elementos do partido já estão fazendo um trabalho com eles.

Na Vila das Corujas, há um elemento que conhecemos, mas o partido tinha ligações com eles, apesar de não ser comuna.

Nas Três vendas, temos quatro elementos, que poderão ser aproveitados para o grupo.

No Areal, tínhamos contato e o perdemos, mas não nos parece que um elemento do grupo de A (SPP), mantém estas ligações.

⁷⁰ Fonte: Arquivo Nacional. **BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_85012183**. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em 4 mar. 2022.

⁷¹ Fonte: FGV CPDOC. **Frente de Libertação Nacional (FLN)**. Disponível em <http://www.fgv.br>. Acesso em: 4 mar. 2022.

No Fragata tínhamos um elemento que nos poderia ser útil, mas, atualmente, está ligado ao Partido.

No Capão do Leão, há um elemento que tem grupos com vontade de trabalhar, mas que não se organizam porque não encontram tarefas consequentes para fazer.

Mantemos fora dos bairros, contatos com outros elementos, isoladamente: Companheiro N – elemento que pode ser ampliado, trabalha com drogas químicas, e tem três companheiros no mínimo; Companheiro JB – elemento brizolista simpatizante do grupo, que mantém contatos, também, com o SPP, e que pode nos propiciar contatos, não só para ampliarmos o grupo; Companheiro D – tem um contato com um brizolista ricoço que nos poderá auxiliar, é brizolista mas simpatiza com o grupo. Isto é, em linhas gerais, um levantamento do trabalho desenvolvido no setor desde janeiro de 65.

Sobretudo, o documento apesar de esconder os nomes de envolvidos e simpatizantes ao movimento, sob posse dos militares significaria grandes riscos para os objetivos pretendidos para efetivar a construção do movimento na Zona Sul. O planejamento era distribuir o panfleto nas cidades do Rio Grande do Sul:

Falar com o Brum e com A. Renato, para indicar nomes prováveis, além do Libindo, Paola; Sta Vitória – Falar com o Motta e combinar viagem conjunta; Jaguarão – Falar com o (espaço para o nome) que ficará encarregado de Arroio Grande; São José do Norte – Brum e Neves; Canguçu – Álvaro e Scaglione; Pedro Osório – Bernardo.

Em relação aos municípios de Pinheiro Machado, São Lourenço, Camaquã, Piratini e Herval não há nomes. Por fim, o panfleto apresenta uma possibilidade de marcar uma data para encontro entre setores da Zona Sul na primeira quinzena de julho de 1965.

O documento apresenta um movimento complexo de articulação, que encontrava dificuldades principalmente a partir da diversidade de experiências políticas dos contatos almejados.

Retornando à narrativa sobre o dia do golpe de 64, ao lembrar do amigo Álvaro e sua viagem para Porto Alegre, Lucas faz uma breve pausa. Em seus olhos escorre uma gota de lágrima. Quando chora, ao refletir sobre este evento sensível, Lucas comunica ao pesquisador a complexidade emocional com a qual ele convive no presente. O colaborador enxuga a lágrima, mantém uma das mãos no rosto, sem conseguir olhar para o pesquisador e a orientadora Alessandra Gasparoto, que participou da entrevista.

Neste momento, Lucas demonstra dificuldade em expressar a tristeza simbolizada em sua lágrima, que se apresentou de forma repentina, inesperada, visto que o colaborador seguia falando em tom de voz pleno, sem interrupções.

Lembrar os amigos que tiveram que partir, o movimento enfraquecido em Porto Alegre e o dia marcado por momentos difíceis emocionalmente contribui para entender a emoção expressada por Lucas no presente e configura o processo traumático que ele, enquanto estudante, viveu naquele momento. São memórias marcantes de uma experiência sensível. Ao retomar a narrativa, Lucas fala sobre sua chegada à capital e a percepção das dificuldades enfrentadas para resistir e lutar contra o golpe.

As pessoas querendo resistir no centro de Porto Alegre e não tinha o que fazer. Me lembro que junto à Praça da Alfândega, a sede do partido de direita, acho que era o Partido Libertador, tinha senhores engravatados, nos olhando com ar de deboche. A gente tentava atirar o que tivesse para o alto e começaram a surgir alguns cabos do Choque para dispersar o movimento. A gente estava disposto a resistir, mas não tinha como (LUCAS, 2021)⁷².

Conforme narrativa de Lucas, o cenário na cidade de Porto Alegre no primeiro dia de golpe era de manifestantes populares nas ruas repudiando a deposição de João Goulart, enquanto aliados do movimento golpista debochavam da manifestação. Enquanto Luis Carlos Lucas narra o dia após o golpe, descrevendo a sua trajetória em Pelotas e depois em Porto Alegre, Leite lembra que na noite do dia 31 de março de 1964, enquanto o golpe ainda estava em curso, ele estava em sala de aula para realizar atividade da disciplina de Retórica, ministrada pelo professor Aldyr Garcia Schlee para alunos do terceiro ano do Ginásio Clássico no Colégio Pelotense:

Nesta noite, do dia 31 de março, as nossas aulas eram noturnas, nós recebemos com surpresa a notícia de que havia um movimento militar em curso, exatamente no dia 31 de março de 1964. O movimento militar com as tropas de Minas Gerais em direção a Brasília, estava direcionado ao golpe, mas ainda não havia sido vitorioso. E, naquela noite, o professor Schlee estaria fazendo conosco uma prova de retórica, que consistia em analisarmos um pequeno discurso que o professor faria ali naquele momento, nós anotaríamos e em seguida comentaríamos as figuras de retórica presentes no texto. O professor

⁷² Entrevista concedida a Allan Pereira e Alessandra Gasparotto por Luis Carlos Lucas no dia 13/08/2021, na cidade de Pelotas.

Schlee fez um discurso acusando as tropas de movimento anticonstitucional, o que era absolutamente correto (LEITE, 2020)⁷³.

Leite afirma por duas vezes que a atividade foi realizada na noite do 31 de março, enquanto o golpe estava em andamento. Segundo o jornalista Lúcio Vaz (2016, p. 97), Schlee havia realizado atividade semelhante no dia 6 de abril de 1964.

Segundo os relatos, o professor Schlee havia pensando a atividade para mais de uma turma do Colégio Pelotense, demonstrando a preocupação dele em discursar para seus alunos e provocar o pensamento sobre o contexto político da época, principalmente se referindo a um ato inconstitucional no Brasil.

Vânia Farias Ferreira (2017) apresenta em seu trabalho um trecho do discurso utilizado por Schlee como atividade avaliativa em sala de aula:

Os militares, que têm o dever constitucional de garantir a ordem, perturbaram-na irreversivelmente. A ordem constitucional foi quebrada sob o pretexto de que estava ameaçada. Temia-se a revolução comunista, fez-se a facista [...]. Estão suspensas as garantias e liberdades constitucionais em nome da democracia. Proíbe-se o direito ao culto, depois das 22 horas, em nome da religião. Em nome da honestidade, há a perseguição. Em nome da autoridade, há a intimidação. O mandato presencial já não vale nada. As imunidades parlamentares foram esquecidas. Foi esquecido o respeito à dignidade humana. A isto estão chamando de revolução democrática e cristã (SCHLEE apud. FERREIRA, 2017, p. 93)

Leite, em entrevista, lembra que não era obrigatório entregar a atividade ao professor, visto que era uma segunda chamada, ou seja, era opcional realizar a atividade, para aqueles que desejavam melhorar a nota obtida na primeira. Ele afirma também que não possui o documento referente à avaliação mas, a partir da comparação com a atividade citada por Vânia Farias Ferreira (2017), é possível identificar que os textos aplicados para as diferentes turmas são semelhantes em relação aos objetivos principais do professor, tornando viável interpretar que ele pretendia conscientizar os alunos sobre a inconstitucionalidade do ato militar e a pretensão destes em supostamente defender a democracia: “Estão suspensas as garantias e liberdades constitucionais em nome da democracia” (FERREIRA, 2017, p. 93).

⁷³ Entrevista concedida a Allan Pereira por José Luis Marasco Cavalheiro Leite no dia 21/09/2020, na cidade de Pelotas.

Em relação à atividade, o texto proposto pelo professor Schlee já alertava seus alunos sobre perseguições, intimidação e de que, no temor de uma possível revolução comunista, “fez-se a fascista”.

Conforme citado, Leite lembra que a entrega da atividade ao professor não era obrigatória e que muitos de seus colegas escolheram esta opção:

Aquilo foi o “germe”, alguém confiou essa prova a uma pessoa ligada aos serviços de repressão e depois, com a vitória do regime militar, aquilo deu muitas complicações ao professor Schlee (LEITE, 2020)⁷⁴.

Segundo Lúcio Vaz (2016), Schlee “foi indiciado no IPM e seu texto de prova serviu para enquadrá-lo na Lei 1.802/53, que definia os crimes contra o Estado e a Ordem Política e Social” (VAZ, 2016 apud. FERREIRA, 2017, p. 93).

Essas memórias contribuem para evidenciar que logo nos primeiros dias de golpe, antes mesmo enquanto estava em processo, professores como Aldyr Garcia Schlee já eram monitorados. A partir do relato de Leite, compreende-se que os estudantes do Pelotense não formavam um bloco homogêneo de resistência à ditadura, visto que ele credita a um dos estudantes a denúncia do conteúdo de oposição aplicado na prova.

Em relação às consequências das atividades, Schlee, ao receber o título de Professor Emérito da UFPel, relatou:

Na noite de 31 de março ocorreu o Golpe Militar que rasgaria a Constituição da República. Dia 6 de abril houve volta às aulas e eu ofereci aos meus alunos uma prova de retórica, anotando os sofismas que poderiam ser usados para sustentar e fundamentar a ruptura da ordem constitucional. Naturalmente, nada justificaria minha prisão; o que mais três capitães me esfregaram na cara e quase me fizeram engolir, entre palavrões e ameaças, foi uma folha de caderno escolar com o texto daquela minha prova (FERREIRA, 2017, p. 93)

Neste pronunciamento, Schlee se refere à atividade do dia 6 de abril, citada por Lúcio Vaz. O professor não aborda uma atividade semelhante no dia 31 de março, presente na narrativa de Leite. Primeiramente, vale ressaltar que podem estar corretas ou equivocadas, visto que é comum errar datas.

⁷⁴ Entrevista concedida a Allan Pereira por José Luis Marasco Cavalheiro Leite no dia 21/09/2020, na cidade de Pelotas.

Leite afirma que foi “exatamente no dia 31 de março” (LEITE, 2020)⁷⁵ que ele fez a atividade citada. Por um lado, se o colaborador afirma com exatidão a data da atividade, ele pode estar correto ou fazer um exercício de atribuir uma memória marcante a outra, principalmente influenciado pelo sentimento ao lembrar do professor, que considera “um magnífico professor, que me emociona sempre” (LEITE, 2020)⁷⁶.

Se Luis Carlos Lucas lembra do primeiro dia após o golpe e sua trajetória buscando construir um movimento de resistência em Pelotas e Porto Alegre, Leite tem a memória sobre atividade realizada por seu professor Schlee. Nora Antunes de Oliveira lembra que após o golpe teve uma conversa com Irmã Leopoldina, uma das freiras do Colégio São José que realizava trabalhos sociais com participação das estudantes:

Explicou isso para mim, sozinha, que não poderia mais realizar reuniões que estavam proibidas, ainda mais em um colégio de freiras. Elas tinham um medo horrível de tudo [...] Antes era permitido que nós nos reuníssemos com outros estudantes. Mas isso foi um período muito curto [...]. Em 1964 foi diluído tudo isso (OLIVEIRA, 2020)⁷⁷.

Conforme Oliveira, o medo de sofrer duras consequências levou as freiras a proibir as alunas de organizar reuniões com jovens de outros colégios de Pelotas ligados a movimentos estudantis. A colaboradora lembra que a Irmã Leopoldina “era uma freira progressista” e isto poderia ser um dos motivos que gerou o medo sentido por ela após o golpe.

Segundo Ângelo Barreiro Gonçalves (2014), houve uma divisão de opiniões sobre o golpe em reunião da Comissão Central da CNBB, entre 27 e 29 de maio: a primeira parte, na liderança de Dom Sigaud, louva Deus e os militares por terem dado cabo ao perigoso governo de Goulart. A segunda parte, liderada por D. Helder Câmara, criticava os excessos dos militares:

Não nos curvamos, porém, às injunções da política partidária, nem às pressões de grupos de qualquer natureza, que pretendam, por acaso,

⁷⁵ Entrevista concedida a Allan Pereira por José Luis Marasco Cavalheiro Leite no dia 21/09/2020, na cidade de Pelotas.

⁷⁶ Entrevista concedida a Allan Pereira por José Luis Marasco Cavalheiro Leite no dia 21/09/2020, na cidade de Pelotas.

⁷⁷ Entrevista concedida a Allan Pereira por Nora Antunes de Oliveira no dia 02/11/2020 na cidade de Pelotas.

silenciar nossa voz em favor do pobre e das vítimas de perseguição [...] na urgência da restauração da ordem social, em bases cristãs e democráticas (GONÇALVES, 2014, p. 53)

Renato Torres Anacleto Rosa (2014) ressalta que, à luz dos diversos discursos que a Igreja Católica apresentou durante a década de 1960, ações de representantes da instituição permitem refletir e repensar sobre interpretações binárias em relação à igreja e ao Estado após o golpe. Mesmo as críticas de Dom Hélder Câmara, que se opunha às ações dos militares, vão se constituindo no decorrer da ditadura civil-militar, na década de 1960.

Não houve unanimidade dentro da Igreja no pós-Golpe, sendo o clero dividido entre tendências mais conservadoras lideradas por Dom Agnelo Rossi, Arcebispo de São Paulo, apoiando a intervenção das Forças Armadas, e de outro lado a figura de Dom Helder Câmara, que, de início, se manteve em posição de neutralidade, não dando apoio, nem se comprometendo com vencedores e vencidos (ROSA, 2014, p. 129)

Irmã Leopoldina, identificada como progressista na entrevista, poderia ter medo por estar em dúvida sobre como agir diante de tal situação, visto que a instituição à qual ela pertencia não teria assumido uma posição unânime naquele momento. Pensando na segurança das freiras do colégio e das alunas, provavelmente pensou que o mais seguro naquele instante era interromper as atividades estudantis e evitar possíveis consequências.

Em seguida, Oliveira narra a situação familiar em sua casa, no primeiro dia após o golpe, em que seus pais

Tinham diferenças de pensamento, minha mãe mais liberal e meu pai socialista, mas sempre entenderam e sempre discutiram política, embora fossem muito amigos. Em 1964, minha mãe começou a perceber que meu pai tinha mais razão (OLIVEIRA, 2020)⁷⁸.

Conforme a colaboradora, o ambiente familiar em casa com seus pais e seu irmão mais novo era de discussões diárias sobre política. A diferença de ideias entre seus pais contribuiu para que ela e seu irmão despertassem o interesse sobre o tema ainda jovens. A memória de Oliveira é importante para perceber as nuances acerca

⁷⁸ Entrevista concedida a Allan Pereira por Nora Antunes de Oliveira no dia 02/11/2020, na cidade de Pelotas.

das posturas políticas na época e como elas são capazes de sofrer alterações a partir do contexto. O espaço familiar era uma forma segura de discutir política após o golpe. Mas Oliveira afirma que percebia o medo de seus pais com relação aos riscos:

Minha mãe tinha muito mais medo que meu pai. Meu pai era mais aberto, mas os dois tinham medo. Os dois sabiam que as coisas podiam acontecer e naquele momento em que as próprias freiras cortaram essa possibilidade da JEC continuar atuando no colégio, eu passei a discutir política em casa (OLIVEIRA, 2020)⁷⁹.

A colaboradora cita que no Colégio São José o ambiente era de poucas discussões e reflexões críticas propostas por professoras nas salas de aula. Considera que o ambiente familiar naquele momento foi fundamental na sua formação política:

Se eu tiver que fazer um parâmetro eu te asseguro que foi através da minha família, foi onde aprendi política, foi aonde eu entendi que eu tinha de ser e continuar sendo de esquerda (OLIVEIRA, 2020)⁸⁰.

Frederico Dias da Cruz, estudante secundarista do período diurno do Colégio Municipal Pelotense, lembra que após o 31 de março de 1964 o ambiente escolar entre seus colegas era de poucas ou inexistentes menções ao golpe. Até o mês de dezembro daquele ano, quando se formou no colégio, o colaborador não possui memórias sobre reuniões, discussões, atividades ou menções sobre o ocorrido:

Não era falado esse assunto. Eu me lembro que estava na quarta série ginásial e no fim do ano era nossa formatura. Eu me lembro quem foi nosso orador e nosso paraninfo. Que eu me lembro, ninguém se referiu a nada, a revolução foi em abril, nós estávamos em dezembro para a formatura e ninguém falou nada. Lógico que nós entre amigos ou em casa falávamos sobre, mas apenas de maneira fechada (CRUZ, 2020)⁸¹.

Assim como Oliveira, Cruz lembra que o assunto referente ao golpe era mencionado apenas em círculos de confiança, entre estudantes fora do ambiente

⁷⁹ Entrevista concedida a Allan Pereira por Nora Antunes de Oliveira no dia 02/11/2020, na cidade de Pelotas.

⁸⁰ Entrevista concedida a Allan Pereira por Nora Antunes de Oliveira no dia 02/11/2020, na cidade de Pelotas.

⁸¹ Entrevista concedida a Allan Pereira por Frederico Dias da Cruz no dia 09/11/2020, na cidade de Pelotas.

escolar e no espaço familiar. Ambas as narrativas evidenciam que existia o medo de se comprometer ao criticar o contexto político naquele momento. Ao falar do seu momento de formatura, Cruz cita, ao lembrar seu orador e paraninfo, discursos que não comprometessem o evento, não criticando o ato antidemocrático naquele ano.

Para Cruz o silêncio sobre o assunto em espaços públicos foi a estratégia de resistência adotada contra a repressão, onde o diálogo sobre o golpe era feito apenas entre círculos de confiança. O silêncio no Pelotense sobre o golpe em 1964, que Cruz lembra ter durado até o final daquele mesmo ano, representa um duro golpe sofrido pelo colégio, principalmente por atacar os principais objetivos da instituição em relação à formação de seus estudantes, de modo que fossem preparados “futuros cidadãos aptos a viverem em uma democracia, da qual deveriam ser bons auxiliares” (AMARAL, 2003, p. 176). Cruz diz não lembrar da realização das tradicionais Passeatas dos Gatos Pelados em 1964, após o golpe:

Em 1961, o a gente passou para o colégio na Rua Marcilio Dias, eu já estava na primeira série ginasial, depois houve passeatas por mais dois ou três anos. Depois, quando veio o golpe, em 1964, logo foi censurada (CRUZ, 2020)⁸².

Segundo trabalho de Giane Lange do Amaral (2003), a história das Passeatas do Gato Pelado é marcada por tentativas de censura por parte da sociedade pelotense e resistência dos estudantes em realizar o movimento na cidade. Porém, o golpe de 1964 foi crucial para legitimar a censura e proibir o evento.

Os colaboradores que participavam das Passeatas do Gato Pelado enquanto estudantes do Pelotense, ou, no caso de Oliveira, como público que “corria para ver a passeata” (OLIVEIRA, 2020)⁸³, ao lembrar do movimento no pré-golpe expressam felicidade, utilizam gestos que remetem às danças, gesticulam sobre os cartazes, expressam o riso após uma piada. Após o golpe, existe a incerteza. Leite não sabe dizer ao certo se os alunos desfilaram após o golpe: “Não sei te dizer, mas não me lembro se houve passeata naquele ano, acredito que não” (LEITE, 2020)⁸⁴.

⁸² Entrevista concedida a Allan Pereira por Frederico Dias da Cruz no dia 09/11/2020, na cidade de Pelotas.

⁸³ Entrevista concedida a Allan Pereira por Nora Antunes de Oliveira no dia 02/11/2020, na cidade de Pelotas.

⁸⁴ Entrevista concedida a Allan Pereira por José Luis Marasco Cavalheiro Leite no dia 21/09/2020, na cidade de Pelotas.

Ao se expressar sobre o movimento, que afirma ter sido censurado em 1964, Cruz apenas fala, não existem expressões em gestos ou demonstração de sentimentos. De maneira objetiva, afirma “Depois, quando veio o golpe, 1964, logo foi censurada”.

As Passeatas dos Gatos Pelados marcaram as memórias dos colaboradores. As narrativas são construídas com sentimentos de alegria e felicidade, demonstrando como se sentiam em 1964 ou nos anos anteriores, ao participar dos desfiles nas ruas de Pelotas. A censura ao movimento foi um duro golpe à liberdade desses estudantes que exerciam este direito com felicidade.

Apesar de o golpe proibir passeatas, atingindo diretamente o evento organizado por alunos do Pelotense, Oliveira lembra que os alunos tentaram organizar manifestações nas ruas da cidade no ano de 1964:

Nós chegamos no São José e os alunos dos diretórios já estavam na frente do colégio dizendo que deveríamos partir para organizar um movimento, fazer uma passeata. O que as freiras do São José fizeram? Mandaram a gente para a casa, não ia ter aula. Elas terminaram com o movimento decretando feriadão. Mas eu me lembro que os alunos do Pelotense estavam lá nos convidando para marchar (OLIVEIRA, 2020)⁸⁵.

Para Oliveira, as passeatas eram importantes para os jovens da época, porque, além de uma questão de manifestação política, protagonizada por estudantes, existia também a intenção de socializar com outros estudantes, criar novos laços de amizades, relacionamentos.

Eu me lembro que a gente corria todos os anos para ver os Gatos Pelados. Não te esquece que a gente queria ver os guris. Tinha esse lado também, o lado romântico. Não era tudo política (OLIVEIRA, 2020)⁸⁶.

Conforme Oliveira, as proibições de passeatas estudantis após o golpe impediam os estudantes de fazer política entre seus coletivos, mas também de ter a

⁸⁵ Entrevista concedida a Allan Pereira por Nora Antunes de Oliveira no dia 02/11/2020, na cidade de Pelotas.

⁸⁶ Entrevista concedida a Allan Pereira por Nora Antunes de Oliveira no dia 02/11/2020, na cidade de Pelotas.

vida social a que tinham direito em uma democracia, seja por fazer novas amizades, construir grupos a partir de interesses em comum, relacionamentos.

Enquanto Oliveira fala em tom de voz mais baixo sobre cancelamento das aulas e proibição de encontros com outros estudantes, ao fazer abordagem sobre as passeatas, a colaboradora demonstra em sua fala sentimento de alegria e expressa risadas ao falar que “a gente queria ver os guris”. Assim, Oliveira evidencia a maneira pela qual ela se vê e quer ser vista, como uma estudante que exercia suas liberdades em uma época em que a Igreja Católica e o conservadorismo baseado no machismo e patriarcado limitavam as meninas a viver a liberdade de que os meninos desfrutavam. Portanto, ao lembrar o pesquisador sobre este “lado” da juventude, Oliveira quer ser vista no presente como uma mulher que resistiu a tais limitações e, por isto, constrói esta narrativa com expressão de felicidade.

Para a colaboradora, o golpe impactou duramente sua experiência enquanto estudante que, antes de 1964, era marcada pela liberdade expressada com alegria. Após o golpe, é visível a tristeza da colaboradora ao falar sobre o fato e o ano de 1964.

Conforme as narrativas, os estudantes necessitavam reorganizar os movimentos, principalmente após os impactos da proibição dos encontros e manifestações. Alceu Salamoni lembra as principais diferenças do movimento estudantil entre o pré-golpe e após 31 de março de 1964.

Antes de 1964, estávamos com um movimento estudantil, com espaço aberto, com espaço livre para você se reunir, para se organizar, debater, para fazer encontros municipais, estaduais, nacionais. O movimento estudantil tinha liberdade. Você poderia brigar pelas pautas. Na repressão não tinha. A militância estudantil, junto às outras militâncias na área política, seja de sindicatos, partidos, foram sendo removidas (SALAMONI, 2020)⁸⁷.

Apesar de Salamoni narrar a partir de suas memórias enquanto universitário em Porto Alegre, as narrativas dos estudantes de Pelotas evidenciam a forte “poda” dos movimentos militantes na cidade. Se, por um lado, o movimento estudantil era livre para atuar e se organizar, o golpe seguido da remoção dos direitos democráticos rompeu com a construção da militância protagonizada pela juventude. Ao expressar esta ruptura, o colaborador busca descrever ao pesquisador as dificuldades de ser atuante enquanto estudante militante nos primeiros momentos da ditadura civil-militar.

⁸⁷ Entrevista concedida a Allan Pereira por Alceu Salamoni no dia 09/11/2020, na cidade de Pelotas.

Ao construir narrativas a partir de suas memórias sobre o golpe civil-militar em 1964, os colaboradores apresentam lembranças compartilhadas com outros sujeitos, seja entre amigos e familiares; escola ou universidade; em Pelotas e/ou Porto Alegre. O golpe é marcado pela ruptura com a liberdade democrática e as narrativas dos estudantes da época evidenciam que para continuar na militância seriam necessários processos de reestruturação e reorganização.

A partir das narrativas, percebe-se que setores do movimento estudantil pretendiam organizar na cidade movimentos para lutar contra o golpe-civil militar. Ainda no mês de abril de 1964. Lucas cita que, ao reunir trabalhadores, estudantes e políticos na Casa do Trabalhador, pretendia-se construir movimento de resistência em Pelotas.

Utilizando as fontes da imprensa da época, é possível identificar que houve atos de resistência na cidade. No dia 1º de maio, Dia do Trabalhador, o *Diário Popular* publicou a prisão de 19 pessoas consideradas “subversivas”. Entre elas, quatro estudantes universitários, sobre os demais não foram encontrados registros sobre quem eram ou atividades que exerciam que motivaram a prisão:

A reportagem do DP divulga em primeira mão a lista oficial dos elementos que se encontram detidos para averiguações, acusados de atividades subversivas e ligações com movimento comunista por parte das autoridades. [...] Ontem à tarde foram detidos mais quatro elementos, todos eles estudantes universitários, trata-se dos acadêmicos, Saad Salin, do Direito; Irio Schwantes, Andrezi Pereira Filho e Enio Freitas Unser, os três últimos cursando a Faculdade de Odontologia⁸⁸.

Lucas conta que, com a Lei Suplicy de Lacerda, logo após o golpe, e com os Decretos-Leis 477 e 228, vieram as primeiras punições a estudantes de oposição, como suspensões e cancelamentos de matrículas. Além disso, o governo militar censurou a publicação do jornal da UPES em Pelotas, que circulava entre os estudantes secundaristas:

Depois eles colocaram um militar lá dentro da UPES. Chegou um tenente que disse que esse tipo de coisa não se podia fazer. Então, me lembro que um dos nossos colegas, Marco Antonio Roda, esse tenente cobrou dele, que ele

⁸⁸ *Diário Popular*, 01/05/1964, p. 4.

provasse que não era comunista. Como ele ia provar que não era comunista? (LUCAS, 2021)⁸⁹.

Após o golpe, entre anos de 1964 e 1966, os colaboradores entrevistados para a pesquisa se encontravam em um importante processo de transição. Cruz, Oliveira, Leite e Lucas se formaram e iniciaram seus estudos em faculdades de Pelotas. Todos os citados fizeram o curso de Direito, localizada na Rua Félix Xavier da Cunha, em frente ao Colégio São José, onde Oliveira foi secundarista.

Leite ingressou na Universidade Católica para estudar Filosofia em 1965 e iniciou o curso de Direito na URGs no ano seguinte. Lucas, veterano de Leite, ingressou na Faculdade de Direito em 1965. Oliveira e Cruz ingressaram no curso de Direito em 1968, ano do AI-5.

Entre estudantes, o processo de transição do ensino secundarista para o universitário é significativo em relação a mudanças e práticas para além do âmbito educacional. A jornada na universidade representa um momento de vida marcado pela liberdade assumida por conta da maioridade. É um momento de maiores responsabilidades geradas pela autonomia de cada indivíduo. O espaço universitário também é significativo para a ampliação do conhecimento, não apenas em relação ao conteúdo dos cursos, mas de experiências trocadas entre diversas individualidades. Segundo Pinho *et al.* (2015), a socialização na universidade é fundamental para a adaptação a este processo transitório, visto que:

A socialização com outros estudantes mostra-se como fundamental, não apenas pelo caráter emocional, mas também como maneira de estabelecer a troca destas informações e para que o sujeito sinta-se parte de um grupo no qual possa haver identificação (PINHO *et al.*, 2015, p. 35).

O contato com pessoas de outras localidades e culturas é maior, acrescentando valores às experiências dos jovens universitários. Pinho *et al.* (2015) analisa este processo:

Gerir melhor suas emoções, criar laços interpessoais mais maduros, além de estabelecer e delimitar sua identidade são ações que fazem parte do processo de adaptação e transição para a vida acadêmica e são base para outras etapas do ciclo de vida do indivíduo (PINHO *et al.*, 2015, p. 34).

⁸⁹ Entrevista concedida a Allan Pereira e Alessandra Gasparotto por Luis Carlos Lucas no dia 13/08/2021, na cidade de Pelotas.

Universidade é o espaço que proporciona aos estudantes a relação direta com a política, justamente pela independência e liberdade que possibilitasse aos estudantes maiores trocas, construção de grupos e movimentos ativos.

Este fator não é excludente sobre a participação e o interesse político dos jovens secundaristas, mas a independência na universidade oportuniza maiores problematizações, vivências e experiências que geram ações, principalmente pela autonomia e a quebra de determinadas obrigações por estar sob responsabilidade de seus familiares, o que também não exclui o contato, acompanhamento e o interesse entre família e estudante sobre sua trajetória acadêmica.

Sobre o processo de transição do ensino secundarista para o universitário, Pinho *et al.* (2015) destaca que neste processo de transição é fundamental a adaptação ao novo modo de aprender experienciado pelos estudantes, constituído por três variáveis: pessoal, acadêmica e contextual, que devem ser pensadas em conjunto. Os autores exemplificam:

Um sujeito pode ter uma boa adaptação à estrutura física da instituição, mas caso não consiga integrar-se socialmente o mesmo tem a sua adaptação afetada e, por conseguinte, a sua integração com o todo (PINHO *et al.*, 2015, p. 34).

Apesar das dificuldades, a resposta dos estudantes é vista de maneira positiva. Ao deparar-se com os problemas e responsabilidades, o estudante universitário, ao superá-los, considera estas experiências como fundamentais para o crescimento e amadurecimento pessoal, marcando de forma subjetiva a transição de etapas característica do desenvolvimento humano (PAPALIA; OLDS, 2000).

Sobretudo, a autonomia estudantil se relaciona com experiências coletivas. Problemas que antes eram solucionados com a participação familiar, como alimentação, moradia e estudos, na universidade serão objeto de construção coletiva entre colegas, que assim rompem essas barreiras em grupos. Nesses processos, florescem as redes de comunicação entre universitários, até mesmo de outros cursos e/ou faculdades.

A resistência de estudantes que atuaram em oposição à ditadura civil-militar instaurada após o golpe pode ser entendida a partir do processo de transição do ensino secundarista nas escolas para o universitário, na academia, em que a liberdade e a autonomia de fazer a política no meio social foi afetada com as

imposições dos atos de controle e censura do governo militar. Mesmo diante de tais limitações, os estudantes seguiram suas carreiras universitárias, marcadas por problemas internos nas universidades, principalmente o corpo docente, em que professores foram cassados e demitidos de seus cargos por manifestações políticas e experiências em movimentos criminalizados na ditadura. Havia, ainda, professores de direita, que denunciavam qualquer movimentação.

Um dos aspectos analisados na presente pesquisa sobre os processos de adaptação à universidade durante a ditadura civil-militar era a relação dos estudantes com os professores. Faz parte da experiência do estudante se identificar ou não com os professores. Segundo Pinho *et al.* (2015), a demonstração de competência, uma boa didática e o suporte por parte dos professores podem interferir no sentimento que o estudante possa desenvolver pelo curso e pelas atividades. As narrativas dos colaboradores contribuem para a presente reflexão sobre o papel dos professores na adaptação dos estudantes ao ensino superior.

Lucas cita que um dos seus professores no curso de Filosofia, da Universidade Católica de Pelotas, foi afastado do cargo por não se identificar com os demais docentes:

Na metade do segundo ano eu saí. O curso era muito quadrado, a gente só tinha um professor que valia a pena, era um italiano. Me lembro de um curso de extensão sobre Freud, que foi muito bom. Na metade do segundo ano ele brigou, entrou em atrito e saiu [...] Então não tinha porque continuar. E foi uma coisa muito estranha, a saída dele foi uma coisa deplorável de parte dos envolvidos. Havia uma briga que tinha origem já no Colégio Pelotense, que os professores da Católica também ministravam aulas lá. Alguns professores de esquerda do Pelotense, como Luis Carlos Correa da Silva, mas não foi atingido pela direita na época e o Schlee. Eles entraram em atrito com um grupo conservador ligado à Igreja e a Universidade Católica, parece que foram denunciados ao Quartel como comunistas. O Schlee entrou com processo contra os denunciantes. Uma das denúncias foi feita em papel timbrado aqui em Pelotas em italiano, por esse processo do curso de Filosofia. Quando Schlee entrou com processo, esse professor retirou a denúncia. Quando o consulado italiano fica sabendo da retirada da denúncia, eles ficam horrorizados. E por isso ele saiu, uma coisa lastimável, em todos os aspectos e todos os envolvidos. A partir disto, eu deixei a Filosofia da Universidade Católica e continuei só no Direito na Faculdade da UFRGS (LUCAS, 2021)⁹⁰.

⁹⁰ Entrevista concedida a Allan Pereira e Alessandra Gasparotto por Luis Carlos Lucas no dia 13/08/2021, na cidade de Pelotas.

Ao caracterizar o evento como “lastimável, em todos os aspectos”, Lucas lamenta as consequências do processo, tanto no sentido das denúncias a professores de esquerda, quanto ao afastamento do professor que removeu a reclamação. Lucas descreve que a denúncia “foi feita em papel timbrado”, o que indica que naquele momento ele poderia ter acessado o documento escrito em italiano por intermédio dos professores, ou que, com o passar dos anos, os professores denunciados poderiam ter compartilhado a história com ele. Lucas não sabe dizer ao certo o que aconteceu com o professor do curso de Filosofia, após ser afastado.

A ditadura civil-militar promoveu expurgos como tentativa de censurar os professores que resistiam e propunham discussões que questionavam as ações do Estado naquele período. O afastamento de docentes, discentes e servidores técnicos foi comum naquele período.

Segundo Letícia Wickert Fernandes (2021), diversos docentes tiveram suas fichas marcadas nos órgãos de informações por posicionamentos contrários aos processos de inquisição promovidos pela Comissão Especial de Investigação Sumaria (CEIS) da UFRGS de 1964. Para a autora, a importância dos trabalhos de História sobre os processos de expurgos nas universidades são fundamentais para a reconstituição e compreensão dessa face repressiva da ditadura, como também reacendem o debate sobre a extensão das ações coercitivas institucionais que vigoraram durante a ditadura e impactaram a Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Jaime Mansan (2009) pesquisou os processos de expurgos de docentes das UFRGS. Para o autor:

A CEIS foi instituída oficialmente por meio de uma portaria assinada pelo então reitor José Carlos Fonseca Milano em maio de 1964, sendo composta por representantes das diversas faculdades, a fim de instaurar inquéritos cujos relatórios deveriam ser remetidos diretamente ao MEC, a fim de promover ideologicamente uma “Operação Limpeza”, amparada pelo AI-1 (MANSAN, 2009, p. 85).

Na Faculdade de Direito de Pelotas, que pertencia a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, houve processos de monitoramento e expurgos ao corpo docente. Em documento do SNI, enviado para a Agência de Porto Alegre no dia 9 de outubro de 1965, consta em relatório a situação de professores da Faculdade de Direito,

indicados como assistentes, que estavam sendo monitorados pelo SNI por seu histórico fichado nos IPMs⁹¹.

Aldyr Garcia Schlee, por exemplo, foi fichado no 9º RI após ser preso pela atividade realizada junto a alunos do Colégio Municipal Pelotense. Após inquérito, foi solicitado seu afastamento da cadeira de Português do colégio. Na Faculdade de Direito, permanecia como professor de Direito Público Internacional, por indicação da professora Gilda Maciel Correia Meyer Russomano. Porém, estava sendo monitorado, tendo sido identificada sua participação em um Congresso das Relações Exteriores na cidade do Rio de Janeiro.

O professor Carlos Alberto Gomes Chiarelli, indicado para assistente da cadeira de Direito do Trabalho, cujo catedrático era Mozart Vitor Russomano, é identificado no documento como “elemento de tendências comunistas”. O professor José Francisco Oliosi da Silveira, designado para assistente da cadeira de Direito Civil, foi identificado no documento como envolvido ao propagar o “Pacto de Ação Política”, considerado pelo SNI como organização “filocomunista”. Foi indiciado em IPM por ligações com o movimento dos Agricultores Sem Terra na cidade de Canguçu.

Luis Carlos Lucas lembra que, ao ingressar na faculdade, no ano de 1965, teve contato com cassações de professores, citando dois nomes: “A gente, no início de 1965, foi quando teve cassações. Pelo que me lembro, não houve mais. Foram cassados, expulsos: Aldo Lima Antunes e Darlan Munia”. (LUCAS, 2021)⁹²

Em pesquisa no site do Arquivo Nacional, não foram encontrados registros sobre os processos de expurgos aos referidos professores citados por Lucas em entrevista. Os processos que pretendiam afastar, demitir e promover aposentadorias compulsórias da Universidade Federal do Rio Grande do Sul a partir do Ato Institucional n. 1, em 1964, foram encaminhados ao MEC via CEIS/UFRGS.

De acordo com Letícia Wicker Fernandes (2021), a CEIS/UFRGS, ao promover a “Operação Limpeza” a partir do AI-1, indicou quinze professores para afastamento da universidades em processos encaminhados ao MEC. Em documento do dia 4 de agosto de 1964 enviado Flávio Suplicy de Lacerda, que ocupava o cargo de Ministro da Educação, a CEIS/UFRGS propôs afastar do exercício de magistério universitário

⁹¹ Fonte: Arquivo Nacional. **BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_85011303**. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 4 mar. 2022.

⁹² Entrevista concedida a Allan Pereira e Alessandra Gasparotto por Luis Carlos Lucas no dia 13/08/2021, na cidade de Pelotas.

os professores da Faculdade de Direito de Pelotas Ápio Cláudio Lima Antunes e Hugolino de Andrade Uflacker.

Ápio Cláudio Lima Antunes, com 13 anos e seis meses de serviços prestados na Faculdade de Direito, como professor da cadeira de Direito Internacional, foi indiciado a partir de informações colhidas junto a estudantes, professores e funcionários, concluindo que:

Comunista convicto, militante e de notória projeção em Pelotas. Ex-professor da Escola Técnica, da qual foi afastado por processo que provou sua ação doutrinadora no meio dos estudantes, onde tentou introduzir sua ideologia “vermelha” aos alunos de sua classe. Agita os meios estudantis contra professores. Confabula com Luis Carlos Prestes toda que vez que este líder visita Pelotas. Está sempre em convívio com os comunistas mais atuantes da cidade. Assinou manifesto comunista que foi publicado na imprensa local. Consta que apoiou os alunos que tentaram inaugurar o retrato de Fidel Castro na Faculdade de Direito. Logo que o movimento revolucionário foi dado vitorioso, asilou-se no Uruguai, por quase três meses. Nesse período, visitou o Sr. João Goulart. É publica e notória a sua posição contrária ao regime democrático – declara-se socialista marxista⁹³.

Analisando o documento produzido pela CEIS/UFRGS, destaca-se que o professor Ápio já havia sofrido processo de afastamento da Escola Técnica. A suposta ação doutrinadora indicada no documento mostra o caráter da ditadura, que proibia o diálogo dos professores com os estudantes sobre ideologias de esquerda, denominadas como “vermelha”. Ainda sobre o processo de Ápio, o documento mostra que o professor possuía divergências com seus colegas de profissão e possuía contato direto com Luis Carlos Prestes em Pelotas e João Goulart no Uruguai, local em que o professor ficou três meses exilado.

O professor, mesmo afastado após dialogar sobre ideologias de esquerda na Escola Técnica, seguiu atuante e apoiou os estudantes que pretendiam inaugurar o retrato de Fidel Castro na Faculdade de Direito. Por fim, o professor, apesar das perseguições sofridas por seu posicionamento político, manteve-se contrário à ditadura, exaltada pela CEIS como regime democrático de maneira contraditória, visto que em regime democrático o professor tem direito à liberdade de suas manifestações políticas e não seria afastado de suas atividades como indiciado pela CEIS.

⁹³ Fonte: Arquivo Nacional. **BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.83006986**. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 5 mar. 2022.

Hugolino Uflacker, professor catedrático da Faculdade de Direito de Pelotas com cinco anos de serviços prestados, sofreu processo de afastamento proposto pela CEIS, que concluiu:

Há fatos sobre sua ação doutrinadora. Em julho de 1961 viajou para Montevidéu, com a finalidade principal de convidar Che Guevara para ir a Pelotas. Influuiu que conferencistas do comunismo visitassem Pelotas e fizessem conferências no Grêmio da Faculdade de Direito; os convidados foram: Josué Castro, Desembargados Oni Duarte Pereira, Padre Alípio de Freitas, Rolando Combisier e um Sr. Bruza (de São Paulo). Frequentava normalmente as rodas dos comunistas. Ao que consta, tinha ligações com Leonel Brizola para aliciar comunistas intelectuais. Manifestou-se contrário a que o Sr. João Goulart assumisse o governo na forma Parlamentarista, achava que deveria correr sangue naquela ocasião (legalidade), em sintonia com a orientação geral dos comunistas. Deve ser afastado do magistério universitário, na forma prevista pelo parágrafo 1º do artigo 7º do Ato Institucional⁹⁴.

Em caráter antidemocrático, a justificativa da CEIS para o afastamento do professor Hugolino Uflacker é baseada em seu histórico militante durante a Campanha pela Legalidade em 1961, quando foi contrário ao Parlamentarismo. E ainda em 1961, quando o golpe não havia instaurado a ditadura, sob democracia, o professor já havia sido monitorado em viagem que realizou a Montevidéu, em que segundo a CEIS, o objetivo era convidar Che Guevara a visitar Pelotas. O documento apresenta também a proximidade do professor junto ao movimento estudantil, quando organizou eventos junto a militantes com os estudantes do Grêmio da Faculdade de Direito.

Ambos os professores afastados foram autuados na forma prevista pelo parágrafo 1º do artigo 7º do Ato Institucional de 9 de abril de 1964⁹⁵. No dia 27 de agosto de 1964, a CEIS convocou os presidentes das subcomissões para reunião. Nesta, ficou marcada para o dia seguinte, às 9h30min a sessão que julgaria

⁹⁴ Fonte: Arquivo Nacional. **BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.83006986**. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 5 mar. 2022.

⁹⁵ Art. 7º - Ficam suspensas, por seis (6) meses, as garantias constitucionais ou legais de vitaliciedade e estabilidade. § 1º - Mediante investigação sumária, no prazo fixado neste artigo, os titulares dessas garantias poderão ser demitidos ou dispensados, ou ainda, com vencimentos e as vantagens proporcionais ao tempo de serviço, postos em disponibilidade, aposentados, transferidos para a reserva ou reformados, mediante atos do Comando Supremo da Revolução até a posse do Presidente da República e, depois da sua posse, por decreto presidencial ou, em se tratando de servidores estaduais, por decreto do governo do Estado, desde que tenham tentado contra a segurança do País, o regime democrático e a probidade da administração pública, sem prejuízo das sanções penais a que estejam sujeitos. Fonte: Ato Institucional n. 1, de 9 de abril de 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-01-64.htm. Acesso em: 5 mar. 2022.

professores, estudantes e servidores públicos. Foram debatidos e votados nos dias 28 e 29 de agosto os casos indiciados nas investigações e encaminhados ao ministro Suplicy de Lacerda.

Sobre os casos dos professores Ápio Cláudio Lima Antunes e Hugolino Uflacker, a CEIS por unanimidade de votos encaminhou ao MEC a aposentadoria dos professores com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço, ou seja, estaria aposentado o professor Ápio com 13 anos e seis meses de serviço e Hugolino com cinco anos, ambos por ligações com movimentos de oposição a ditadura-civil militar.

Segundo Jaime Mansan (2014), a arbitrariedade com que a CEIS/UFRGS desenvolveu seus trabalhos foi ancorada em critérios político-ideológicos, que se basearam em informações oriundas do aparato repressivo. Para Letícia Wickert Fernandes (2021), os processos da CEIS/UFRGS encaminhados ao MEC não foram totalmente efetivados em relação aos expurgos, afastamentos e aposentadorias compulsórias. Porém, a partir do documento do SNI sobre as eleições para diretoria da Faculdade de Direito, Hugolino Uflacker é citado como “expurgado”.

Em 1965, sob ameaça dos processos da CEIS/UFRGS, a Faculdade de Direito de Pelotas realizou eleições para o cargo da diretoria. Os colaboradores entrevistados para esta pesquisa não possuem memórias referentes ao processo. Segundo documento do Serviço Nacional de Informações, as eleições para diretor da Faculdade de Direito de Pelotas eram monitoradas pela ditadura civil-militar. O documento produzido no dia 3 de junho de 1965 contém informações sobre os candidatos ao pleito como: títulos, posição política e crítica. A “Lista Tríplice” com os nomes dos eleitos foi encaminhada ao MEC no dia 18 de junho.

Delfim M. Silveira (1º escrutínio com 18 votos)

Títulos: Professor catedrático de C. de Finanças. Ex-professor titular e atual assistente de Filosofia do Direito. Advogado Militante há longos anos. Alguns artigos publicados na revista da própria Faculdade de Direito.

Posição Política: A princípio, foi da “ala moça” da UDN. Depois foi candidato a deputado estadual do PL. Mais tarde, teve contatos com o PSP e com o PTB. Atualmente faz parte do MTR.

Crítica: Teve estreitas vinculações pessoais com o professor Hugolino Uflacker (expurgado), de quem foi defensor. Participou da comissão de expurgos da UFRGS e dela se afastou (ou foi afastado), segundo se diz, por não poder defender o seu amigo. Não é, nem nunca foi esquerdista, mas, apesar disso, mantém relações pessoais com pessoas de esquerda e as tem favorecido, na vida universitária. Se

nomeado Diretor, pelo apoio solicitado na campanha para eleição da lista tríplice⁹⁶.

Delfim Mendes Silveira, com seu histórico em participações de partidos mais conservadores como UDN e PL e descrito no documento como “não é, nem nunca foi esquerdista”, foi contrário ao expurgo sofrido pelo colega e amigo Hugolino Uflacker. Delfim Silveira se postou contrário enquanto membro da comissão. Para Marília Silveira (2010, p. 5), a atuação de professores na CEIS/UFRGS é uma das formas de contribuição de civis junto aos serviços de repressão da ditadura civil-militar:

Ao longo dos anos, nas faculdades, professores, funcionários e estudantes foram perseguidos, acusados de “subversivos”. Pelotas teve a triste atuação de civis na colaboração para com a repressão, tendo três professores, a Sr^a. Rosah Russomano de Mendonça Lima e os srs. Gastão Coelho Pureza Duarte e Delfim Mendes da Silveira, das Faculdades de Direito e Odontologia de Pelotas, na época ligadas a URGs (atual UFRGS, à qual as Faculdades de Odontologia e Direito de Pelotas, hoje ligadas à UFPel, faziam parte), participando de comissões, julgando e expurgando seus pares, alunos e funcionários, das faculdades de Porto Alegre e Pelotas, junto à professores da URGs de Porto Alegre e um representante militar (SILVEIRA, 2015, p. 5).

Como professor, Delfim contribuiu para CEIS indiciar estudantes e professores. No caso da defesa e protesto contra a cassação de Hugolino Uflacker, Delfim Silveira protestou contra a ação da comissão por vínculo de amizade que havia entre ele e o professor caçado. Em relação ao processo de Ápio Cláudio Lima Antunes, outro professor cassado, não há registros de manifestações de Delfim em sua defesa. O próprio documento da CEIS/UFRGS enviado ao MEC mostra que os professores agiram em oposição à comissão. Parte do corpo docente é visto pela CEIS/UFRGS como desinteressado a contribuir com os processos que indiciavam professores e alunos e muitos se recusavam a se comprometer com o exercício imposto pela repressão. Em relatório, a Comissão de Investigação Sumária expõe as barreiras impostas por professores e estudantes:

Os diretores das Faculdades e Escolas, sendo os mesmos do governo deposto, habilmente se esquivam de colaborar. Os relatórios sigilosos que apresentaram, a nosso pedido, bem caracterizam essa posição.

⁹⁶ Fonte: Arquivo Nacional. **BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_GGG_85011307**. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 5 mar. 2022.

Os presidentes dos Centros Acadêmicos, elementos de esquerda na sua quase totalidade, não foram substituídos e pressionaram os estudantes para não deporem nas subcomissões. Encontramos professores completamente deslocados, omissos e desajeitados a este gênero de trabalho [...]. A irresponsabilidade das comissões numerosas em pouco tempo tomou conta da maioria [...]. A falta de trato em assunto dessa natureza, aliada à pouca disposição de investigar, era flagrante e muito prejudicial ao sigilo das informações. Em pouco tempo os elementos investigados estavam a par de tudo que existia na subcomissão a seu respeito⁹⁷.

Mesmo com a contribuição de Delfim M. Silveira com a CEIS/UFRGS, o professor não era o mais confiável para assumir o cargo de diretor, por se mostrar contrário ao processo movido contra Hugolino Uflacker, seu amigo pessoal.

A segunda candidata mais votada da lista tríplice, foi Gilda Corrêa Mayer Russomano (segundo escrutínio, com 13 votos). Seus títulos eram os que mais agradavam ao SNI: Diretora da Revista da Faculdade de Direito, catedrática de Direito Internacional Público. Possuía carreira internacional de atuação na área do direito na América Latina, Europa e Ásia. Sua posição política era relacionada à sua participação no PSD, de que se desligou 10 anos antes da eleição, atuando apenas como eleitora. Apesar do currículo e da participação no PSD, o SNI trata com cautela a possível posse de Gilda Mayer como diretora, pelo fato de a candidata adotar uma postura rigorosa do cumprimento rigoroso da lei e do regime interno da faculdade, o que poderia gerar problemas em sua administração, tanto com discentes, como com atritos com o corpo docente. Em 1969, quando a Faculdade de Direito de Pelotas foi integrada à Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Gilda Mayer Russomano foi a primeira mulher a ocupar o cargo de diretora da faculdade.

O terceiro candidato foi Antero Leivas (terceiro escrutínio, com 12 votos). Era o diretor da Faculdade de Direito antes das eleições. Com 35 anos de serviços prestados em 1965, estava próximo da aposentadoria. O candidato é considerado pelo SNI como conciliador entre as forças antagônicas na Universidade. Sobretudo, sua efetivação como diretor reeleito ocasionaria novas eleições em 1966, por conta de sua aposentadoria.

Sobre os resultados da votação, o SNI descreve que alunos e professores se organizaram para eleger Delfim Silveira em maioria de votos. Junto a Pio Lima

⁹⁷ Fonte: Arquivo Nacional. **BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.83006986**. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 5 mar. 2022.

Antunes e Emílio Maia Gisshkow, Delfim é identificado como membro de uma área de influência entre professores e estudantes. Aprovada a listra tríplice, Delfim Mendes Silveira seria aprovado para ocupar o cargo de Diretor da Faculdade de Direito em 1965. Conforme entrevista, Leite lembra que quando diretor da Faculdade de Direito, Delfim Silveira adotou uma postura semelhante à de Antero Leivas, seu antecessor, buscando de forma conciliadora o diálogo entre estudantes de posições distintas:

Doutor Delfim Mendes da Silveira, que depois foi reitor da Universidade e era um homem de gestos largos assim, acolhia bem a todos, de conversar. Me lembro muitas vezes, ele tinha uma conversa muito paciente assim, me lembro que quando eu estava indisposto com alguma coisa o procurava ele me serenizava e ele fazia assim uma conversa de pai pra filho, ele era habilidoso, me lembro bem dele (LEITE, 2020)⁹⁸.

Para Leite, a proximidade da relação entre ele e o diretor o confortava. Sorrindo, mostra uma expressão satisfeita, de quem foi acolhido pelo diretor e sentiu segurança naqueles momentos de ditadura nos quais os estudantes conviviam com o medo da repressão, e isso pode justificar a sua afirmação final “me lembro bem dele”.

Como citado anteriormente, comissões como a CEIS não se limitaram a monitorar e punir somente professores e servidores públicos. Os estudantes também foram indiciados nos inquéritos. As punições eram suspensões e cancelamentos das matrículas na UFRGS.

Leticia Wickert Fernandes (2021) identifica que os processos de afastamento efetivados por mecanismos burocráticos da política ditatorial resultam em um maior foco e discussões historiográficas sobre os professores, tornando a temática sobre expulsões discentes como um campo de estudos ainda pouco explorado, especialmente devido à escassez documental de fontes históricas. Portanto, para analisar as expulsões dos estudantes, é importante identificar quem eram os estudantes alvo das CEIS e como, no decorrer da ditadura, os estudantes adotaram posturas de autoproteção contra perseguições dos órgãos de repressão do Estado.

Primeiramente, para analisar a atuação dos estudantes, faz-se necessário identificar as diversas posturas no campo ideológico que compunham a identidade

⁹⁸ Entrevista concedida a Allan Pereira por José Luis Marasco Cavalheiro Leite no dia 21/09/2020, na cidade de Pelotas.

dos graduandos. Majoritariamente, todos os colaboradores da presente pesquisa foram estudantes da Faculdade de Direito pós-1964.

Entre os estudantes identificados como de direita, os colaboradores citam que existiam movimentos, mas eram poucos os que participavam. Conforme as fontes orais, a maioria dos estudantes da direita adotaram o silêncio.

Lucas narra como lembra das diversas posturas adotadas por estudantes na Faculdade de Direito de Pelotas:

Nos primeiros anos do Direito, o cenário era mais de esquerda entre os estudantes, até 1964. No ano seguinte, foi o que eu entrei, nós tínhamos uma chapa de esquerda eu e o Gabriel Cunha, que foi candidato a presidente e eu a vice. Em alguns anos, em 1966, fomos derrotados. No final do último ano, nós tivemos uma chapa de composição. No caso, o presidente era do grupo mais de direita, mas nós de esquerda éramos mais majoritários. Essa esquerda, não era o que se costuma definir como esquerda radical. Eram pessoas contrárias à ditadura, pessoas que tinham uma preocupação cultural. E o outro grupo, não digo que eram direitistas, eram de posição que achavam que estudantes não deveriam se meter em política, então se alinhavam com quem tinha interesse nisso. Não diria que fossem ativistas de direita (LUCAS, 2021)⁹⁹.

Conforme entrevista de Lucas, a repressão contribuiu para moldar um cenário mais favorável ao afastamento da militância de esquerda das questões políticas, principalmente a partir do sentimento de medo, que circulava no ambiente universitário sob a forma de ameaças de exurgos aos discentes.

Sobre a negação a assuntos políticos, José Luís lembra o ambiente da sala de aula do curso de Direito, em que a uma parcela dos estudantes evitava se envolver com ele e seus amigos, que pautavam tais discussões referentes ao contexto da época, principalmente sobre a ditadura:

Da direita, eram apenas pessoas que quem sabe faziam parte daquela maioria silenciosa, aquelas pessoas que não mostram muito a cara. Eu me lembro que nós tínhamos vínculos entre três ou quatro pessoas, que eram meus colegas mais queridos e nós achávamos que a maior parte das pessoas não queria falar sobre política. Foi um tempo de negação à política [...]. Acho que por medo. Também uma maneira de pensar, mas muitos por medo também (LEITE, 2020)¹⁰⁰.

⁹⁹ Entrevista concedida a Allan Pereira e Alessandra Gasparotto por Luis Carlos Lucas, no dia 13/08/2021 na cidade de Pelotas.

¹⁰⁰ Entrevista concedida a Allan Pereira por José Luis Marasco Cavalheiro Leite no dia 21/09/2020, na cidade de Pelotas.

A partir do medo citado por Leite, dois fatores são fundamentais para compreender o silenciamento adotado por parte dos estudantes de Direito na época: 1) participar de manifestações ou assumir publicamente ser de oposição à ditadura e sofrer perseguições e punições dos órgãos repressivos; 2) carreira acadêmica, na qual os graduados poderiam ser indicados ao cargo de professor; logo, o silenciamento sobre o contexto político não gerava consequências aos planejamentos profissionais dos estudantes.

Sobre a repressão sofrida por parte dos estudantes da Faculdade de Direito de Pelotas, o objetivo era conter possíveis manifestações de luta e resistência contra a ditadura civil-militar. Os Atos Institucionais decretados com o fim de desarticular os movimentos estudantis impuseram medo entre universitários, mas não impediram as reuniões e organizações, que passaram a ter caráter secreto em redes de confiança, com o objetivo de impedir infiltrações e vazamentos das pautas que pudesse render consequências que atacassem os estudantes.

Uma das políticas de repressão dos Atos Institucionais foi a de remover a autonomia dos Centros Acadêmicos e Diretórios Centrais estudantis. Mesmo com eleições, a CEIS poderia boicotar a posse do cargo dos diretórios. Quatro estudantes foram indiciados e julgados a não ocupar cargos de direção e de influência em organizações estudantis e ter suas ações vigiadas enquanto frequentaram a Faculdade de Direito em Pelotas: Bernardo Olavo Gomes de Souza, José Artur Tôrres Ronna, José Carlos Teixeira Giórgis e Saad Amim Salim.¹⁰¹

Bernardo Olavo Gomes de Souza foi estudante dos cursos de Filosofia e Direito. Chegou a ser presidente da Federação Acadêmica de Pelotas (FAP), cargo a que renunciou após o golpe de 1964. Enquanto presidente, Bernardo promoveu campanhas estudantis consideradas pela CEIS como suspeitas de violar as leis da ditadura e foi considerado elemento “subversivo” por participar de manifestações na cidade.

José Artur Tôrres Ronna foi considerado suspeito de subversão por ser aluno próximo do professor expurgado Hugolino Uflacker e fez parte do movimento que teve apoio do docente que reivindicava a colocação do retrato de Fidel Castro na

¹⁰¹ Fonte: Arquivo Nacional. **BR DFANBSBV8.MIC, GNC.GGG.83006986**. Disponível em: <http://sian.gov.br>. Acesso em: 5 mar. 2022.

Faculdade de Direito. Por este histórico, foi considerado pela CEIS como agitador comunista.

José Carlos Teixeira Giórgis era estudante da Faculdade de Direito em Pelotas mas residia em Bagé. Segundo informações colhidas pela CEIS, o estudante estava impedido pelas forças militares de sair de Bagé. Estima-se que o estudante havia sido preso e, por consequência, estava afastado das atividades escolares, não comparecendo às aulas. Em documento, a CEIS não o caracteriza como elemento “subversivo” ou comunista. O caso de José Carlos mostra que havia problemas para estudantes que moravam em outras cidades e cursavam o ensino superior em Pelotas e apresenta um importante fato de que a repressão, ao realizar prisões ou impedir o trânsito, prejudicava a frequência escolar dos estudantes, que enfrentavam dificuldades em participar das atividades e aulas no ambiente acadêmico.

Saad Amim Salim chegou a ser detido. A acusação era de que ele havia participado de uma manifestação de pichação em Pelotas e participado de reuniões consideradas clandestinas. Apesar de ter sido eleito presidente do Centro Acadêmico da Faculdade de Direito, a CEIS pretendia mover processo contra o estudante e impedi-lo de tomar posse do cargo. O estudante acusado de participar de reuniões clandestinas problematiza uma importante questão referente à presente pesquisa. Oliveira lembra da sua experiência em participações de reuniões secretas entre estudantes de Pelotas:

Eu me lembro que tinha grupos [...] Essas reuniões eram proibidas. Então a gente fazia uma reunião em um beco [...] sabe a Biblioteca, onde é que é a Biblioteca Pública? Ali tinha um bequinho que agora não sei se é beco, nem me lembro mais, agora acho que tem um prédio na Andrade Neves que fechou. Era um beco que tinha vários prédios e um desses prediozinhos pequenos a gente fazia reuniões. Eu me lembro que a gente tinha que ter senha para entrar. Isso, pra mim, vou ser bem honesta, eu acho que estava muito mais, pelo, como vou te dizer? Pela proibição (OLIVEIRA, 2020)¹⁰².

Oliveira não data com exatidão quando ocorreram tais reuniões secretas. Ela ingressou na Faculdade de Direito de 1968 e menciona participar das reuniões no momento em que constrói as narrativas sobre o processo de adaptação no ensino universitário. Lucas e Salamoni também citam que participaram de reuniões proibidas

¹⁰² Entrevista concedida a Allan Pereira por Nora Antunes de Oliveira no dia 02/11/2020, na cidade de Pelotas.

em momentos próximos ao AI-5 e junto a isso não foram encontrados outros registros de denúncias ou depoimentos que constatarem organizações de reuniões antes de 1968.

Outro elemento importante presente na narrativa de Oliveira é quando ela menciona “Vou ser bem honesta, eu acho que estava muito mais [...] pela proibição”. A colaboradora mostra ao pesquisador que quer ser vista como uma estudante que participou de reuniões secretas durante a ditadura, mas que não exercia uma atividade mais ativa ou radical.

Além das reuniões secretas identificadas pela CEIS/UFRGS, os atos de pichações na cidade foram outra ação de resistência à ditadura protagonizadas por estudantes. Como citado, Salim havia sido detido por realizar pichações na cidade. Para Luciano Spinelli (2007), o ato da pichação é um processo de comunicação urbana como uma manifestação visual subjetiva como um signo que visa integrar a linguagem urbana. A pichação é também uma forma de manifestação que causa danos¹⁰³ em espaços públicos e privados como forma de protesto. Durante a ditadura, a pichação foi meio de pelos estudantes para realizar protestos contra o Estado, sendo a forma encontrada de se comunicar de maneira anônima no espaço urbano. Por isso a tática era realizar pichações em horários da madrugada, onde há pouca circulação de pessoas nas ruas, evitando ser visto e denunciado.

Salim e outros estudantes acabaram sendo detidos por pichar a cidade. No dia 23 de outubro de 1967, foram detidos os acadêmicos Arnaldo Armstrong de Oliveira Junior e Weimar Pereira da Silva, às 3h30min pelo Delegado de Polícia de Pelotas¹⁰⁴. Segundo inquérito, os estudantes foram pegos pichando os prédios do Banco da Lavoura, Casa do Café, Faculdade de Direito e Faculdade de Medicina Leiga, com as seguintes palavras: “Queremos Universidade Federal de Pelotas” e “Abaixo o acordo MEC-USAID”.

Além das pichações, estudantes foram presos em Pelotas por outras participações, em práticas consideradas “subversivas” pela CEIS, que indiciou três estudantes da Faculdade de Odontologia de Pelotas: Ennio Freitag Unfer, André Wenhausen Pereira Filho e Irio Schwantes. Os dados encontrados sobre os estudantes citados são os seguintes:

¹⁰³ Artigo 163 do código penal brasileiro lê-se: “Dano – Art. 163 – Destruir, inutilizar ou deteriorar coisa alheia. Pena – Detenção, de 1 (um) a 6 (seis) meses, ou multa” (SPINELLI, 2007).

¹⁰⁴ Fonte: Arquivo Nacional. **BRDFANBSBV8.MICGNC.GGG.85011125**. Disponível em: <http://sian.gov.br>. Acesso em: 5 mar. 2022.

Ennio Freitag Unfer, ex-presidente da FAP, foi considerado subversivo por participar da organização de ato contra o golpe civil-militar de 1964 e por compor reuniões clandestinas.

André Wenhausen Pereira Filho foi indiciado por ter sido detido para inquérito em Pelotas, porém, os motivos não constam em relatório.

Irio Schwantes foi preso para averiguações sobre participações em movimentos de esquerda e por ligações com líderes extremistas, os quais o inquérito não nomeia.

Os estudantes da Faculdade de Odontologia e da Faculdade de Direito foram indiciados pela CEIS/UFRGS e impedidos de ocupar cargos de direção e de influência nas organizações estudantis. Passaram a ser vigiados em suas ações, enquanto frequentavam a faculdade. No relatório final da comissão, encaminhado ao MEC, a CEIS decidiu em plenária por não punir os estudantes com cancelamentos das matrículas:

Quanto aos estudantes indiciados perante esta Comissão, decidiu o plenário que a exclusão de qualquer deles do âmbito universitário viria a se tornar contraproducente, pela posição de vítima que adotariam, e a consequente reação psicológica que, então, se verificaria no meio estudantil. Considerou, ainda, o plenário que, de acordo com o Estatuto da Universidade do Rio Grande do Sul, adaptado à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, cabe ao Egrégio Conselho Universitário apreciar os processos relativos a estudantes, adotando as medidas que se fizerem necessárias, inclusive a da exclusão da Universidade¹⁰⁵.

Sobre a postura da CEIS em relação ao julgamento dos estudantes, faz-necessária a análise sobre considerar a exclusão contraproducente, porque para professores que compunham a comissão os estudantes adotariam “posição de vítima”. Esta postura revela que o trabalho da comissão temia a reação da categoria estudantil diante de expulsões e cancelamentos de matrículas. Quando a comissão julga que os estudantes adotariam posição de vítima, é preciso questionar: não eram vítimas os estudantes perseguidos pela CEIS? Mesmo não punidos com exclusões, foram retirados seus direitos de participação em movimentos estudantis, em Diretórios Acadêmicos, os estudantes passaram por interrogatórios que podem ter gerado traumas, medo e principalmente, a CEIS era composta por professores e diretores das

¹⁰⁵ Fonte: Arquivo Nacional. **BRDFANBSBV8.MICGNC.GGG.85011125**. Disponível em: <http://sian.gov.br>. Acesso em: 5 mar. 2022.

faculdades, e estes caçavam os estudantes, ou seja, os estudantes eram vítimas da repressão de uma comissão composta por professores que poderiam ter oferecido resistência e a recusa de realizar tal trabalho para a repressão, mas escolheram caçar e julgar colegas de trabalho e alunos em formação.

Os estudantes foram vítimas de outra forma de repressão do Estado: as invasões no espaço escolar. Militares chegaram a invadir espaços escolares na cidade de Pelotas após o golpe de 1964. Há registros de duas invasões. Uma delas é a do Campus Capão do Leão. O local ficou uma semana cercado e controlado pelo Exército. Conforme Ferreira (2017), moradores, funcionários, alunos e professores foram levados presos para prestar depoimento. Foram realizadas revistas nas casas e locais de trabalho, para apurar indícios de “subversão”. O alvo principal foram integrantes do Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuária do Sul (IPEAS).

De acordo com Ferreira (2017), no dia 1º de maio de 1964, em matéria publicada no jornal *Diário Popular*, 19 pessoas foram presas, entre elas, funcionários e professores do IPEAS. Também foram detidos três estudantes universitários da Faculdade de Odontologia e o estudante da Salim Saad, da Faculdade de Direito, já citado neste trabalho por participações em outros movimentos:

1. Darcy Carret, funcionário do Instituto de Pesquisas e Experimentações Agropecuárias do Sul, IPEAS;
2. Dr. Manoel Alves de Oliveira, agrônomo do IPEAS e professor de fitopatologia da Escola de Agronomia Eliseu Maciel;
3. Dr. Vicente Martins Real, médico e vereador pelo Partido Republicano;
4. Dr. Amaury Alfredo de Arruda, agrônomo do IPEAS;
5. Ediberto da Costa Amaral, professor de matemática da Escola de Agronomia Eliseu Maciel;
6. Edgar José Curvello, suplente de vereador do Partido;
7. Getúlio Pereira Dias, funcionário burocrático do SAMDU e vereador do Partido Trabalhista Brasileiro;
8. Benjamin dos Santos Pereira, presidente do Sindicato dos Estivadores e suplente de vereador na legenda do Partido Republicano;
9. 2º tenente reformado, Elson Butgaray;
10. 2º tenente reformado Odilon Garcia, que por motivo de saúde fora transferido da 9ª RI para o Hospital de Santa Casa
11. (...) Ontém à tarde foram detidos mais quatro elementos, todos eles estudantes universitários, trata-se dos acadêmicos, Saad Salin, do Direito; Irio Schwantes, Andrezi Pereira Filho e Enio Freitas Unser, os três últimos cursando a faculdade de Odontologia.

12. (...) Na Divisão de Ordem Política e Social, o DOPS, portanto na Delegacia de Polícia, acham-se recolhidos mais cinco presos, são eles:
13. Jadir Bandeira, presidente da Associação dos Amigos do Bairro Fragata, cuja prisão foi efetivada ontem;
14. José Alves Pereira, conhecido pela alcunha de “85”;
15. Itatiaya Itagiba Telles;
16. Benamar Xavier Alves
17. Altivo Lima; os três últimos moradores no Capão do Leão e naquela vila desenvolvem as suas atividades¹⁰⁶.

Em entrevista, a professora Carmem Duarte da Silva narra suas memórias sobre a invasão de militares na EAEM:

A gente teve, na Universidade, já em 64, uma situação difícil com IPMs dentro da Universidade, com soldados que tomaram o campus, que entraram nas salas de aula, revistaram a biblioteca. A gente vivia em um clima de terror muito grande. E até lembro que a gente estava dando aula e, daqui a pouco, um pé na porta abria violentamente e entraram sargentos fardados. Aquilo era um terror para os professores, para os alunos. A gente não sabia o que ia acontecer, não sabia quem era quem. Isso tinha deixado um trauma muito grande (SILVA, 1992)¹⁰⁷.

A narrativa da professora sobre a invasão na FAEM mostra a maneira terrorista com a qual os militares impuseram medo entre professores e alunos no ambiente escolar. O trauma relatado por ela no momento da entrevista mostra como esse tipo de ação repressiva era temida naquele momento de primeiros anos da ditadura civil-militar. Logo, o medo refletiu no comportamento de estudantes das outras faculdades, como a de Direito, em Pelotas. Por isso, o silêncio foi adotado por parte dos universitários do Direito, pelo medo da invasão e do terror que poderiam ser causados ao ambiente de estudos. Neste caso, o silêncio era uma estratégia de defesa e autoproteção. O cenário da Faculdade de Direito era de fragmentação entre as diferentes posições dos estudantes. Poucos entre eles persistiram e arriscaram suas carreiras profissionais e a integridade física ao protestar durante os primeiros anos da ditadura civil-militar brasileira.

As experiências analisadas neste momento da pesquisa apresentam casos de perseguições, monitoramentos, prisões, julgamentos preconceituosos, invasões,

¹⁰⁶ *Diário Popular*, 01/05/1964, p. 3.

¹⁰⁷ Entrevista concedida por Carmen Duarte da Silva a à Beatriz Ana Loner, em 19/09/1992, intitulada “Reconstrução da Memória Histórica da Ufpel”. Sob a guarda do Núcleo de Documentação Histórica (NDH) da UFPel.

medo e terror, todos estes impostos pelo Estado a fim de controlar e conter organizações e manifestações de estudantes que colocariam em risco a imagem imposta pela ditadura, de que o inimigo interno estaria dentro das universidades, agindo de forma “subversiva”. As narrativas orais e as fontes documentais evidenciam que, a partir do dia 31 de março de 1964, as políticas de violência e repressão contra estudantes e os movimentos estudantis impediram a organização de grupos, coletivos e entidades. Porém, em Pelotas, estudantes resistiram e construíram fortes movimentações possíveis dentro do contexto de criminalização da militância de oposição à ditadura. Ou seja, o movimento estudantil foi atuante antes da decretação do AI-5 e teve suma importância nos processos de resistência às arbitrariedades promovidas pelo Estado.

Em seguida, a pesquisa analisa a experiência de estudantes de Pelotas no ano de 1968, marcado pela intensificação da repressão do Estado com o Ato Institucional n. 5. Busca-se abordar os impactos sentidos por setores do movimento estudantil diante do medo das prisões, dos relatos de tortura, da censura e do fortalecimento da perspectiva da luta armada.

4.3 O Ato Institucional n. 5

Decretado no dia 13 dezembro de 1968, durante o governo do General Costa e Silva, o Ato Institucional n. 5 vigorou até o ano de 1978. Porém, é necessário analisar como foi aquele ano para o movimento estudantil, marcado pela reorganização das estratégias de luta e pela resistência às ações repressivas promovidas pelo Estado.

O ano de 1968 simboliza na história um marco das lutas pelas liberdades individuais baseada nos ideais de contracultura em voga na década de 1960. Para o sociólogo Alain Tourraine (2008), o movimento instaurado pelos jovens em 1968 não estava preocupado em tomar o poder político e sim destruí-lo, assim como tudo o que o mesmo representaria, além de ocupar postos de administração nas organizações institucionais. Sobretudo, o discurso do contra-poder defendido pela classe trabalhadora e dos jovens estudantes criticava o Estado capitalista:

A crítica ao Estado capitalista é salientada no discurso do poder social de um movimento de juventude estudantil e dos/as trabalhadores/as das fábricas, ambos ameaçados pelo discurso preponderante oficial, o discurso de assimilação, integração e cooptação. O elemento radicalizador das lutas sociais faz-se mediante a radicalização do discurso do contra-poder ou poder social no horizonte de contestação (PROTO, 2012, p.33).

Para Proto (2012), o “barril de pólvora” que explodiu as manifestações, marcadas no mês de maio de 1968 estava no interior da universidade francesa, em *Nanterre*, carregado de insatisfações com o processo de enquadramento do conhecimento científico nos moldes do capitalismo, a partir da lógica produtivista. Para o autor, os estudantes perceberam que não haveria outra possibilidade para a transformação da sociedade sem engajamento e cooperação com outros grupos sociais explorados e alienados. O movimento de maio de 1968 marcou um novo período na História Social e das sociedades industriais, que Touraine (1970) define:

El movimiento de Mayo es uno de los primeros conflictos de clases que hayan estalado en las sociedades capitalistas avanzadas. Junto con los grandes movimientos, más dramáticos, de los países socialistas, pone de manifiesto el nacimiento de un nuevo período de la historia social de las sociedades industriales (TOURAINÉ, 1970, p.53).

Para Paulo Giovanni Antonino Nunes, Pere Petit e Reinaldo Lindolfo Lohn, o ano de 1968 no Brasil pode ser analisado a partir de duas palavras-chave: utopia e repressão. Os autores organizaram o livro *Utopia e repressão: 1968 no Brasil*¹⁰⁸, que reúne quatorze artigos que abordam o tema a partir das cinco regiões do país usando o ano de 1968 como um marco para o período de ditadura civil-militar no Brasil, como também, das lutas contra a repressão do Estado.

Rodrigues (2020) ao analisar a obra identifica que a palavra utopia aparece ligada aos movimentos sociais juvenis, que ora estariam lutando pelo retorno da democracia, ora por melhores condições escolares. A fusão de utopia com repressão, aparece a partir dos eventos traumáticos para os movimentos sociais, como a morte de Che Guevara em 1967, do estudante Edson Luís em 1968 e do político Carlos Marighella, em 1969.

São eventos considerados traumáticos para os grupos sociais brasileiros progressistas do período, pois promoveram conflitos ideológicos a organização de movimentos sociais, e o esgarçamento das esperanças (RODRIGUES, 2020, p.710).

Além de historicizar o ano de 1968 no Brasil sob perspectiva das lutas e das repressões no país, os artigos produzidos a partir das temáticas regionais, evidenciam as pluralidades de eventos e ações que os movimentos sociais protagonizaram no final da década de 1960 e contribuem para viabilizar a história das diversas regiões

¹⁰⁸ NUNES, Paulo Giovanni Antonino; PETIT, Pere; LOHN, Reinaldo Lindolfo (org.). *Utopia e repressão: 1968 no Brasil*. Salvador: Saggá, 2018.

brasileiras que se encontravam sobre a sombra dos grandes centros urbanos, principalmente no eixo Rio-São Paulo.

Em relação aos movimentos estudantis, Edmilson Alves Maia Junior em “Memórias de luta: eventos estudantis contra a ditadura na ‘Fortaleza 68’” propõe reflexões sobre o Movimento Estudantil Universitário (MEU) na luta contra a repressão da ditadura civil-militar e as disputas do movimento entre as diferentes ideologias de esquerda que a Ação Popular (AP), o Partido Comunista do Brasil (PC do B) e o Partido Operário Revolucionário Trotskista (PORT) portavam, evidenciando a pluralidade de ideias entre os diferentes movimentos na capital do Ceará em 1968.

Reinaldo Lindolfo Lohn e Sivia Maria Fávero Arend no artigo “1968 entre utopias e realidades. Imprensa e protestos estudantis: o caso de Florianópolis”, analisam os protestos de estudantes na cidade de Florianópolis em 1968. A partir da documentação da imprensa local, os autores reuniram evidências de perseguição e estigmatização feita pela imprensa aos movimentos estudantis em nível nacional noticiada na revista Realidade e em nível regional pelo jornal O Estado.

No sexto capítulo do livro “O ano de 1968 no Estado da Paraíba: militância estudantil e a opção pela ‘Luta Armada’ – Trajetórias, história e memória”, Paulo Giovani Antonio Nunes, analisou a trajetória de militantes de esquerda que optaram pela “luta armada” no estado da Paraíba. Ao analisar depoimentos de militantes em Audiências Públicas e Oitivas e na Comissão da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba, o autor debate que a opção pela “luta armada” era prévia ao decreto do AI-5 em novembro de 1968.

Sobre o Rio Grande do Sul, o livro contém importante trabalho do historiador Enrique Serra Padrós. O trabalho de título “O 68 no Rio Grande do Sul” aborda a efervescência estudantil, o choque entre as diferentes gerações de estudantes, ideologias e estéticas que são analisadas pelo autor. A capital Porto Alegre é marcada por intensas manifestações e movimentos de contestação de jovens secundaristas, de artistas e de integrantes de movimentos sociais. A análise de Padrós evidencia as diversas formas de resistências, desde o uso da minissaia e batom, passando pelos cabelos compridos, até a pauta da luta armada. Para o autor, o ano de 1968:

Acabou como um segundo golpe, não contra o primeiro, para esgarçar ainda mais o seu alcance impeditivo e asfíxiante, como censura, tortura, execuções e desaparecimentos. A esperada primavera de 68 terminou derrotada. Terminou cinzenta. Cinzenta como chumbo (PADRÓS, 2019, p.256).

O papel da imprensa na divulgação de informações e também na estigmatização do movimento estudantil, as diversas formas de atuação da militância de esquerda, a pauta da luta armada, a participação de jovens secundaristas são importantes características dos movimentos estudantis brasileiros em 1968 que são identificados na cidade de Pelotas a partir das narrativas orais de ex-estudantes da época. Sobretudo, é fundamental direcionar o olhar histórico para as experiências construídas na década de 1960, que desencadearam os movimentos que ficaram marcados em 1968.

Para Rodrigues (2020), é necessário deslocar o olhar do eixo Rio-São Paulo para ampliar o conhecimento histórico, porém sem que este seja desconsiderado. A importância da análise sobre as demais regionalidades amplia os debates sobre os efeitos, os processos de resistência, a repressão e a formulação de utopias que se estenderam por todo o Brasil no simbólico ano de 1968.

No âmbito educacional, 1968 foi marcado pela Reforma Universitária, decretada em novembro. Segundo Claudio Benedito Martins (2009), o processo de federalização das universidades brasileiras, sob constante crítica à política universitária, e os debates pautados pelos movimentos de estudantes ocasionaram a reforma, com base na lei n.5.540¹⁰⁹. Segundo o autor, a lei possibilitou mudanças baseadas na repressão política e ideológica do corpo discente e docente. De um lado, estudantes de esquerda defendiam maior democratização dos espaços universitários, com ampliação das vagas e maior estrutura para realizar as graduações. Fazia parte das pautas de esquerda criticar o acordo MEC-USAID, que pretendia reformar o ensino brasileiro com padrões impostos pelos EUA. Do outro lado, a elite pautava a modernização universitária, baseada no produtivismo acadêmico. Segundo Sá Motta (2018):

Essas vagas foram ocupadas, em sua maioria, pelos grupos de elite, uma distorção grave, que tentou ser compensada pela expansão do ensino privado, com o intuito de absorver os mais pobres, incentivados pelos financiamentos governamentais”.¹¹⁰

¹⁰⁹ A lei n. 5.540, de 28 de novembro de 1968 fixa as normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html> Acesso em: 25/06/2022.

¹¹⁰ Fonte: UFMG. **Autoritária e modernizante, reforma universitária completa 50 anos**. Disponível em: <https://ufmg.br/comunicacao/noticias/autoritaria-e-modernizante-reforma-universitaria-completa-50-anos>. Acesso em: 9 mar. 2022.

Sobre as ações do Estado nas universidades brasileiras, Isa Cristina Antunes Barbosa *et al.* (2011) afirma que é um processo recorrente. O que deve ser destacado é que as intervenções do Estado nas instituições de ensino superior do país se acentuaram com o golpe civil-militar e foram ainda mais intensas e violentas no ano de 1968, com o AI-5.

Com a Reforma Universitária o Governo obteve meios mais eficientes para um controle de qualquer manifestação contrária ao regime em execução. Mesmo antes, reitores, professores e alunos já vinham sendo demitidos e/ou presos. Após 1968, apenas intensificou (BARBOSA *et. al*, 2011, p. 4).

Diante das arbitrariedades do Governo Federal e seus órgãos de repressão atuantes nas universidades, o movimento estudantil lutou contra as políticas que prendiam, demitiam e afastavam membros da comunidade acadêmica. Com a intensificação de tais atos, o movimento estudantil passou a discutir as reformas do ano de 1968, reivindicando o fim dessas políticas e a defesa da autonomia universitária. Em Pelotas, estudantes da Faculdade de Direito realizaram pesquisa sobre a opinião dos estudantes em relação ao ambiente acadêmico, com o objetivo de debater se as reformas universitárias deveriam ter um caráter democrático, diferente do proposto pelo Estado. Os resultados da pesquisa foram publicados em uma edição experimental do jornal *O Acadêmico*, projeto dos alunos do Diretório Acadêmico Ferreira Viana com orientação do professor Aldyr Garcia Schlee.

Publicado em setembro de 1968, o corpo editorial d'*O Acadêmico* era formado por: 1) Conselho de redação: Daltro Gonzales, José Luis Marasco Cavalheiro Leite, Luiz Carlos Lucas; 2) Colaboradores: Angenor Gomes, Cecílio Berndsen, João Manoel Cunha, Antônio Carlos Martins e Milton Tôrres Rangel; 3) Pesquisa: Marta Regina N. Pereira, Helena Ortiz, Nora Antunes de Oliveira, Marlene Mascarenhas, Fernando Selistre, Frederico Dias da Cruz. Foram realizadas distribuições gratuitas com tiragem de 1.000 exemplares. Um colaborador da presente pesquisa, José Luis Marasco Cavalheiro Leite, membro do conselho de redação, compartilhou um dos exemplares salvaguardados em seu acervo pessoal. Sobre a atividade do jornal, ele lembra:

Nós do Círculo de Palestras tínhamos festas de cunho cultural. Também tínhamos palestras, debates, convidávamos personalidades importantes da

área do Direito para virem aqui e acho que a grande realização era o jornal, que sempre trazia grande polêmica é claro (LEITE, 2020)¹¹¹.

Considerar o jornal como atividade mais importante naquele momento contribui para compreender a salvaguarda do exemplar feita por Leite. Em relação à polêmica, o jornal, mesmo sob ameaça de censura e repressão a membros do corpo editorial, publicou matérias sobre o contexto político, sobre a experiência de estudantes no ensino superior e críticas à educação e problematizando as políticas educativas da época.

Em relação à Reforma Universitária de 1968, Daltro Gonzales publicou no jornal uma matéria intitulada “A autonomia da universidade na Reforma Universitária”¹¹². Nela, o estudante analisou o Decreto 62.397, de 2 de junho de 1968, que instituiu no Brasil o Grupo de Trabalho (GT) que desenvolveu um anteprojeto da Reforma Universitária com o objetivo de “[...] estudar a reforma da Universidade brasileira, visando sua eficiência, modernização, flexibilidade administrativa [...]” (RELATÓRIO do Grupo de Trabalho, 1968, p. 15).

Na publicação, Daltro Gonzales analisou o primeiro ponto do relatório do Grupo de Trabalho e considerou que o documento pensa a reforma a partir da influência e importância dos movimentos estudantis e das pautas referentes à educação brasileira.

O movimento estudantil, quaisquer que sejam os elementos ideológicos ou políticos nele implicados, teve o mérito de propiciar uma tomada de consciência nacional do problema e o despertar enérgico do senso de responsabilidade coletiva¹¹³.

Este trecho do primeiro relatório citado por Daltro Gonzalez mostra que o GT reconhecia a importância das manifestações e pautas dos estudantes sobre a situação das universidades impactadas pelas políticas do Estado. Daltro cita também a fala de Darcy Ribeiro¹¹⁴, que teme o movimento estudantil rebelar-se contra a universidade:

¹¹¹ Entrevista concedida a Allan Pereira por José Luis Marasco Cavalheiro Leite no dia 21/09/2020, na cidade de Pelotas.

¹¹² Jornal *O Acadêmico*, setembro de 1968, p. 3.

¹¹³ Jornal *O Acadêmico*, setembro de 1968, p. 3.

¹¹⁴ Darcy Ribeiro foi Ministro da Educação e Cultura em 1962. No ano seguinte, em regime presidencialista, assumiu a chefia do Gabinete Civil da Presidência da República. Após o golpe de 1964, exilou-se no Uruguai, onde lecionou Antropologia na Universidade da República do Uruguai, em Montevideu. Em 1968, os processos movidos pelo regime contra Darcy Ribeiro foram anulados pelo Supremo Tribunal Federal, o que possibilitou retornar ao Brasil em outubro. Após edição do AI-5 em dezembro, foi preso acusado de infringir a Lei de Segurança Nacional. Permaneceu detido em unidade

A juventude, não encontrando eco na sua casa de estudos para os anseios populares de progresso de que coparticipa, fatalmente passará a ouvir outras vozes e acabará por rebelar-se contra a própria universidade. Só na medida que entre no diálogo nacional com o peso de suas conquistas culturais efetivas, pode a universidade liderar seus próprios estudantes¹¹⁵.

Neste primeiro item do relatório, o Grupo de Trabalho reconhece a importância de estabelecer o diálogo com os estudantes. Para Darcy Ribeiro, os estudantes não iriam deixar de se manifestar em relação ao ensino superior entendendo que era mais favorável ao governo que a universidade estabelecesse este diálogo do que os estudantes intensificarem as relações com outras organizações.

Em relação ao segundo item do relatório do GT, Daltro analisa a discussão do anteprojeto de reforma sobre o regime jurídico e administrativo das universidades. O primeiro ponto é sobre a autonomia universitária, em que o relatório discorda que as universidades deveriam passar a ter regimes de fundação. Mesmo em fundações, a autonomia deveria ser intocável, Daltro apresenta a seguinte defesa: “A autonomia, em última instância, não é uma dádiva do poder público conferida à universidade, mas uma prerrogativa que lhe é inerente”.

Gonzalez aponta que a afirmação do GT necessitava encontrar apoio na prática e que as universidades estatais sofriam influências externas, principalmente as instituições católicas e as fundações, por conta do capital privado investido nas instituições. O principal problema é a lógica da formação universitária, que priorizava a formação de profissionais para o mercado de trabalho.

Tal fato é colocar o dinheiro da nação e a inteligência e consciência de nossa juventude e de nossos pesquisadores a serviço de grupos industriais. O pouco que invertem é com finalidade de transformar em mercância a consciência de nossos estudantes, professores e pesquisadores. A autonomia é inerente à universidade, mas a preservação e aperfeiçoamento da autonomia só serão conseguidos na universidade estatal. A essência da autonomia universitária é conservar o caráter oficial da universidade pública sem transformá-la em agência governamental – é o que lhe garante o papel da instituição renovadora e força moral de garantia da democracia [...] Qualquer outro regime, que não a universidade pública, não se compadece com a consciência que temos no Brasil, de autonomia universitária.¹¹⁶

da Marinha até setembro de 1969, quando foi julgado e absolvido pela Auditoria da Marinha no Rio de Janeiro. **Verbetes: Darcy Ribeiro.** FGV CPDOC. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/ribeiro-darcy> Acesso em: 27/06/2022.

¹¹⁵ Jornal O Acadêmico, 1968, p.3

¹¹⁶ Jornal O Acadêmico, setembro de 1968. p. 3.

Ao analisar o relatório do Grupo de Trabalho, Daltro Gonazalez considera elogiável a postura do grupo sobre a consideração das demandas estudantis, ao formular o anteprojeto da Reforma Universitária. Como problema, o estudante identificava que projetos de investimento privado nas universidades públicas e o regime de fundação seriam nocivos à autonomia universitária pautada pelo movimento estudantil. Ao publicar o texto em 1968, diante das arbitrariedades antidemocráticas praticadas contra alunos, professores e trabalhadores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Daltro defende a autonomia das instituições públicas brasileiras como “força moral da democracia”.

Diante das discussões acerca do anteprojeto criado pelo Grupo de Trabalho, os estudantes do Diretório Acadêmico da Faculdade de Direito de Pelotas realizaram um questionário com os discentes da instituição sobre a situação do ensino e a estrutura educacional e administrativa da faculdade. Para os membros d’O *Acadêmico*, a pesquisa era fundamental para ampliar o diálogo entre os estudantes sobre a situação da faculdade. Segundo eles, o diálogo existia apenas entre amigos, em círculos de confiança. Portanto, pretendia-se estabelecer de maneira mais ampla o conhecimento sobre as diversas opiniões dos estudantes de Direito acerca da qualidade de ensino universitário na Faculdade de Pelotas.

A pesquisa também foi uma forma escolhida entre os estudantes na tentativa de romper o silêncio adotado por boa parte dos alunos considerados “direita silenciosa”. As questões provocavam os estudantes a pensar e a participar da votação, produzindo diálogo, reuniões, reaproximando os estudantes da política.

O questionário foi organizado por estudantes que participavam do Diretório Acadêmico Ferreira Vianna (DAFV) da Faculdade de Direito de Pelotas. O objetivo era aplicar questões referentes a qualidade de ensino na instituição e sobre os impactos da política nacional na experiência acadêmica dos alunos do curso de direito na cidade. Foram aplicados 100 formulários com 13 questões divididos em três seções temáticas:

No primeiro procurou-se ver a opinião dos alunos sobre os problemas mais gerais de nossa Faculdade, partindo da pergunta sobre a existência de tais problemas. No segundo grupo, tentou-se aquilatar como estava a questão da participação dos alunos nas atividades extracurriculares da Faculdade; finalmente no terceiro, os estudantes tiveram oportunidade de externar-se sobre o Diretório Acadêmico e alguns problemas paralelos.¹¹⁷

¹¹⁷ Jornal *O Acadêmico*, 1968, p.5

Em relação ao questionário como fonte da presente pesquisa, faz-se necessária destacar que os colaboradores entrevistados não citaram memórias da atividade em momento da entrevista. O entrevistado José Luís Marasco Cavalheiro Leite, que compartilhou o jornal que havia salvaguardado em seu arquivo pessoal, também não lembrava da atividade. Junto a Leite, os colaboradores Nora Antunes de Oliveira, Frederico Dias da Cruz e Luiz Carlos Lucas estavam presentes no corpo editorial do jornal, mas também, quando questionados em entrevista, não souberam citar memórias sobre o questionário ou sobre a experiência de trabalhar no jornal *O Acadêmico*.

A pesquisa enquanto fonte apresenta alguns detalhes que também devem ser destacados em análise. O primeiro é referente ao histórico do jornal *O Acadêmico*. Não foram encontradas informações referentes a data inicial da atividade no jornal, a primeira publicação, ou qual período de duração do periódico. Na edição de Novembro de 1968, compartilhada por Leite, o corpo editorial na capa destaca aos leitores o retorno das atividades do periódico:

Após alguns anos de ausência, volta a circular, na gestão de Humberto Alan, dirigido por uma nova equipe que tem a pretensão de mantê-lo. Nosso jornal em seu aspecto gráfico e de conteúdo veio bastante modificado. No aspecto gráfico, a mudança deve-se fundamentalmente, à orientação recebida do professor Aldyr Garcia Schlee que, prestando-nos inestimável colaboração planejou e diagramou a edição. No aspecto de conteúdo, a mudança deve-se à nossa concepção de como precisa ser um órgão estudantil: eminentemente cultural e de análises dos problemas que mais envolvem e preocupam os jovens de nossos dias. Assim, antes de noticiar, nosso jornal comenta, critica e analisa, buscando expor o que pensa em nossa casa de ensino a cerca dos fatos que fazem a história moderna. Temas jurídicos não são especialmente tratados. O toque de jurídico só aparece como aplicação na análise de problemas. De resto, a qualidade dos textos deve-se ao talento de nossos colaboradores ou, sem modéstia, à nossa boa escolha.¹¹⁸

Em relação a Humberto Alan, não foram encontrados em pesquisa dados referentes a sua gestão no Diretório Acadêmico Ferreira Vianna, da Faculdade de Direito de Pelotas, apenas que seu nome estava na lista dos presidentes do Grêmio Esportivo Brasil de Pelotas, clube de futebol da cidade. Porém, a participação do professor Aldyr Garcia Schlee na orientação do jornal ajuda a interpretar que a gestão do Diretório Acadêmico estava disposta a publicar no periódico material crítico em

¹¹⁸ Jornal *O Acadêmico*, 1968, p.1

relações as questões sociais que impactavam diretamente na vida dos estudantes, não necessariamente da Faculdade de Direito, mas na comunidade estudantil de Pelotas. Logo, a matéria publicada de Daltro Gonzales, que analisa os trabalhos do GT em relação a proposta formulada como base para a Reforma Universitária, evidencia que o jornal estava a par das questões educacionais e os estudantes do jornal dispostos a comunicar com seus pares e comunidades o que estava sendo debatido em relação aos benefícios e problemas da Reforma.

Sobre o questionário, a fonte apresenta alguns detalhes que devem ser observados. A atividade foi aplicada com alunos do Primeiro ao Quinto ano do curso de Direito. As questões são referentes a como os alunos enxergam os problemas da Faculdade e em quais setores eles se encontram (administrativo, financeiro ou político); e a qual setor administrativo os estudantes creditam estes problemas (Faculdade, Universidade ou Governo Federal);

Como resultado destas questões, a maioria dos estudantes que responderam a pesquisa acreditavam que os problemas eram muitos, de ordem administrativa e política e de ordem do Governo Federal, como demonstrados nas tabelas abaixo¹¹⁹:

Tabela 1 - Você acredita que os problemas da nossa faculdade sejam:

	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano	Total
Inexistentes	3,2%	-	-	6,7%	-	2,1%
Poucos	26,0%	17,8%	16,7%	26,7%	-	21,2%
Muitos	70,8%	82,2%	83,3%	66,6%	100%	76,7%

Fonte: Jornal *O Acadêmico*, setembro de 1968, p. 4.

Tabela 2 – De que ordem são estes problemas?

	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano	Total
A) Administrativos	23,6%	43,7%	40,0%	31,6%	12,5%	32,5%
B) Financeiro	45,0%	23,3%	26,7%	21,1%	37,5%	26,8%
C) Políticos	31,4%	23,3%	26,7%	21,1%	37,5%	26,8%

Fonte: Jornal *O Acadêmico*, setembro de 1968 p. 4.

Tabela 3 – Acredita que a responsabilidade pelos problemas deve ser creditada a:

	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano	Total
--	--------	--------	--------	--------	--------	-------

¹¹⁹ A fonte não citava o total de alunos que havia nesse momento nem o número de estudantes que responderam ao questionário, apenas a porcentagem de cada turma referida ao ano de curso e o resultado total de cada alternativa.

a) Administração da Faculdade	28,2%	22,7%	15,8%	25,0%	-	23,8%
b) Administração da Universidade	20,5%	34,0%	36,8%	43,7	-	30,3%
c) Política Educacional do Governo	51,3%	43,3%	42,6	31,7%	100%	45,9%

Fonte: Jornal *O Acadêmico*, setembro de 1968, p. 4.

O resultado da questão número 3 do questionário mostra que todos os alunos do 5º ano que participaram da pesquisa creditam os problemas da faculdade às políticas educacionais do governo, mostrando que os alunos que ingressaram no ano de 1963 discordam do modelo educacional adotado pós-golpe, que removeu a autonomia das entidades representativas dos movimentos estudantis, realizou cassações a partir de comissões investigativas como a CEIS/URGS e defendia a Reforma Universitária. A alternativa C obteve maioria de respostas também entre as turmas do 1º, 2º e 3º anos, o que mostra a insatisfação dos estudantes com políticas realizadas pelo governo, como o Acordo MEC-USAID. Os alunos do 4º ano em maioria creditam os problemas da faculdade à administração da universidade (URGS); isso pode ser pensado a partir dos processos instaurados pela CEIS/URGS, que promoveu cassações de professores e estudantes.

Em relação à estrutura da Faculdade de Direito de Pelotas, os estudantes responderam a quarta questão, que questionava: “Ao seu ver, quais destes tópicos constituíram o maior problema que enfrentamos?”¹²⁰. Os estudantes do 1º ao 5º ano, em maioria, escolheram “Aulas muito teóricas” como o maior problema enfrentado. O maior índice foi entre alunos do 4º ano, com 35% das respostas. A crítica sobre as aulas teóricas realizadas pelos bacharéis em Direito de Pelotas está relacionada à baixa carga horária de atividades práticas presentes no currículo do curso.

Neste exemplar do *O Acadêmico*, Antônio Carlos Martins escreve uma coluna na qual critica o currículo e a formação de bacharelado em Direito da Faculdade:

O estudo universitário brasileiro, ora em substancial modificação, proporciona, como sabemos, um estudo eminentemente teórico. Tal situação traz ao estudante, principalmente ao estudante de Direito, uma série de enormes dificuldades. Nós, bacharelados da Faculdade de Direito de Pelotas, tivemos muita sorte, pois encontramos professores de alto gabarito nas matérias processuais. Trata-se do

¹²⁰ Jornal *O Acadêmico*, setembro de 1968. p. 3.

estudo acadêmico, contra qual todas as vozes se levantam, salvo, obviamente, aquelas vozes que veem em qualquer modificação – para melhorar – uma quebra de tradições. E porque se levantam as mais ilustres vozes contra este tipo de estudo? É simples: o que importa sabermos o que é Foro, se não sabemos onde fica o Foro? Que importa sabermos o que é uma procuração, se não sabemos como fazer uma [...]. Este estudo teórico faz com que surja um hiato entre o que aprendemos e a realidade cotidiana.¹²¹

A crítica de Antônio Carlos Martins tem relação com a maioria de respostas dos estudantes, que creditaram a isso os maiores problemas que os alunos enfrentavam. Para Antônio, o curso não preparava os futuros advogados para o exercício profissional. Para sanar este problema, seria criado naquele ano o curso de Prática Forense, com o objetivo de acrescentar horas práticas aos graduandos do curso de Direito. Ainda na publicação, o estudante aproveitava para fazer uma ressalva, defendendo os professores do curso. Na questão 4 do questionário, 15% dos alunos da faculdade votaram na “má preparação de alguns professores” como principal problema naquele momento, algo que Antonio Carlos Martins destaca como sorte e privilégio ter aulas com os professores da instituição.

Os resultados do referido questionário mostraram que os estudantes possuíam diversas demandas, principalmente de atividades fora de sala de aula. Junto a isso, os estudantes manifestaram reconhecer os diversos problemas da instituição, que deveriam ser solucionados tanto internamente em relação à administração da Faculdade e da URGS, como de maneira política, por conta do contexto de ditadura civil-militar que, ao disseminar medo e repressão nos ambientes universitários, afastaram a maioria dos estudantes da participação mais efetiva na vida acadêmica, limitando-os apenas aos estudos em sala de aula.

Apesar dos problemas identificados com as respostas dos estudantes ao questionário do jornal *O Acadêmico*, as memórias dos colaboradores acerca do ano de 1968 apresentam narrativas relacionadas aos momentos em que a repressão estava mais próxima de suas experiências enquanto estudantes universitários.

Em relação aos entrevistados, poucas são as memórias sobre as atividades em relação ao jornal *O Acadêmico*. Cruz, Leite, Lucas e Oliveira fizeram parte da equipe do jornal, mas quando questionados sobre o ano de 1968, suas memórias constroem narrativas a partir das experiências com a repressão das quais eles passaram.

¹²¹ Jornal *O Acadêmico*, setembro de 1968. p. 7.

Questionado sobre 1968, Leite apresenta narrativas sobre o risco de ser preso durante a ditadura. Lembrou que foi eleito orador em 1968, na formatura da turma de Filosofia da Universidade Católica. Leite recorda que, em seu discurso, falou sobre liberdade na presença de autoridade militar e do bispo Dom Antonio Zattera:

Fiz o meu discurso cinco dias após a decretação do AI-5 e o tema do meu discurso era liberdade. Aí tu podes imaginar, o frêmito que houve assim na plateia, inclusive me lembro bem que havia o representante militar na mesa dos trabalhos, pessoa que inclusive eu conhecia a família [...]. E esse discurso foi também para o SNI, segundo me disseram. Houve comentários de que ele esteve em intenção de me prender ali no final, de me deter pelo menos. Interessante que quando eu terminei o discurso, ao fim da cerimônia, o Dom Antônio, que era presidente dos trabalhos, bispo de Pelotas e chanceler da universidade, deu uma serenizada no momento, até porque falou bem das coisas que havia dito, a única coisa que acrescentou foi Deus ao meu discurso digamos assim, e o clima melhorou, mas consta que eu estive a pique de ser detido [...]. Algumas pessoas me falaram (LEITE, 2020)¹²².

Conforme o colaborador adverte, seu discurso foi realizado no momento mais delicado do ano de 1968, pois cinco dias antes o Estado decretara o AI-5. Suas lembranças daquele momento estão carregadas de orgulho e de ousadia por ter falado nada menos que sobre a “liberdade”. Naquele momento, Leite, estudante da Faculdade de Direito de Pelotas e membro do corpo editorial d’*O Acadêmico*, estava consciente das discussões referentes à Reforma Universitária e as pautas referentes à autonomia das universidades. O referido discurso, que segundo ele poderia ter sido encaminhado para o SNI, não foi encontrado na pesquisa no Arquivo Nacional.

Por conta do histórico do movimento estudantil brasileiro marcado pelo ano de 1968, como período em que os estudantes correram mais riscos de sofrer com a repressão, principalmente pelo AI-5, Leite, ao citar um exemplo de risco que ele sofreu de ser preso naquele contexto, mostra que ele acredita, ao fazer análise de sua experiência no passado, que foi um estudante que militou ativamente. A reação de Dom Antônio Zattera, segundo o colaborador, teve influência para impedir que algo pior acontecesse no momento da formatura.

Os comentários citados por Leite de que ele havia corrido riscos de prisão contribuem para entender o nível de medo e tensão naquele momento pós AI-5. Passado tanto tempo isso seria motivo de orgulho. Manifestações críticas como a do

¹²² Entrevista concedida a Allan Pereira por José Luis Marasco Cavalheiro Leite no dia 21/09/2020, na cidade de Pelotas.

estudante, que pediu liberdade em sua formatura, já eram suficientes para gerar tensões nos ambientes escolares, a ponto de criar um clima de medo das consequências, não apenas para o orador, mas para a turma que o elegeu para discursar. Leite cita que no presente, a militância política por parte dos estudantes, estaria distante daqueles que atuaram na década de 1960, em relação ao embate direto com as autoridades. Ao comparar o presente com o passado, o colaborador acredita que a participação dos estudantes era diferente dos dias atuais e que para ele a juventude apresentava interesse por temas políticos, diferentemente do que é hoje:

Na verdade, naquele tempo havia uma intensa participação dos estudantes, era bem diferente do que é hoje, pelo que me consta, que eu vejo. Normalmente os estudantes gostavam de política, eram chamados a discutir temas políticos (...) Claro haviam aqueles que não se interessavam, mas no geral o interesse por estes assuntos eram uma coisa muito grande (LEITE, 2020)¹²³.

O discurso de Leite sobre a participação mais efetiva dos estudantes no passado em relação ao presente, pode ser considerada como uma questão natural de passagem do tempo. Em sua fala, o colaborador apresenta uma certa nostalgia em relação a 1968, a sua vida e militância enquanto estudante. Junto a isso, ele apresenta também uma desilusão com o presente, por perceber que o interesse dos jovens pela política não é tão perceptível para ele nos dias de hoje.

Leite lembra que na formatura do Direito, os alunos se recusaram a elegê-lo como orador da turma:

Eu me formei em Filosofia em 1968 e em Direito em 1969. Havia alguns que desejavam que eu fosse orador da turma de Direito, mas os que eram contra lembravam-se da minha formatura no ano anterior em Filosofia e diziam que deveriam evitar que eu fosse o orador, porque senão a formatura não terminaria, a solenidade não chegaria ao fim, criaria-se um ambiente, então havia medo e eu não fui orador, não fui escolhido. Pairava um pouco de medo (LEITE, 2020)¹²⁴.

Neste ponto da narrativa, Leite lembra que seus colegas da Faculdade de Direito, com medo após o primeiro ano sob o AI-5 e a intensificação da violência do Estado, temeram que o estudante realizasse discurso semelhante ao que fez na

¹²³ Entrevista concedida a Allan Pereira por José Luis Marasco Cavalheiro Leite no dia 21/09/2020, na cidade de Pelotas.

¹²⁴ Entrevista concedida a Allan Pereira por José Luis Marasco Cavalheiro Leite no dia 21/09/2020, na cidade de Pelotas.

Universidade Católica e que a formatura terminasse de maneira traumática para os graduados em Direito em 1969. A diferença é que na Faculdade de Direito não havia a figura do bispo Dom Antônio para tranquilizar o ambiente. Quando fala sobre o medo, repetidas vezes Leite expressa o clima no ambiente universitário naquele momento, assim como há tristeza em sua fala quando diz que “eu não fui orador, não fui escolhido”. Por outro lado, tal manifestação durante a formatura, poderia ter gerado uma insatisfação por parte dos colegas de turma de Leite, que discordavam do discurso, logo o estudante não foi escolhido como orador.

O clima também poderia estar desfavorável para um discurso de oposição à ditadura na formatura naquele ano de 1969. Ao não ser escolhido por seus colegas como orador da turma, mostra que seus colegas poderiam discordar de um discurso de oposição naquele momento. Por outro lado, Leite não foi eleito como orador para realizar o discurso na formatura em 1969.

Enquanto Leite discursava sobre liberdade e gerava tensões entre estudantes e a autoridade militar na formatura, Oliveira e Cruz, colegas e amigos da turma de 1º ano do curso de Direito, realizaram manifestação de pichação contra o AI-5. Oliveira afirma:

Eu encerrei minha carreira no dia 13 de dezembro de 1968. A minha grande carreira, tu vai rir de mim, tô debochando. Eu encerrei dia 13 de dezembro de 1968 pichando muro, eu e meu colega, o Frederico. Pichamos, por sinal, o muro do Colégio São José [...]. Escrevemos “Abaixo AI-5” [...]. Aí encerrei definitivamente. Encerrei assim, de reuniões e participações políticas (OLIVEIRA, 2020)¹²⁵.

Entre as falas, a colaboradora ri e também “debocha” da situação ao lembrar do dia em que pichou o muro do Colégio junto ao seu amigo, com gestos de quem sente felicidade por ter se manifestado e alívio por não ter sido detida após o ato. A maneira com a qual Oliveira exprime os sentimentos ao lembrar do ato junto a Cruz, apresenta um sentimento de nostalgia, semelhante na fala de Leite ao lembrar de seu discurso como orador da formatura, onde ambos os colaboradores praticaram atos públicos que poderiam colocar suas vidas em risco em 1968.

Cruz, citado por Oliveira, como participante da pichação, não lembra da manifestação que fez com a amiga e se expressa de maneira diferente:

¹²⁵ Entrevista concedida a Allan Pereira por Nora Antunes de Oliveira no dia 02/11/2020, na cidade de Pelotas.

Tu fala nisso eu não consigo me lembrar desse negócio. Ela diz que tem certeza que eu estava junto. Eu disse a ela “se tu diz que eu estava junto, então eu estou”. Mas eu não me lembro que a gente pichou o muro. Ela até me disse o que a gente escreveu, mas eu não me lembro. Agora se isso aconteceu, foi em 1968, que a Nora só foi nossa colega no 1º ano, depois ela saiu (CRUZ, 2021)¹²⁶.

Cruz afirma ter esquecido da manifestação junto a Oliveira, inclusive, o que eles escreveram na pichação no muro do Colégio São José. O que é lembrado por Cruz é o detalhe sobre a experiência acadêmica de Nora, que no 1º ano saiu do curso.

Quando Oliveira cita que encerrou sua carreira, ela está se referindo à sua militância estudantil, participando de reuniões e atos em pleno AI-5. A colaboradora se refere também a sua saída da Faculdade de Direito, transferindo-se para a Universidade Católica de Pelotas para cursar Letras. Conforme Oliveira, após a pichação, ela participou de uma reunião entre estudantes na Faculdade de Direito que foi interceptada pelo DOPS em 1969:

A gente fez na própria Faculdade de Direito, que o DOPS chegou, mas eu fui tirada antes por um cara lá meio de direita, mas que eu acho que me protegia. Ele me tirou e disse: “sai daí imediatamente, vai para a casa e não te mete mais”. E eu saí, era por volta de meio-dia e fui seguida por dois caras. Fui almoçar na casa de meu tio e eu me lembro que esses caras me seguiam e eu estava aflita com isso, mas não aconteceu absolutamente nada. Mas eu contei para meu tio, que ficou preocupado, é óbvio. contei para meu pai, ele teve essa conversa definitiva comigo. Naquele ano eu desisti da Faculdade de Direito. Fiz vestibular para a Faculdade Católica e estudei quatro anos de Letras sem nenhum envolvimento político (OLIVEIRA, 2020)¹²⁷.

Oliveira lembra que foi auxiliada por um colega de direita, mas seu caso foi específico, por haver uma relação pessoal dele em protegê-la. De certa forma, o conselho do colega dado a Oliveira mostra que sua intenção era impedir a participação dela nos movimentos estudantis, principalmente quando diz “e não te mete mais”. Ao ser seguida por dois homens, quando caminhava para a casa do tio, Oliveira lembra da sensação de medo, expressada na atualidade em seu tom de voz. Sua narrativa

¹²⁶ Entrevista concedida a Allan Pereira por Frederico Dias da Cruz no dia 25/02/2021, na cidade de Pelotas.

¹²⁷ Entrevista concedida a Allan Pereira por Nora Antunes de Oliveira no dia 02/11/2020, na cidade de Pelotas.

se carrega de emoções que vão da alegria ao narrar o ato de pichação às mudanças na sua expressão, ao contar sobre a perseguição. Após isso, ao encontrar seus pais, a colaboradora lembra que ficou em dúvida sobre continuar a militância estudantil, onde por um lado ela gostaria de continuar a participar dos movimentos, por outro não gostaria de colocar sua vida e de sua família em risco

Medo este sentido por Oliveira que, junto à má adaptação ao curso de Direito citada por ela, motivaram-na a mudar de curso e de instituição acadêmica. Em quatro anos, não ingressou em mais nenhum movimento político estudantil. A narrativa de Oliveira mostra que o medo sentido por estudantes no ano de 1968, causado por perseguições, intimidou estudantes, que se afastaram de movimentos contrários à ditadura. Questionada se a mudança de curso foi ocasionada por não se adaptar ao Direito ou pelo medo, Oliveira responde:

Eu acho que foi tudo junto. Eu acho que pensei que se ficasse ia continuar me envolvendo em política. Eu não sabia se eu gostava ou não gostava, eu tinha 18 anos, era uma criança. Hoje me arrependo um pouco em não ter insistido, eu acho que teria sido uma advogada mais ou menos. Mas também deu, se essa minha vida é do meu jeito, não me queixo (OLIVEIRA, 2020)¹²⁸.

Ao mostrar certo arrependimento no presente, a colaboradora evidencia que uma incerteza sobre se gostaria de ter continuado no curso de Direito e exercer o ofício de advogada. Segundo ela, pelo contexto da época, teve de abrir mão dos planos de carreira profissional e, por autoproteção, seguir para outra formação que não comprometesse sua vida.

Ainda assim, Oliveira seguiu carreira acadêmica, o que mostra que ela não desistiu de sua formação, passando por um novo processo de adaptação em uma instituição e curso diferente daquele que ela havia escolhido para se formar no ensino superior. Este traço de arrependimento de Oliveira ao deixar o Direito e cursar quatro anos de Letras, sem participar de movimentos, mostra que ela tinha vontade de seguir atuante na política, mas, por segurança, viu-se obrigada a abrir mão, como forma de proteção a ela e a sua família. O tio de Oliveira era o médico Amílcar Gigante¹²⁹, e

¹²⁸ Entrevista concedida a Allan Pereira por Nora Antunes de Oliveira no dia 02/11/2020, na cidade de Pelotas.

¹²⁹ Professor adjunto de clínica médica e diretor do Hospital das Clínicas da UFPR, chefe da Secretaria do Estado da Saúde do Paraná no período de novembro de 1954 a maio de 1955. Tendo como uma de suas marcas o envolvimento político, foi proibido de lecionar aos 40 anos de idade em 1969 por conta do Ato Institucional n. 5. Desempregado, retornou a Pelotas. Retornou ao trabalho docente em 1979, após a Lei de Anistia, que restabeleceu direitos políticos e a volta ao serviço de servidores

seu pai a havia alertado que poderia comprometê-lo participando de movimentos políticos.

Se Nora Antunes de Oliveira, por segurança, preferiu distanciar-se da política estudantil e sair do curso de Direito de Pelotas, os estudantes que seguiram atuantes tentavam organizar movimentos em 1968. Segundo Lucas, o único evento que conseguiram organizar efetivamente contra a ditadura foi uma palestra junto ao Festival de Teatro organizado pelo Círculo de Palestras Clóvis Beviláqua:

Isso foi em 1968 ou 1969, nós chamamos o Paschoal Carlos Magno¹³⁰ e nós pegamos ele para fazer uma palestra na Faculdade de Direito. Nos cinco anos que estive na Faculdade de Direito, foi a única vez que alguém fez uma palestra claramente contra a ditadura. Mas não se podia fazer muito mais do que isso. Eram ações mais culturais (LUCAS, 2021)¹³¹.

Lucas reconhece que pelo medo da repressão, intensificada com o AI-5, os estudantes pouco poderiam fazer em relação aos movimentos de resistência contra a ditadura civil-militar. Os eventos culturais organizados na Faculdade de Direito foram um dos meios encontrados para promover debates sem comprometer o espaço e a comunidade acadêmica. Lucas não lembra de manifestações de estudantes em Pelotas no ano de 1968, que poderiam ser impulsionadas pelas passeatas que ocorreram nas grandes capitais, como São Paulo e Rio de Janeiro.

Não me parece uma coisa memorável como, por exemplo, foram as Diretas. Aqui eu não me lembro, mas claro que em São Paulo e Rio de Janeiro houve. Aqui a gente tentou, fez alguma coisa, mas pouco memorável (LUCAS, 2021)¹³².

excluídos durante a Ditadura Civil-Militar, como docente da UFPel onde se tornou o primeiro reitor eleito e nomeado na instituição, dentro de um contexto de redemocratização e realização de Assembléia Constituinte, tomando posse em 11 de janeiro de 1989. Fonte: **Homenagem aos pioneiros: Dr. Amilcar Gigante (CRM-PR 52)**. Disponível em: <https://www.crmpr.org.br/Homenagem-aos-Pioneiros-Dr-Amilcar-Gigante-CRM-PR-52-11-50719.shtml>. Acesso em: 5 mar. 2022.

¹³⁰ Criador do Teatro do Estudante do Brasil. Em 1962 realizou o IV Festival Nacional do Estudante do Brasil, em Porto Alegre (RS). Sob auspícios do Ministério da Educação e Cultura, em 1964 promoveu a “Caravana da Cultura”: 256 participantes, em oito ônibus, seis automóveis, dois caminhões, toneladas de livros e discos, e uma kombi com exposição. Em 1968 dirigiu o V Festival Nacional de Teatro de Estudantes, no antigo estado da Guanabara. Em 1969, escreve “Não me acuso, nem me perdoo”, livro de memórias. Fonte: **Funarte: Paschoal Carlos Magno – Brasil Memórias das Artes**. Disponível em: <https://portais.funarte.gov.br/>. Acesso em: 10 mar. 2022.

¹³¹ Entrevista concedida a Allan Pereira e Alessandra Gasparotto por Luis Carlos Lucas, no dia 13/08/2021 na cidade de Pelotas.

¹³² Entrevista concedida a Allan Pereira e Alessandra Gasparotto por Luis Carlos Lucas, no dia 13/08/2021 na cidade de Pelotas.

Sobretudo, para Lucas, manifestações estudantis nas ruas da cidade de Pelotas não conseguiram reunir força como as manifestações de Diretas Já, lembradas pelo colaborador. O que os estudantes de Pelotas conseguiam organizar de maneira mais efetiva e memorável eram eventos culturais na cidade, impulsionados pelos movimentos de maio de 1968. Lucas lembra que o grupo do qual ele fazia parte realizava os eventos pensando nas discussões ideológicas e sobre contexto político.

Havia esse clima de contestação, em grande parte, acho que era uma válvula de escape também, porque o contexto político era muito difícil de contestar com eficácia. Então no nível social, nos costumes como se fala hoje, ali houve uma mudança muito forte e claro, nós, da linha de esquerda, estávamos na linha de frente destas transformações (LUCAS, 2021)¹³³.

Mas o colaborador também é crítico com relação à influência do movimento de maio de 1968 sobre os estudantes em Pelotas, cujos objetivos considerava distantes da realidade local. Sobretudo, a partir das memórias sobre o caráter ideológico dos movimentos em 1968, identificam-se influências diretas no movimento estudantil de Pelotas. Entre os estudantes da Faculdade de Direito existia uma organização baseada nas ideias e reivindicações dos movimentos franceses de maio em 1968. O caráter cultural, as festas, as palestras, os métodos de criação artística, desde os festivais de Teatro até as manifestações nos muros, evidenciam que os estudantes universitários do Direito, a partir do Círculo de Palestras Clóvis Beviláqua eram impulsionados por este movimento revolucionário.

Em relação a influência do movimento de maio de 68 na França, Luisa Passerini (2002) define as manifestações em Paris como “explosões de subjetividade”, resumindo a definição de Ernst Bloch de que “imagens-de-desejo” não são somente projetadas a partir de um horizonte de expectativas futuras, mas também experiências em diversas formas de prática social:

¹³³ Entrevista concedida a Allan Pereira e Alessandra Gasparotto por Luis Carlos Lucas, no dia 13/08/2021 na cidade de Pelotas.

O movimento revolucionário como festa coletiva e como comunidades livres e igualitárias, a afirmação partilhada da sua subjetividade; a descoberta de novos métodos de criação artística (LOWY, 2008, p. 3).

Como define Michael Lowy (2008), estes movimentos não estavam apenas compostos de “negatividade”, de revolta contra o sistema político, econômico e social, mas que também haviam os desejos utópicos e sonhos libertários. Para Lucas, sua crítica é por conta de que ele acreditava que o movimento deveria pautar mais as demandas locais do presente em contexto político de ditadura civil-militar do que manifestar desejos e sonhos de um futuro construído de maior liberdade e igualdade:

Assim, se eu estivesse em Paris, em maio de 1968, estaria envolvido até a medula. Aqui eu me envolvi o quanto eu podia. Mas no maio de 1968, houve alguns conflitos entre a esquerda tradicional da época e o movimento de maio. Eu acho que a esquerda tradicional era muito atrasada em relação à pauta dos costumes, era muito conservadora. Mas uma crítica que tenho sobre a esquerda tradicional e o maio de 1968 era que o maio de 68 era um movimento de superfície. Era uma recusa de questionar questões sociais profundas. Essa crítica eu tenho (LUCAS, 2021)¹³⁴.

Em análise no presente, Lucas observa que a esquerda naquele momento possuía problemas em relação às suas pautas. Se a esquerda tradicional ainda era conservadora em determinados assuntos, a esquerda influenciada pelo maio de 1968 não aprofundava-se em questionar certas questões sociais mais complexas.

Esses embates entre pautas das esquerdas, de um lado a linha mais tradicional vista como atrasada por Lucas, e a esquerda que pautou o maio de 1968, fragmentavam os movimentos de oposição à ditadura.

Este debate entre as diferenças das esquerdas da época acontecia entre os estudantes de Pelotas e dificultava a criação e organização de movimentos mais efetivos na cidade. Portanto, não apenas a repressão e a direita provocaram problemas nos movimentos estudantis, mas é necessário evidenciar, a partir da narrativa crítica de Lucas, que a esquerda “dividida” também dificultava o processo de construção dos movimentos. Um dos movimentos com os quais Lucas se envolveu em 1968, mesmo que não participando ativamente, foi a Ação Popular, que em 1968

¹³⁴ Entrevista concedida a Allan Pereira e Alessandra Gasparotto por Luis Carlos Lucas, no dia 13/08/2021 na cidade de Pelotas.

estava na clandestinidade. O colaborador também possuía críticas ao movimento, tanto de caráter ideológico, quanto pessoal:

Eu algumas vezes, quando necessário, dava algum apoio, mas eu nunca participei, eu tinha problemas que para mim eram difíceis de resolver. Alguns pessoais e principalmente críticos (LUCAS, 2021)¹³⁵.

Para Lucas, os principais problemas que percebia na Ação Popular eram relacionados à pauta da luta armada:

Eu tinha simpatia com algumas pessoas, se precisassem de mim, algumas vezes, mas eu não tinha personalidade para, é engraçado, principalmente em um conflito armado, o medo da morte pra mim não era isso que pesava, até hoje não, podia ser que quando é jovem, tem mais tempo para ser vivido, não tem muita preocupação com isso. Agora, tinha uma coisa, que essa sim me dava medo: como eu iria me comportar tendo que matar alguém. Isso aí, cada vez que eu tivesse esse conflito, eu tivesse que apertar o gatilho, ia pensar: “eu posso ou não posso?”, “devo ou não devo?”. Isso, pra mim, era muito difícil. A outra coisa, eu não posso dizer que era um pacifista, porque me achava razoável em determinadas situações, mas eu pessoalmente, matar alguém, em determinadas situações dá para imaginar, principalmente desde o serviço militar obrigatório, eu teria um conflito comigo muito forte (LUCAS, 2021)¹³⁶.

Neste momento da narrativa, Lucas expõe sua crítica pessoal em relação à pauta da luta armada. Para ele, apesar de estar imerso em um sistema do qual o Estado tratava seus opositores com violência, Lucas não acreditava que responder da mesma forma seria a ação mais adequada, em que ele se sentisse mais contemplado em relação à Justiça. O colaborador cita no presente que mesmo agora, mais velho, ele não tem o medo da morte em um conflito armado, justificando que ele estava disposto a arriscar sua vida mesmo enquanto jovem. O que o deixava com o medo era a possibilidade de ter que tirar a vida de alguém, mesmo que essa pessoa estivesse disposta a matá-lo.

A narrativa de Lucas expõe um conflito muito forte sobre sentimentos individuais, o que mostra que pegar em armas não era uma prática que necessitava

¹³⁵ Entrevista concedida a Allan Pereira e Alessandra Gasparotto por Luis Carlos Lucas, no dia 13/08/2021 na cidade de Pelotas.

¹³⁶ Entrevista concedida a Allan Pereira e Alessandra Gasparotto por Luis Carlos Lucas, no dia 13/08/2021 na cidade de Pelotas.

apenas de treinamento e habilidade bélica, mas também que as pessoas estivessem dispostas e cientes de que deveriam estar prontas para arriscar suas vidas e tirar a vida de outras pessoas.

A entrevista de Lucas sobre este ponto complexifica ainda mais o debate sobre a luta armada pautada pelos movimentos sociais, entre eles os estudantes no Brasil. Para concretizar o ato de pegar em armas por parte da militância, era necessária a consciência de que vidas necessitavam ser tiradas, e militantes como Lucas não estavam dispostos a passar por essa situação. A intenção da militância contra a ditadura existia, mas a radicalização, para Lucas, chegava até o limite da morte, não a sua, mas a do outro.

Alceu Salamoni participou ativamente das reuniões da Ação Popular. Na época, Salamoni era professor de Serviços Sociais na Universidade Católica de Pelotas e estudante universitário da Faculdade de Direito. O colaborador relata que estava ciente dos riscos que corria ao participar da AP, principalmente porque um dos membros do movimento havia sido detido. Em narrativa, Salamoni lembra do dia em que foi detido em sua casa na cidade de Pelotas:

Eu acho que uns dez, quinze dias depois, eu fui preso. Quando cheguei em casa me pegaram [...] Minha mulher também estava nisso, no sentido de saber que eu participava da oposição. Ela chegava meio-dia aguardando que eu chegasse também, até que um dia eu não cheguei. Eu cheguei, entrei em casa, fui até a cozinha, peguei a filha no colo, até que tocou a campainha, cheguei na porta e abri. Estavam ali três oficiais militares. Quando minha mulher chegou eu já não estava mais em casa [...] Quando eu fui preso, a notícia que chegou a minha mulher foi de que eu cometi abuso de menor. Claro, esquema montado pelo grupo de segurança pública. Depois foram saber, que fui preso por ser clandestino. Fiquei lá por um tempo, de 30 a 32 dias, até me liberar (SALAMONI, 2020)¹³⁷.

Neste primeiro momento da narrativa, Salamoni lembra que ele e sua esposa estavam cientes dos riscos, mas que ele optou por seguir atuante na AP. Os detalhes expostos a partir das memórias de Salamoni demonstram que este dia marcou sua vida, principalmente por ter sido esta uma experiência traumática, não apenas individualmente, mas que também impactou sua família. Outro fator importante é de que ele teve a sua prisão divulgada como crime de abuso de menor, o que demonstra

¹³⁷ Entrevista concedida a Allan Pereira por Alceu Salamoni em 09/11/2020 na cidade de Pelotas.

que, mesmo realizando prisões após o AI-5, o Estado exercia as detenções de militantes com cautela, forjando crimes contra as vítimas presas, a fim de justificar para a sociedade que a ação de repressão teria fundamento na Justiça. Salamoni afirma que permaneceu detido por 30 a 32 dias, o que evidencia que sua família conviveu com a angústia de não saber o que aconteceria com ele enquanto preso.

No segundo momento da narrativa, o colaborador lembra dos demais presos políticos que dividiram cela com ele e das torturas sofridas por trabalhadores, estudantes e lideranças que haviam sido transferidos para o presídio em Porto Alegre:

Depois de quinze dias de prisão, na época o grupo que estava lá, passou por uma sala coletiva, nós ficamos entre quinze a vinte pessoas. Tinha um engenheiro que era do Hospital das Clínicas de Porto Alegre, tinha um estudante de Minas Gerais e várias representações de grupos políticos, não eram só da AP. Tinham estudantes da UFRGS, tinham estudantes de direito, vários caras, nós ficamos juntos e foi um período até de se aliviar um pouco, mas, torturado, torturado. Levei choque, levei tapa, os caras queriam saber onde é que estavam as armas, queriam que você delatasse tudo o que conhecia, mas o sistema desses grupos as vezes era tão fechado, que cada um de nós só tinha contato com os quatro com que tu te reunia e com o que vinha de Porto Alegre, no exemplo nosso, então você nem sabia o nome verdadeiro do cara que vinha, para você ver o nível de segurança que era. O cara vinha, a gente conhecia por um apelido, eu participava do grupo com apelido, não utilizava meu nome verdadeiro (SALAMONI, 2020)¹³⁸

Primeiramente, a narrativa de Salamoni mostra presos políticos do Rio Grande do Sul que não necessariamente eram naturais do estado, como o exemplo citado do estudante de Minas Gerais. Por características geográficas próprias, o Rio Grande do Sul era uma importante rota dos militantes políticos de oposição a ditadura para buscar exílio na fronteira com Uruguai e Argentina. Logo, setores da segurança do regime intensificaram a militarização no estado afim de conter o trânsito de militantes no estado, principalmente nas regiões de fronteira. Conforme afirma Enrique Serra Padrós:

Baseando-se nas concepções da DSN sobre as fronteiras ideológicas e o combate ao “inimigo interno”, setores do novo regime amudereceram a intenção de desencadear ações que permitissem controlar ou, pelo menos, neutralizar a comunidade de exilados. (PADRÓS, 2009, p.39)

¹³⁸ Entrevista concedida a Allan Pereira por Alceu Salamoni em 09/11/2020 na cidade de Pelotas.

Diante disso, verifica-se a partir da narrativa de Salamoni a diversidade de presos políticos em Porto Alegre após o AI-5, do qual ele destaca não apenas militantes da Ação Popular, mas também de movimentos sociais. Quando preso, Salamoni passou por interrogatório do qual foi questionado sobre a localidade de armas, que estariam sendo investigadas pelos órgãos de segurança do regime por conta da pauta de luta armada levantada por parte dos militantes de esquerda. A narrativa apresenta também que durante tortura, sofrendo agressões físicas, Salamoni não poderia delatar membros da militância que os órgãos estavam investigando, devido a opção de cada militante não revelar sua verdadeira identidade, como o nome, do qual o próprio Salamoni possuía um apelido ou codinome.

Só pra te dizer assim, quando eu estava preso, eu perdi meu emprego na universidade, não vou poder nem reclamar. Isso na Católica. Eu já tinha pedido demissão do SESC. Na chegada, o reitor, que era o bispo da Católica, ele me disse: “olha, primeiro tira 15 dias de férias”. Isso era maio, pleno período de aulas, quando terminou uma semana, eu nervoso para saber o que ia acontecer, voltei pra universidade, aliás foi um documento que eu nunca consegui botar a mão. O bispo leu pra mim um comunicado do secretário de segurança do Estado, que na época era o responsável pela DOPS, dizendo que para o bem da Universidade eu deveria ser demitido, porque eu era uma pessoa nociva para a formação dos alunos, fez todos os discursos lá. Ele leu e eu digo “olha, eu não estava esperando por coisas muito melhores do que isto, mas no caso, o senhor é o reitor da universidade e o senhor sabe o que vai fazer”. Ai ele pediu um mês, para eu exercer umas atividades mais administrativas: “vai continuar com seu salário, não tem problema”. Aí ele veio com a proposta, ele disse: “Vai ser difícil nós enfrentarmos o senhor da segurança contigo dando aula. Vai ter que ficar mais um tempo sem dar aula. Eu sei que você não vai dar discurso contra a ditadura, porque no outro dia poderá ser preso novamente, mas você vai se sentir com dificuldade em dar suas aulas”. Isso já era um desafio. Mas, resultado: eu fiquei quase três anos sem sala de aula, fazendo outros tipos de trabalho dentro da universidade (SALAMONI, 2020)¹³⁹.

Este relato de Salamoni apresenta outro processo doloroso do qual ele enquanto professor passou. A prisão gerou dores não apenas físicas, resultado dos dias detido, mas a sua saída e retorno ao convívio social foi duramente afetado em contexto de ditadura após AI-5. Enquanto professor, Salamoni não foi demitido, porém sofreu afastamento inicial pelo bispo, que opôs resistência a medida indicada pelo Secretário de Segurança do Estado demitir o professor. O ato do bispo pode ser interpretado pela relação pessoal que possuía com Salamoni, que para ele não

¹³⁹ Entrevista concedida a Allan Pereira por Alceu Salamoni em 09/11/2020 na cidade de Pelotas.

oferecia riscos aos estudantes, ou seja, era uma pessoa de confiança. Na narrativa de Salamoni, coexistem os sentimentos de gratidão ao bispo, por mantê-lo empregado e o lamento por ficar quase três anos afastado das salas de aula.

Além da dificuldade e dos traumas experienciados na prisão, Salamoni faz uma reflexão sobre sua reintegração social, após sua saída do presídio. O primeiro ponto que ele lembra é sobre seu emprego na Universidade Católica, enquanto professor, do qual foi afastado e reintegrado pela administração para exercer trabalho no setor administrativo. Apesar da pressão para demitir Salamoni, a Universidade Católica demonstrou resistir a repressão no caso, ao mantê-lo empregado na instituição em outro setor.

Ainda sobre o processo de reintegração social, Salamoni lembra o preconceito com relação a ele na cidade. Ao recordar essa situação, Salamoni afirma que esse processo foi mais difícil do que resistir às práticas de tortura:

Fora da universidade, eu sei que quando eu passava na rua, as pessoas falavam “ai vai o comuna”. A alcunha de usar comuna para rebaixar as pessoas, eu sofri todo o tempo. Sempre que tem os caras que eu me dou hoje, me falavam: “sempre que você passava chamavam você de comuna, de sem vergonha”. Então, o pessoal que tentou resistir passou por tudo isso e as incertezas da sua vida, você não sabe o que vai acontecer. Eu ainda não havia terminado Direito, perdi o semestre do Direito (SALAMONI, 2020)¹⁴⁰.

A narrativa de Salamoni mostra que a prisão fazia parte dos estigmas sociais, conformando processos traumáticos para os militantes. Ser solto e voltar para o convívio social não significava o fim dessa experiência traumática. O processo de voltar a ocupar os espaços públicos não era fácil, principalmente com as incertezas do que estaria por vir.

Além disso, e pensando sobre o contexto da época, é importante refletir sobre a angústia com relação ao futuro. A ditadura não tinha prazo de validade, tampouco uma data para o final. Não era possível imaginar quando a repressão chegaria ao fim.

A tortura psicológica não existia apenas dentro das prisões, ou utilizada por membros da repressão, mas também pela sociedade civil, que apontava, segregava e disseminava ódio por aqueles militantes que, dentro de suas possibilidades, tentaram lutar contra a ditadura civil-militar. E isto evidencia que o olhar histórico sobre

¹⁴⁰ Entrevista concedida a Allan Pereira por Alceu Salamoni em 09/11/2020 na cidade de Pelotas.

a ditadura civil-militar deve investigar os processos traumáticos, analisando a participação civil no golpe e no apoio à ditadura, refletindo sobre como os civis contribuíram para as políticas de repressão.

A partir da narrativa de Salamoni, é fundamental analisar as experiências de presos políticos na ditadura, considerando o processo de prisão como um todo, mostrando os passos seguintes dos ex-presos políticos, após sair da cadeia, e como passaram a ser vistos pela sociedade.

Salamoni seguiu no setor administrativo da Universidade Católica de Pelotas, onde participou do processo de Reforma Universitária, atuando nos novos programas de pós-graduação.

Os demais colaboradores não sofreram prisões, mas, conforme as narrativas construídas a partir de suas memórias, passaram por momentos difíceis e traumáticos durante a transição do ensino secundarista para o universitário, durante os primeiros anos da ditadura civil-militar no Brasil. Ainda assim, diante da violência da repressão na época, conseguiram atingir seus objetivos escolares e acadêmicos.

Considerações Finais

A presente pesquisa ao analisar a atuação dos movimentos estudantis em Pelotas, entre os anos de 1961-1968, a partir das memórias de estudantes secundaristas e universitários, identificou que as fontes orais foram de fundamental

importância para historicizar como a juventude de Pelotas na década de 1960 exercia a participação política na cidade.

No período pré-golpe, os estudantes entrevistados para a pesquisa, eram secundaristas do Colégio Municipal Pelotense e do Colégio São José. Os alunos do Pelotense exerciam na prática a organização do Grêmio dos Gatos Pelados, que promovia eleições e as tradicionais passeatas nas cidades. Oliveira, traz em sua narrativa, uma importante contribuição sobre a experiência de ser aluna do São José, ao lembrar da relação com alunos de outros colégios e também com as freiras, que entre o pré-golpe e durante a ditadura possuíam dúvidas sobre seu posicionamento.

Todos os entrevistados lembram que a década de 1960 foi um período em que havia muito interesse nas questões políticas, principalmente em contexto de Guerra Fria e ditaduras no continente Americano. Entre eles, Leite faz em análise uma comparação com os jovens do presente, que para ele não possuem tantos interesses pela política em relação a sua geração dos anos 60. Se verificarmos no presente, a juventude participa ativamente, principalmente em relação a pautas sociais, raciais, de gênero, religiosas. Talvez Leite não reconheça estas potencialidades da juventude do presente, sua posição pode estar associada a uma desilusão com o presente, em que se esperava que os movimentos seguintes aos dos anos de 1960 conseguiriam vencer as demandas levantadas por jovens como Leite.

Enquanto secundaristas no pré-golpe, os estudantes do Colégio Pelotense possuem fortes memórias acerca do sistema de ensino da instituição e por parte de seus professores, principalmente Aldyr Garcia Schlee, citado pelos colaboradores com importância para o conhecimento crítico e interpretativo acerca das questões políticas de cunho internacional e nacional. Schlee também foi importante na participação de atividades como a criação jornais estudantis, que tinha o objetivo de circular para a comunidade de Pelotas, como mídia informativa sobre os problemas sociais da cidade, além das questões relacionadas as instituições a qual os jornais estavam ligados.

Uma das formas de atuação dos estudantes de Pelotas estava relacionada aos professores, que após o golpe de 1964 sofreram perseguições e cassações por órgãos ligados ao regime. Para os estudantes, defender o livre exercício dos professores em sua profissão, sobre os problemas políticos brasileiros, estava relacionado a defender a educação, demanda dos movimentos estudantis, que

durante a década de 1960 lutaram pelas Reformas na Educação, visando o ensino gratuito e de qualidade para todas e todos.

A pauta das Reformas Universitárias esteve presente durante os anos de 1961 a 1968, desde a Campanha pela Legalidade, durante o governo Jango em regime parlamentarista, no pós-golpe e no ano de 1968 quando foi decretado o AI-5.

Mesmo diante da repressão, enquanto secundaristas e universitários, os estudantes de Pelotas organizaram protestos e movimentos na cidade a partir das questões políticas nacionais. Em 1961, durante a Campanha pela Legalidade, foram organizadas passeatas e greves realizadas a partir da organização em reuniões, assembleias estudantis e diálogo com estudantes de outras instituições. No pós-golpe, os colaboradores não apresentaram memórias acerca das tradicionais Passeatas dos Gatos Pelados, que a partir das fontes interpreta-se que foram censuradas pelo regime. Por outro lado, o movimento estudantil universitário estava organizando movimentos, realizando divulgação com panfletagem, atos de pichação e apoio aos professores cassados.

Em 1968, os colaboradores apresentam memórias de atuação, quando por exemplo Leite cita que fez discurso contra a ditadura na formatura do curso de Filosofia na Universidade Católica, Oliveira que foi perseguida por estar presente no movimento estudantil, Salamoni que foi preso em sua residência por ingressar em um movimento que estava na clandestinidade.

Além disso, o governo ditatorial, a partir de decretos-leis, atos institucionais e a Lei Suplicy de Lacerda conseguiu conter parte dos movimentos que já estavam efetivamente organizados desde o pré-golpe. Porém os estudantes não interromperam por completo a luta. Portanto, enquanto objetivo da presente pesquisa, a análise das fontes orais e documentais do pós-golpe conseguiu identificar diversificar formas de atuação de oposição ao regime nos anos que sucederam o 31 de março de 1964.

As fontes orais utilizadas na presente pesquisa foram fundamentais para identificar as diversas formas das quais a repressão impactou na vida dos jovens da década de 1960. São relatos de perseguições, detenções, repressões do Estado e tortura que aparecem nas entrevistas. Logo, as narrativas contribuem para compreender as histórias que não aparecem nos documentos escritos, como os analisados no fundo SNI do Arquivo Nacional, e identificar como cada um deles lembra

e se sente no presente em relação a estas experiências traumáticas que eles passaram.

A pesquisa, a partir das fontes, identificou também que Pelotas, pela posição geográfica, não era apenas uma rota de exílio para estudantes que pretendiam seguir para a fronteira com o Uruguai durante a ditadura civil-militar. A cidade foi terreno fértil de organizações e movimentos estudantis que estavam presentes na cidade em resistência ao regime. Por outro lado, após o golpe fica evidente que os estudantes de oposição dividiam espaço político com estudantes da situação, porém para os colaboradores a maioria estava em silêncio, por um lado com medo das consequências que poderiam sofrer, como sofreram professores e outros militantes, mas também pela dúvida em relação do que poderia vir a ocorrer na política nacional nos anos seguintes, visto que os anos de 1960 foram de grandes mudanças na política nacional como a renúncia de Jânio Quadros, o impedimento de João Goulart para assumir a presidência, o sistema parlamentarista, o retorno ao presidencialismo, a deposição de João Goulart com o golpe em 1964, os sucessivos presidentes militares e os atos institucionais decretados.

Sobretudo, diante de constantes transformações políticas, a juventude protestava a partir de cada demanda surgida e a presente pesquisa evidencia que os movimentos não cessaram com o controle e as perseguições do regime, mas sim se organizavam a partir de como o contexto era analisado e por conta de como identificavam as possibilidades de atuar, seja organizando outras entidades estudantis ou participando de movimentos clandestinos.

Sobre 1968, a pauta de luta armada é constantemente levantada quando o tema é movimento estudantil por trabalhos realizados acerca do tema. Na presente pesquisa, a luta armada pouco foi citada pelos estudantes entrevistados. Por um lado, esta questão evidencia potencialidades para novas pesquisas relacionadas ao tema, assim como torna evidente que os colaboradores entrevistados não pretendiam ingressar a movimentos mais radicalizados.

A partir das entrevistas, identificou-se também que os colaboradores possuíam posição privilegiada em relação a grande parte dos estudantes. Conseguiram formação no ensino superior e exerceram funções na área do direito, jornalismo, administrativa e como professores. Logo, faz-se necessário evidenciar que a presente pesquisa não conclui como atuaram os estudantes em Pelotas de maneira generalizada, muitos estudantes necessitam ter o direito a voz sobre suas

experiências nos movimentos dos anos de 1960. Estudantes que não seguiram estudos no ensino superior, estudantes das outras escolas públicas da cidade, estudantes das escolas rurais, estudantes que não tinham o privilégio de ser orador da turma na formatura, estudantes das universidades que não trabalhavam, como no caso de Salamoni, que era professor da Universidade enquanto aluno da Faculdade de Direito.

Logo, a pretensão da presente pesquisa é contribuir primeiramente para a história do movimento estudantil em Pelotas, assim como abrir caminhos e possibilidades para novas pesquisas que venham a discutir e analisar o movimento estudantil na cidade durante os anos de 1961 a 1968, a partir de temáticas que enriqueçam o conhecimento histórico sobre a história da ditadura civil-militar e os atos de resistência dos estudantes durante o período.

REFERÊNCIAS

Fontes Orais

CRUZ, Frederico Dias da. [25 de fevereiro de 2021]. Entrevistador(a): Allan Pereira. Pelotas, 2021.

LEITE, José Luis Marasco Cavalheiro. [16 de setembro de 2020]. Entrevistador(a): Allan Pereira. Pelotas, 2020.

LUCAS, Luis Carlos. [13 de agosto de 2021]. Entrevistador(a): Allan Pereira e Alessandra Gasparotto. Pelotas, 2021.

LOPEZ, Vera Maria de Oliveira. [11 de novembro de 2019]. Entrevistador(a): Allan Pereira. Pelotas, 2019.

OLIVEIRA, Nora Antunes de. [02 de novembro de 2020]. Entrevistador(a): Allan Pereira e Alessandra Gasparotto. Pelotas, 2020.

SALAMONI, Alceu. [10 de novembro de 2020]. Entrevistador(a): Allan Pereira e Alessandra Gasparotto. Pelotas, 2020.

Referências Bibliográficas

ALBERTI, Verena. Fontes Orais. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2006. 303p.

AMARAL, Giana Lange do. Os jornais estudantis Ecos Gonzagueanos e Estudante: apontamentos sobre ensino secundário católico e laico (Pelotas/RS, 1930-1960). **Hist. Educ.**, vol. 17, n. 40, Santa Maria, maio/ago., 2013. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/4329938.pdf>. Acesso em: 26/06/2022.

_____. As passeatas estudantis: aspectos da cultura escolar e urbana. **Rev. Bras. Hist. Educ.**, Campinas (SP), v. 11, n. 2, maio/ago., 2011. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38500>. Acesso em: 26/06/2022.

_____. **Gatos Pelados x Galinhas Gordas: desdobramentos da educação laica e da educação católica na cidade de Pelotas (décadas de 1930 a 1960)**. 2003. 338f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/3641>. Acesso em: 26/06/2022.

ANTUNES, Isa Cristina Barbosa; SILVA, Rafael Oliveira da; BANDEIRA, Tainá da Silva. **A Reforma Universitária de 1968 e as transformações nas instituições de ensino superior**. XIX Semana das Humanidades, 2011. Disponível em: <http://www.cchla.ufrn.br/shXIX/anais/GT29/A%20REFORMA%20UNIVERSIT%C1RIA%20DE%201968%20E%20AS%20TRANSFORMA%C7%D5ES%20NAS%20INSTITUI%C7%D5ES%20DE%20ENSINO%20SUPERIOR.pdf>. Acesso em: 26/06/2022.

ARAUJO, Nayra Veras de e LIMA, Antônia Jesuíta de. Melucci e Tarrow: revisão teórica sobre os movimentos sociais. **Revista em Pauta**, v. 7, n. 5, julho de 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/2887>. Acesso em: 26/06/2022.

ASSUMPÇÃO, Marla Barbosa. **A fronteira geminada de Santana Do Livramento-Rivera como marco das conexões políticas regionais e internacionais: repressão e resistência em áreas de interesse da segurança nacional (1964-1973)**. 2014. 265f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/114409>. Acesso em: 26/06/2022.

AZEVEDO, Lúcia Rangel. O papel da UNE no movimento estudantil na segunda metade do séc. XX. **ECCOM**, v. 1, n. 2, p. 8, jul. /dez. 2010. Disponível em: <http://unifatea.com.br/seer3/index.php/ECCOM/article/download/606/556/1238>. Acesso em: 26/06/2022.

AZEVEDO, Mario; BRAGGIO, Ana Karine; CATANI, Afrânio Mendes. A Reforma Universitária de Córdoba de 1918 e sua influência no Brasil: um foco no movimento estudantil antes do golpe de 1964. **Revista Latinoamericana de Educación Comparada**, n. 13, 2018. Disponível em: <https://www.saece.com.ar/relec/revistas/13/art4.pdf>. Acesso em: 26/06/2022.

BAPTISTA, Marisa Todescan Dias da Silva. As relações entre identidade, memória e a pesquisa da história da Psicologia. **Memorandum: Memória e História em Psicologia**, 4, 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/memorandum/article/view/6806>. Acesso em: 26/06/2022.

BARROS, José D'Assunção. A História Social: seus significados e seus caminhos. **Revista de História da UFOP**, n. 15, 2005. Disponível em: <https://docero.com.br/doc/sv58ev0>. Acesso em: 26/06/2022.

BAUER, Caroline Silveira. O departamento de ordem política e social do Rio Grande do Sul (DOPS/RS): Terrorismo de Estado e ação de polícia política durante a Ditadura civil-militar brasileira. **Revista Ágora**, Vitória, n. 5, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/agora/article/view/1908>. Acesso em: 26/06/2022.

BERLATTO, Fábila; SALLAS, Ana Luisa Fayet. Um lar em terra estranha: Espaço e sociabilidade em uma casa de estudantes feminina. **Revista Chilena de Antropologia Visual**, n. 12, 2008. Disponível em: http://www.rchav.cl/imagenes12/imprimir/berlatto_&_fayet.pdf. Acesso em: 26/06/2022.

BEZERRA, Artur D'amico; CUSTÓDIO, Thiago Oliveira; CUSTÓDIO, Douglas Oliveira. **A Reforma Universitária de 1968: expansão e repressão**. PUC/Goiás, 2018. Disponível em: http://sites.pucgoias.edu.br/pos-graduacao/mestrado-doutorado-educacao/wp-content/uploads/sites/61/2018/05/Artur-DAmico-Bezerra_-

Thiago-Oliveira-Cust%C3%B3dio_-Douglas-Oliveira-Cust%C3%B3dio.pdf. Acesso em:26/06/2022.

BOM MEIHY, José Carlos Sebe. **Manual de História Oral**. São Paulo: Edições Loyola, 1996. 78 p.

BOSI, Eclea. **Memória e Sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: T. A. Queiroz Editor: EDUSP, 1983.

BRITO, Antonio Mauricio Freitas. Militância estudantil e memórias dos anos 1960. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 21, maio/ago, 2017. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/download/2175180309212017094/7003/34674>. Acesso em:26/06/2022.

CANABARRO, Ivo dos Santos; MOSER, Lilian Maria e ERNESTO, Eduardo Servo. História, memória e identidade: refletindo sobre a oralidade como aporte para a leitura de uma cultura. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v. 10, n. 18, jan./jul. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Memoria/article/view/12278>. Acesso em:26/06/2022.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. A imprensa como fonte e objeto de estudo para o historiador. In: **História das Américas: fontes e abordagens historiográficas**, São Paulo: Humanitas, 2015.

CARDOSO, Irene. A geração dos anos 1960: o peso de uma herança. **Tempo soc.**, vol.17, n. 2, São Paulo, nov. 2005. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/12472>. Acesso em:26/06/2022.

CASASANTA, Guerrino. **Jornais Escolares**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, v. 32, 1939.

CORONEL, Daniel Arruda; AMORIM, Airton Lopes. Campanha da Legalidade: significado e simbolismo para o Estado do Rio Grande do Sul (RS). **Revista Caminhos da História**, v. 16, n. 1, 2011. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/caminhosdahistoria/article/view/3341>. Acesso em:26/06/2022.

DARTON, Robert. **Boemia literária e revolução: o submundo das letras no Antigo Regime**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. História Oral e narrativa: tempo, memória e identidades. IV Encontro Nacional de História Oral (ABHO) - Conferência de Abertura. **História Oral**, 2003. Disponível em: <https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/62>. Acesso em:26/06/2022.

ELMIR, Cláudio Pereira. As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas do seu uso para a pesquisa histórica. **Cadernos do PPG em História**

da **UFRGS**. Porto Alegre, n. 13, 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/31063>. Acesso em: 26/06/2022.

FERNANDES, Hiago Rangel e MORETT, Matheus Teixeira. As ditaduras militares da América Latina e o fenômeno do facismo: uma análise comparativa. **Revista Mundo Livre**, Campos dos Goytacazes, v. 4, n. 2, p. 29-47, ago./dez., 2018. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/mundolivre/article/view/39965>. Acesso em: 26/06/2022.

FERNANDES, Leticia Wickert. **Sob a mira da inteligência**: os registros do Serviço Nacional de Informações sobre a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1965-1985). 2021. 220f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, 2021. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/230649>. Acesso em: 26/06/2022.

FERREIRA, Jorge. **João Goulart, Uma Biografia**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2015.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. **1964**: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil, 1.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História do tempo presente: desafios. **Cultura Vozes**, Petrópolis, v. 94, n. 3, maio/jun., 2000.

FERREIRA, Vânia Farias. **Universidade Federal de Pelotas à época da Ditadura Civil-Militar**: memórias divergentes de uma trajetória. 2017. 125f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2017. Disponível em: http://guaiaca.ufpel.edu.br/bitstream/prefix/4187/1/V%c3%a2nia_Farias_Ferreira_Disserta%c3%a7%c3%a3o.pdf. Acesso em: 27/06/2022

FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis. v. 9, n. 20. jan./abr. 2017. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180309202017005>. Acesso em: 26/06/2022.

FICO, Carlos. **O golpe de 64**: momentos decisivos. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

FONSECA, Valéria Medianeira. **Recuperando o processo da legalidade em Santa Maria**: coração do Rio Grande. 2006. 74f. Monografia (Especialização) – Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Curso de Especialização em História do Brasil, Santa Maria, 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/16029?locale-attribute=es>. Acesso em: 26/06/2022.

FREITAS NETO, José Alves de. A reforma universitária de Córdoba (1918): um manifesto por uma universidade latino-americana. **Revista Ensino Superior**, Unicamp, jun. 2011. Disponível em: http://www.gr.unicamp.br/ceav/revistaensinosuperior/ed03_junho2011/pdf/10.pdf. Acesso em: 26/06/2022.

GALIAN, Dante Marcello Claramonte. A memória do exílio: reflexões sobre interpretações de documentos orais. In: MEIHY, José Carlos Sebe Bom (Org.) **(Re)introduzindo a História Oral no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1996.

GILL, Lorena Almeida e LONER, Beatriz Ana. O Núcleo de Documentação Histórica da UFPEL e seus acervos sobre questões do trabalho. **Revista Esboços**. Florianópolis, v.21, n.31, p. 109-123, ago.2014.

GILL, Lorena; SILVA, Eduarda. Perspectivas para a História Oral. In: Pedro Robertt; Carla Rech; Pedro Lisbero e Rochele Fachineto. (Org.). **Metodologia em Ciências Sociais Hoje: Práticas, Abordagens e Experiências de Investigação**, 1. ed., v. 2. Jundiaí: Paco Editorial, 2016. <https://wp.ufpel.edu.br/ndh/files/2021/05/Perspectivas-para-a-Historia-Oral-.pdf>

GILL, Lorena Almeida; ROSSELLI, Gabriela Brum. **Fontes para a História do Trabalho na Região Sul do Brasil**. Porto Alegre: Aedos, v. 7, n. 17, dez. 2015. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/aedos/article/download/59677/36113>. Acesso em:26/06/2022.

GOMES, Luisiane da Silveira. **A atuação feminina no movimento estudantil universitário durante o processo de redemocratização do Brasil (Pelotas/RS: 1977-1985)**. 2017. 200f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2017. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/7156>. Acesso em:26/06/2022.

GONÇALVES, Angelo Barreiro. A Igreja Católica e o Golpe de 64. **Akrópolis – Revista de Ciências Humanas da Unipar**, v. 12, n. 1, jan./mar., 2014. Disponível em: <https://revistas.unipar.br/index.php/akropolis/article/view/454>. Acesso em:26/06/2022.

GONÇALVES, Dalise Gonçalves de. **Acolhei aos perseguidos! Redes de mobilidade que salvaguardavam vidas na fronteira entre Brasil e Uruguai (1964-1975)**. 2022. 254f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2022.

GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera (Orgs.). **O que é memória social**. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2005. Disponível em: http://www.memoriasocial.pro.br/painel/pdf/publ_24.pdf. Acesso em:26/06/2022.

HOBBSBAWM, Eric. **A Era dos extremos. O breve século XX: 1914-1991**, São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

KONRAD, Diorge Alceno; LAMEIRA, Rafael Fantinel; LIMA, Matheus Capssa. O golpe e a consolidação da Ditadura civil-militar no Rio Grande do Sul. **Cuadernos del CILHA**, v. 14, n. 1, 2013. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5115350.pdf>. Acesso em:26/06/2022.

LAPUENTE, Rafael Saraiva. A imprensa como fonte: apontamentos teórico-metodológicos iniciais acerca da utilização do periódico impresso na pesquisa histórica, **Bilros**, Fortaleza, v. 4, n. 6, p.11-29, jan.-jun. 2016. Disponível em: <http://seer.uece.br/?journal=bilros&page=article&op=view&path%5B%5D=1938>. Acesso em:26/06/2022.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Unicamp, 2003.

LIMA, Mateus da Fonseca Capssa. **Movimento Estudantil e Ditadura civil-militar em Santa Maria (1964-1968)**. 2013. 156f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/9641>. Acesso em:26/06/2022.

_____. **A direita estudantil universitária no Rio Grande do Sul: entre democracia e a ditadura (1961-1968)**. 2017. 194f. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, São Leopoldo, 2017. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/7008>. Acesso em:26/06/2022.

LIRA, Alexandre Tavares do Nascimento. **As bases da Reforma Universitária da ditadura militar no Brasil**. Anais do XV Encontro Regional de História da ANPUH-RIO. Disponível em: http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1338430408_ARQUIVO_AsbasesdaReformaUniversitariadaditaduramilitarnoBrasil.pdf Acesso em: 27/06/2022

LÖWY, Michael. O romantismo revolucionário de Maio de 68. **Revista Espaço Acadêmico**. v. VII, n. 84, 2008. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4239094/mod_resource/content/1/2002_Lowi_O%20romantismo%20rev.%20de%20Maio%20de%2068.pdf. Acesso em:26/06/2022.

MAGALHÃES, Felipe Santos. Varrendo a imprensa: a ascensão de Jânio Quadros e o periodismo paulistano (1947-1951). **Projeto História**, São Paulo, n. 35, p. 271-290, dez.2007. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2222>. Acesso em:26/06/2022.

MESQUITA, Marcos Ribeiro. Movimento estudantil brasileiro: Práticas militantes na ótica dos Novos Movimentos Sociais. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 2003. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/1151>. Acesso em:26/06/2022.

MORAES FREIRE, Silene de. Movimento estudantil no brasil: lutas passadas, desafios presentes. **Revista História de la Educación Latinoamericana**, vol. 11, 2008, p. 131-146. Universidad Pedagógica y Tecnológica de Colombia Boyacá, Colômbia. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/869/86912618007.pdf>. Acesso em:26/06/2022.

MANSAN, Jaime Valim. **Os expurgos na UFRGS: afastamentos sumários de professores no contexto da Ditadura Civil-Militar (1964-1969)**. 2009. 320f. Dissertação

(Mestrado em História) – Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/2303>. Acesso em: 26/06/2022.

MARTINS FILHO, João Roberto. **Movimento estudantil e ditadura militar: 1964-1968**. Campinas, SP: Papirus, 1987.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. São Paulo: Loyola, 1996.

NUNES, Paulo Giovani Antonino; PETIT, Pere; LOHN, Reinaldo Lindolfo (org.). **Utopia e repressão: 1968 no Brasil**. Salvador: Sagga, 2018.

OLIVEIRA, D. A.; AZEVEDO, M. L. N. **A atualidade dos ensinamentos da Reforma de Córdoba (1918). Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO). Buenos Aires, 2017.** Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/grupos/reforAboit/08oliaze.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2018.

OLIVEIRA, Amanda Gabriela Rocha. **Povos indígenas e ditaduras de segurança nacional no cone sul: o caso dos kaingang no Rio Grande Do Sul (1963-1988)**. 2020. 215f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2020. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/213409>. Acesso em: 26/06/2022.

OLIVEIRA, Ângela Pereira. Aspectos sobre o percurso histórico do jornal enquanto fonte para construção histórica: o caso da imprensa negra sulina com base no O Exemplo e A Alvorada. **História em Revista**, Pelotas, 86-101, v. 21/22, dez./2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/HistRev/article/view/15959>. Acesso em: 26/06/2022.

PADRÓS, Enrique Serra. A Ditadura civil-militar uruguaia – doutrina de segurança nacional. **Vária História**, Belo Horizonte, vol. 28, n. 48, p. 495-517, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vh/a/vMK3QcLN9kYf6YYyPg9xQ5K/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 26/06/2022.

PADRÓS, Enrique Serra; BARBOSA, Vânia M.; LOPEZ, Vanessa Albertinence; FERNANDES, Ananda Simões. Prefácio. In: **Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória**. Porto Alegre: Corag, v. 1, 2009. Disponível em: <https://documentosrevelados.com.br/a-ditadura-da-seguranca-nacional-no-rio-grande-do-sul/>. Acesso em: 26/06/2022.

PEREIRA, Allan Gomes Silva. **A mobilização estudantil durante a Campanha da Legalidade na cidade de Pelotas (1961)**. 2019. 89 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2019. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/historia/files/2020/04/Allan-Gomes-Silva-Pereira.pdf>. Acesso em: 26/06/2022.

PETERSEN, Aurea Tomatis. Memória e Identidade: um estudo das trabalhadores do Banco do Estado do Rio Grande do Sul – 1943-45. **Estudos Ibero-Americanos**. PUCRS, v. XXXII, n. 1, junho 2006. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/1311>. Acesso em: 26/06/2022.

PINHO, Ana Paula Moreno. A transição do ensino médio para a universidade: um estudo qualitativo sobre os fatores que influenciam este processo e suas possíveis consequências comportamentais. **Revista de Psicologia**, Fortaleza, v. 6, n. 1, p. 33-47, jan./jun. 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/17935>. Acesso em: 26/06/2022.

PINTO, Magda Oliveira. **A Reforma Universitária como reinvidicação estudantil e política pública: a UEE na luta universitária no Rio Grande do Sul (1960-1968)**. 2010. 332f. Dissertação. (Mestre em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/34694/000790576.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

PIRES, Thiago Vieira. **Fazendo Revolução a Vida Inteira: Memória E Resistência Entre Os Militantes Da Ação Popular Do Rio Grande Do Sul**. 2015. 339f. Dissertação. (Mestre em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Vale o Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2015. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/4923>. Acesso em: 26/06/2022.

POERNER, Artur. **O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros**. São Paulo: Centro de Memória da Juventude, 1995. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/pontoevirgula/article/download/25421/18132/66200>. Acesso em: 26/06/2022.

POHNDORF, Marília da Rocha Hofstätter. **O movimento estudantil universitário em Pelotas durante a redemocratização do Brasil (1978 – 1985): memórias de atuações contra a ditadura**. 2013. 139f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2013. Disponível em: <http://guaiaca.ufpel.edu.br/handle/123456789/2154>. Acesso em: 26/06/2022.

POLLACK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, vol. 2, n. 3, p. 3-15, Rio de Janeiro, 1989. Disponível em: https://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf. Acesso em: 26/06/2022 .

PORTELLI, Alessandro. **História Oral como Arte de Escuta**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

_____. Sonhos ucrônicos – memórias e possíveis mundos dos trabalhadores. **Proj. História**, São Paulo, dez.1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12103/8765>. Acesso em: 26/06/2022.

PROTO, Leonardo Venicius Parreira. **Juventude e o maio de 1968**. Revista Espaço Acadêmico. v.129, fev.2012. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/15791/8635> Acesso em: 27/06/2022

QUEIROZ, Andréa Cristina de Barros. O Pasquim: Embates Entre a Cultura Política Autoritária e a Contracultura. **Cadernos de História**, UFOP, p. 218-235, 2008. Disponível em: https://www.academia.edu/43572069/O_Pasquim_embates_entre_a_cultura_pol%C3%ADtica_autorit%C3%A1ria_e_a_contracultura. Acesso em:26/06/2022.

RIBEIRO, Luís Augusto de Mendonça. **O educacional no discurso político: história e memória do movimento estudantil da UFPB (1964-1969)**. 2017. 98f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/9884?locale=pt_BR. Acesso em:26/06/2022.

RODRIGUES, Pedro Eurico. **Entre a juventude e a coerção: o ano de 1968 em perspectiva multiescalar**. Patrimônio e Memória, Assis, SP, v. 16, n. 2, p. 709-715, jul./dez. 2020. Disponível em: pem.assis.unesp.br. Acesso em: 25/06/2022 Resenha de: NUNES, Paulo Giovani Antonino; PETIT, Pere; LOHN, Reinaldo Lindolfo (org.). **Utopia e repressão: 1968 no Brasil**. Salvador: Saggá, 2018.

ROSA, Renato Torres Anacleto. A Igreja Católica e o golpe civil militar de 1964: novas abordagens. **Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG**, v. 6, n. 1, jan./abr., FAFICH/UFMG, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/article/view/5557>. Acesso em:26/06/2022.

SANTANA, Flavia de Angelis. **Movimento estudantil e ensino superior no Brasil: a reforma universitária no centro da luta política estudantil nos anos 60**. 2014. 348f. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-29072015-141646/pt-br.php>. Acesso em:26/06/2022.

SANTHIAGO, Ricardo; MAGALHÃES, Valéria Barbosa de. Rompendo o isolamento: reflexões sobre a História Oral e entrevista à distância. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 27, 2020. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/102266>. Acesso em:26/06/2022.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

SILVA, Ruan Nunes. **A História vista de baixo: as autobiografias de Harriet Jacobs e Frederick Douglass**. **Encontros**, v. 15, n. 29, Campo de São Cristóvão (RJ), segundo semestre de 2017. Disponível em:

<https://www.cp2.g12.br/ojs/index.php/encontros/article/view/1650>. Acesso em:26/06/2022.

SILVEIRA, Bruno de Azambuja. **Ilha do Presídio: repressão e resistência no Rio Grande Do Sul (1964-1973)**. 2020, 256f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/215325>. Acesso em:26/06/2022.

SILVEIRA, Marília Brandão Amaro da. **Ditadura Civil-militar na Região Sul gaúcha: militâncias e rotas de exílio**. 2014. 147f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Instituto de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014. Disponível em: <http://repositorio.ufpel.edu.br:8080/handle/prefix/3388>. Acesso em:26/06/2022.

SIQUEIRA, Marcelo Nogueira de. O movimento estudantil na Guanabara de 1964 a 1968: Contexto, objetivos, estratégias e consequências. **Diálogos**, v. 15, n. 2, p. 311-330, maio/ago. 2011. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/36201>. Acesso em:26/06/2022.

SIRINELLI, Jean-François. A geração. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (Org.). **Usos & Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2001.

SOUZA, Andrey Lopes de. **Sentidos do movimento estudantil: Notas sobre a história social, imprensa e memórias na produção de percepções sobre o movimento estudantil**. ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História – Fortaleza, 2009. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548772192_50bb48f3d49156c9554347638fe5bc88.pdf. Acesso em:26/06/2022.

SOSA, Derocina Alves Campos. **Imprensa e História**. Rio Grande: Editora da FURG, 2007. Disponível em: <https://seer.furg.br/biblos/article/view/258>. Acesso em: 24/06/2022.

SPINELLI, Luciano. Pichação e comunicação: um código sem regra. **Logos 26: comunicação e conflitos urbanos**, Rio de Janeiro: UERJ, ano 14, 2007. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/logos/article/view/15234>. Acesso em:26/06/2022.

SUCUPIRA, Tânia Gorayeb; DELGADO, Francisco Javier García. Reflexões metodológicas sobre a historiografia do movimento estudantil. **Educação & Formação**, Fortaleza, v. 5, n. 14, p. 216-239, maio/ago. 2020. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/2750>. Acesso em:26/06/2022.

THOMPSON, E.P. A economia moral da multidão inglesa no século XVIII. In: THOMPSON, E.P. **Costumes em comum**. São Paulo. Companhia das Letras, 1998.

TILIO, Rogério. Reflexões acerca do conceito de identidade. **Revista Eletrônica do Instituto de Humanidades**, v. VIII, n. XXXIX, abr./jun. 2009. Disponível em:

<http://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/reihm/article/view/529>. Acesso em: 26/06/2022.

TOLEDO, Caio Navarro. 1964: O golpe contra as reformas e a democracia. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 13-28, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/YLMc8hZWZfpV4sPzsZFCkqq/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 26/06/2022.

TRINDADE, Helgio. A Legalidade e o movimento estudantil brasileiro. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 18, n. 33, p. 133, jul. 2011. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/24413>. Acesso em: 26/06/2022.

VIEIRA, Elena Teixeira Porto. **O golpe de 64 silenciado: a memória e o esquecimento do período da ditadura no município de Jaguarão - RS**. 2018. 112f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018. Disponível em: <http://guaiaca.ufpel.edu.br:8080/handle/prefix/4336>. Acesso em: 26/06/2022.

VECHIA, Renato da Silva Della. **O ressurgimento do movimento estudantil universitário gaúcho no processo de redemocratização: as tendências estudantis e seu papel (1977/1985)**. 2011. 414f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/32809>. Acesso em: 26/06/2022.

Fontes da Imprensa Estudantil

JORNAL **O Estudante**. Pelotas (RS), n.1, 17 de agosto de 1963. Disponível em: https://drive.google.com/drive/u/1/folders/13Ybf4cHVUkAydqFJD2CVD_PAp4U1JAie. Acesso em: 27/06/2022.

JORNAL **O Acadêmico**. Pelotas (RS), n.1, novembro de 1968. Disponível em: https://drive.google.com/drive/u/1/folders/13Ybf4cHVUkAydqFJD2CVD_PAp4U1JAie. Acesso em: 27/06/2022.

TERMO DE RESPONSABILIDADE DE PLÁGIO

Eu, **Allan Gomes Silva Pereira**, matrícula nº20103398 declaro para todos os fins que o texto em forma de Dissertação de mestrado, intitulado **"Sem arma, mas com intenção": a atuação do movimento estudantil em Pelotas no pré-golpe civil-militar ao AI-5 (1961-1968)**, é resultado da pesquisa realizada e de minha integral autoria. Assumo inteira e total responsabilidade, sujeitando-me às penas do Código Penal ("Art. 184. Violar direitos de autor e os que lhe são conexos").

Pelotas, 29 de dezembro de 2022.



ASSINATURA